

PRISCILA VALVERDE FERNANDES

**ENTRE PIPAS, LUTOS, APRISIONAMENTOS E
MEDICAÇÕES: AS PECULIARIDADES NA RELAÇÃO DO
CONSELHO TUTELAR COM AS CRIANÇAS
ENCAMINHADAS PELA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Institucional

Orientadora: Prof^a Dr^a Elizabeth Maria Andrade Aragão

Coorientadora: Prof^a Dr^a Lilian Rose Margotto

**VITÓRIA
2009**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F363e Fernandes, Priscila Valverde, 1981-
Entre pipas, lutos, aprisionamentos e medicações: as peculiaridades na relação do Conselho Tutelar com as crianças encaminhadas pela escola / Priscila Valverde Fernandes. – 2009. 116 f.

Orientador: Elizabeth Maria Andrade Aragão.

Coorientador: Lilian Rose Margotto.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Conselhos tutelares. 2. Crianças. 3. Família. 4. Escola. I. Aragão, Elizabeth Maria Andrade. II. Margotto, Lilian Rose. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

PRISCILA VALVERDE FERNANDES

**ENTRE PIPAS, LUTOS, APRISIONAMENTOS E MEDICAÇÕES: AS
PECULIARIDADES NA RELAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR COM
AS CRIANÇAS ENCAMINHADAS PELA ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 18 de maio de 2009.

Comissão Examinadora

Profª Drª Elizabeth Maria Andrade Aragão

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora

Profª Drª Lilian Rose Margotto

Universidade Federal do Espírito Santo

Coorientadora

Profª. Drª. Estela Scheinvar

Universidade Federal Fluminense

Profª. Drª. Ana Lúcia Coelho Heckert

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.ª Dr.ª Gilead Marchezi

Universidade Federal do Espírito Santo

Dedico esse trabalho aos meus pais, Joabes e Nilda, por me ensinarem que “[...] ainda que eu fale a língua dos homens e dos anjos, se não tiver amor de nada valerá” (II Coríntios 13:1).

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é algo que nos consome e nos transforma. O ato de escrever nos coloca em frente do que conhecemos e, principalmente do que desconhecemos. Nestes agradecimentos, imprimo muito mais do que gratidão aos que nos ajudaram nesta tarefa. Agradeço aos que estiveram juntos, aos que nos acompanharam e aos que, de alguma forma, nos deram força para continuar. Com essas palavras, estamos afirmando que não é possível uma produção solitária. Por isso, agradeço a todos que, de diferentes formas e intensidades, participaram deste processo:

A Deus, presença inexplicável.

À minha família pelo apoio, pela preocupação e pela presença constante.

Aos meus pequenos amores, meus sobrinhos Cauê e Bethina que com simplicidade sempre nos fazem ver a vida de forma mais leve.

Ao Renato pelo amor, cuidado e paciência que teve durante esse dois anos e também por poder compartilhar comigo outros mundos além deste.

À minha orientadora companheira que fez parte deste trabalho do início ao fim e soube entender e conversar com meus silêncios e olhares. Obrigada, Beth!

A Lilian Margotto que, com sua chegada, nos presenteou com intervenções pontuais e imprescindíveis.

A Lidi, companheira de turma e de caminhada, pelos momentos de estudo e de desabafos que pudemos dividir.

A Ana Heckert, Estela Scheinvar e Gilead Marchezi pelas sugestões, intervenções e indicações importantíssimas proferidas na qualificação.

A Soninha pela sua alegria de vida que nos contagia e por poder contar com ela sempre que precisei.

A Beth Barros pela confiança depositada, desde as pesquisas de iniciação científica.

Às minhas grandes amigas Alê, Alinne, Rachel e Ró que, de diferentes formas, fizeram parte deste trabalho.

Aos amigos do mestrado, pelos momentos de seriedade e de descontração, por nossos grupos de estudo, reuniões, encontros, congressos, etc.

A Roberto Cheib e a Alice Marques pelo tempo que lutamos juntos dentro do Programa de Extensão.

A Sônia, da secretaria, pela simpatia e disponibilidade em sempre poder ajudar.

Aos amigos do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Políticas (NEPESP) pelos bons encontros.

Às ex-conselheiras e às crianças e suas famílias que disponibilizaram um pouco de seu tempo para estar comigo e contribuir imensamente com este trabalho.

À CAPES pela bolsa de estudos concedida.

[...] Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não-vendo. Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio. Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou 32 anos a fio pelo mesmo hall do prédio do seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom-dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer. Como era ele? Sua cara? Sua voz? Como se vestia? Não fazia a mínima ideia. Em 32 anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer. Se um dia no seu lugar estivesse uma girafa, cumprindo o rito, pode ser também que ninguém desse por sua ausência. O hábito suja os olhos e lhes baixa a voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos. Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de fato, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia-a-dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.

(OTTO LARA RESENDE)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a estudar as peculiaridades da relação entre o Conselho Tutelar e as crianças que foram encaminhadas pela escola no município de Cariacica-ES. Divide o trabalho de campo em dois principais momentos: o primeiro se efetivou no contato com as ex-conselheiras tutelares que participaram do mandato de 2005 a 2007, do município de Cariacica, e o segundo, com as crianças e suas famílias, que passaram a se relacionar com o Conselho Tutelar a partir de um encaminhamento feito pela escola. Visualiza essa situação como um triângulo no qual Conselho, escola e familiares/crianças seriam os três vértices. A demanda foi formulada em um deles, no caso a escola indaga sobre as narrativas e os atravessamentos que poderiam ser apreendidos das duas outras partes envolvidas, a família/criança e os conselheiros. A partir do método qualitativo, percorre esse caminho acompanhando as variações do campo. O referencial teórico trabalha com autores que compartilham, juntamente com Foucault, da ideia de uma história que pode ser abordada numa perspectiva genealógica, que permite a visibilidade dos mais variados saberes existentes em um determinado espaço e momento social. Foram realizadas entrevistas com quatro conselheiras e quatro crianças e suas famílias. A partir dessas entrevistas, compreende uma relação marcada pela psicologização, pelo discurso competente, pelo intimismo, pelo familiarismo e, por fim, destaca a formação de um campo de forças no qual a criança é empurrada para os diversos espaços que produzem e reproduzem os comportamentos das crianças, considerados por todos como inaceitáveis.

Palavras-chave: Conselho Tutelar. Criança. Família. Escola.

ABSTRACT

This paper intends to study the particularities concerning the Tutorial Council and children that were sent by the schools from the city of Cariacica ES. It divides the field work in two main parts: the first was the contact with the ex-tutorial counselors from the period between 2005-2007 from the city of Cariacica; and the second with the children and their families that started a relation with the Tutorial Council sent by the school. It focuses this situation as a triangle in which the Council, the school and families-children could be considered as the three angles. The request was made in one of them, in this case – school; and a question rises concerning narratives and crossings that could be taken from the two other parts involved, families-children and the counselors. From this qualitative method, it flows through this way according to field variations. The theoretical reference works with authors that share the idea of a story that can be approached in a genealogical perspective, together with Foucault, that allows a vision of all kinds of knowledge existing in a determined space and social moment. Interviews were made with four counselors and for children and their families. From these interviews, it comes a relation marked by psychology, competent speech, proximity, familiarization and a strength field comes in which children is pushed to several places that produce and re-produce children's behavior, considered as unacceptable.

Key words: Tutorial Council. Children. Family. School.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	CONSTRUINDO E PERCORRENDO O CAMINHO METODOLÓGICO: O ENCONTRO COM O CAMPO.....	16
1.2	CONSELHO SEM CONSELHEIRO: O DESENCONTRO.....	18
1.3	DEFININDO E REDEFININDO O CAMPO: O REENCONTRO.....	19
1.4	VASCULHANDO AS FICHAS DE ATENDIMENTO.....	20
1.5	O ENCONTRO COM AS FAMÍLIAS.....	22
2	BREVE HISTÓRIA DAS LEIS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA	25
2.1	ENTRANDO NA RODA: RASTREANDO AS PRIMEIRAS INICIATIVAS	27
2.2	O CÓDIGO DE MENORES: CATEGORIZANDO A INFÂNCIA POBRE, DELINQUENTE E MARGINALIZADA.....	29
2.3	A GRANDE RUPTURA: DA SITUAÇÃO IRREGULAR À PROTEÇÃO INTEGRAL...33	
2.4	OS MEIOS LEGAIS PARA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA.....	37
3	EXPEDIÇÃO À TERRA DO CONGO	42
3.1	NOSSAS PARADAS: DO MOXUARA À ANTIGA CARIACICA.....	43
3.2	CHEGANDO À “TERRA DE NINGUÉM”	47
3.3	OS CONSELHOS TUTELARES EM CARIACICA.....	50
3.4	PELAS VIAS SINUOSAS, CHEGANDO À REGIÃO III.....	52
4	O QUE OUVIMOS DAS HISTÓRIAS	55
4.1	AS PRÁTICAS COTIDIANAS NO CONSELHO TUTELAR: A FALA DAS CONSELHEIRAS.....	55
4.1.1	Das velhas às novas configurações	57
4.1.2	Os entraves com a escola	60
4.1.3	Serviços de retaguarda	63
4.2	VIDAS QUE COMPÕEM HISTÓRIAS	68
4.3	A HISTÓRIA DE PEDRO: O MENINO QUE CORRIA ATRÁS DAS PIPAS.....	69

4.3.1	Da escola ao Conselho.....	72
4.3.2	Pensando a história de Pedro.....	75
4.4	A HISTÓRIA DE FÁBIO: O MENINO MEDICALIZADO.....	78
4.4.1	Da escola ao Conselho.....	79
4.4.2	Pensando a história de Fábio.....	82
4.5	A HISTÓRIA DE DAVI: O MENINO EM LUTO	85
4.5.1	Da escola ao Conselho.....	86
4.5.2	Pensando a história de Davi.....	88
4.6	A HISTÓRIA DE JÚLIO: O MENINO APRIOSIONADO.....	90
4.6.1	Da escola ao Conselho.....	93
4.6.2	Pensando a história de Júlio.....	97
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
6	REFERÊNCIAS.....	106
	APÊNDICE A – Termo de consentimento: conselheiras.....	113
	APÊNDICE B – Termo de consentimento: crianças e famílias.....	114
	APÊNDICE C – Lista de siglas.....	115

1 INTRODUÇÃO

Para introduzir, o que seria necessário fornecer a mais? Um resumo? Instruções para uso? Uma declaração decisiva? Uma façanha literária? Como não tenho a impressão de apresentar um produto nitidamente circunscrito e facilmente identificável assumirei, antes de mais nada, o risco de mostrar seus andaimes, suas impressões de base, os descaminhos de seu método e os esboços de sua demonstração (JACQUES DONZELOT, 1980, p. 9).

A temática Conselho Tutelar nos captura há algum tempo. Durante a graduação, tivemos a oportunidade de conhecer os Conselhos Tutelares de Cariacica. Essa aproximação foi possível em virtude da nossa participação no Programa de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), chamado “Trabalhando com os Conselhos Tutelares de Cariacica-ES”,¹ coordenado pelo professor Roberto Jorge Cheib, do Departamento de Psicologia (DPSI) da UFES. Com isso, passamos, então, a conhecer esse município e a circular constantemente por ele, conhecendo suas ruas, seus movimentos e a luta dos seus munícipes.

Por meio dessa experiência, inúmeros encontros foram possíveis. Encontrávamos com as crianças que atendíamos, com seus pais, com os conselheiros, com alguns integrantes da Secretaria de Ação Social, com os conselheiros de direitos e tantos outros que compunham aquele cotidiano.

Esses encontros nos faziam pensar sobre os diversos temas que emergiam naquele cenário. As questões se relacionavam, de forma geral, com a violência, a burocracia, a negligência, mas uma delas, por ser bastante recorrente, chamava-nos a atenção

¹ O Projeto de Extensão “Trabalhando com os Conselhos Tutelares de Cariacica-ES” foi criado em 1997 e esteve vinculado ao DPSI até o ano de 2003, quando se tornou Programa de Extensão. A partir desse ano, estabeleceu-se como permanente e isento de renovação anual. O programa atuava dentro dos Conselhos Tutelares do município de Cariacica, fazendo atendimentos individuais a crianças e adolescentes, além dos pais ou responsáveis por essa clientela infanto-juvenil. Esse público atendido era encaminhado pelos conselheiros tutelares aos extensionistas, que eram alunos do Curso de Psicologia da UFES. Para o atendimento, usavam as ferramentas da Psicanálise e, mais especificamente, quando se tratava de atendimento de crianças e adolescentes, utilizavam jogos, desenhos, brinquedos, dentre outros. Atualmente, o programa não existe mais.

de forma especial: o elevado número de crianças encaminhadas por escolas ao Conselho.

Em muitos desses casos, as crianças chegavam às nossas mãos acompanhadas de diagnósticos e rótulos. Essas crianças, diversas vezes, desconhecendo o motivo de sua ida ao Conselho, questionavam a razão de estarem ali. Por outro lado, as escolas ansiavam por soluções diante do problema apresentado por esses “alunos-problema”. Entretanto, apesar de nossos esforços, percebíamos que esses questionamentos deveriam ultrapassar os muros do Conselho Tutelar.

Foi com essa imagem inicial que fomos trilhando pelos nortes da pesquisa no mestrado de Psicologia Institucional da UFES. Diversas vezes, víamo-nos preocupada com uma linha ínfima que divide as inferências pessimistas que podem nos levar a uma inércia e às visões românticas que enfeitam os fatos sem analisá-los verdadeiramente. Entendemos que é muito comum termos uma visão romantizada dos Conselhos Tutelares. Isso comumente ocorre, principalmente, porque ele veio como uma novidade da Constituição de 1988.

Do ponto de vista de gestão, a descentralização possibilitada pelos Conselhos gerou um grande entusiasmo para a criação de vários Conselhos. No que refere a Conselho Tutelar e a Conselho de Direito, é fato que eles têm buscado assegurar os direitos da criança e do adolescente, entretanto não são capazes de fazer transformações bruscas na realidade.

Percebemos, contudo, ações importantes realizadas cotidianamente por eles, mas que, na maioria das vezes, têm poucos resultados imediatos. Em diversos momentos, os Conselhos parecem estar na contramão dessa história. Essa situação se coloca muito clara quando o público atendido pelos conselheiros, geralmente carente de recursos financeiros, está muitas vezes rodeado por autoritarismos e clientelismos, práticas que impossibilitam que haja uma melhor participação e faz com que o trabalho do Conselho seja entendido como um favor e não como um direito do cidadão.

Sobre essa temática, acompanhamos alguns trabalhos, conhecendo o que tem sido produzido. Especificamente sobre Cariacica, encontramos uma dissertação que

discute o processo de implantação dos Conselhos Tutelares nesse município (FORNACIARI, 2003) e outra que trabalha a relação entre Conselho Tutelar e escola, por meio do estudo das fichas de atendimento do Conselho Tutelar (MANZINI, 2005). Por fim, destacamos a tese de Aragão (2004),² que diz respeito à insistência dos conselheiros tutelares em suas lutas cotidianas no município de Cariacica. Nesse estudo, a autora traz percepções a respeito das narrativas dos conselheiros tutelares. É muito marcante o esforço de enfrentamento desses personagens diante de quase todas as condições adversas com que foram obrigadas a se defrontar em suas vidas. Muitas dessas ações foram se dando porque todos os conselheiros e conselheiras descrevem um processo de luta permanente pela vida.

Articulando-nos com essa pesquisa, compreendendo a importância da forma como essa experiência dos conselheiros tem se vinculado com a vivência das famílias, propusemo-nos a pesquisar essa relação com o intuito de ampliar os estudos acerca dessa temática.

Nesse sentido, durante toda a pesquisa, buscamos o apoio e a contribuição de diversos autores. Escolhemos, como nosso referencial teórico, autores que compartilham, juntamente com Foucault (2008b), da ideia de uma história que pode ser abordada numa perspectiva genealógica,³ que nos permite a visibilidade dos mais variados saberes existentes em um determinado espaço e momento social. Isso quer dizer que nos propomos a fazer a análise da gênese e não da origem. Buscamos a história "[...] não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles (os acontecimentos) desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de lacuna, o momento em que eles não aconteceram" (FOUCAULT, 2008b, p. 15).

² Tese intitulada: "A gente não desiste porque sonha: a história anônima dos conselheiros tutelares de Cariacica".

³ A genealogia, termo tomado de Nietzsche, é definida por Foucault como uma metodologia que se opõe à pesquisa da "origem". Foucault (2008, p.171) "[...] delineou-se assim o que se poderia chamar uma genealogia, ou melhor, pesquisas genealógicas múltiplas, ao mesmo tempo redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates. E esta genealogia, como acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-la à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica".

Quando tratamos de acontecimentos, estamos nos remetendo à ideia de Foucault (2008b, p. 28) diz:

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta.

Nesse caminho, trabalhamos no sentido de questionar o naturalizado e o instituído.⁴ Concebemos os fatos como construções históricas passíveis de mudança. Em *Genealogia e Poder*, Foucault (2008b, p. 171) diz que essa atividade chamada genealógica trata de “[...] ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns”.

Durante todo o nosso trabalho, também estiveram presentes os escritos de Patto (1999) sobre a produção do fracasso escolar. Levamos em conta o percurso da autora sobre a análise das dificuldades da aprendizagem escolar, na Psicologia, influenciada pela visão carregada de pressupostos racistas e elitistas e por uma concepção atenta às influências do meio. Esses aspectos produzem, conseqüentemente, uma explicação impregnada de equívocos, que é uma característica presente no discurso sobre as causas do fracasso escolar, nos países capitalistas ao longo do século XX.

Para o entendimento do nosso estudo, propomo-nos a apresentar, inicialmente, no primeiro capítulo, os andaimes dessa construção, discorrendo pelo caminho metodológico e passando pelos desvios que fizemos durante a execução da pesquisa.

No segundo capítulo, trataremos brevemente da história das leis de assistência à infância e à adolescência. Nesse capítulo, teceremos comentários dessa assistência desde o Brasil Colônia até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁴ “Por ‘instituído’ colocaremos não só a ordem estabelecida, os valores, modos de representação e de organização considerados normais, como igualmente os procedimentos habituais de previsão econômica social e política” (ALTOÉ, 2004, p. 47).

No terceiro capítulo, chegaremos em Cariacica por meio de uma expedição que nos levará a conhecer um pouco de sua história e, também, demarcar os lugares que são considerados importantes para o município. Conheceremos, ainda, o Conselho Tutelar dessa região, sua localização e seus aspectos constitutivos.

No quarto capítulo, passaremos a conhecer como as conselheiras descrevem seu trabalho e também como falam sobre a relação que estabelecem com as escolas e com as famílias atendidas. Traremos, também, as narrativas das famílias, sobre alguns aspectos de seu cotidiano, sobre a vida escolar das crianças entrevistadas e seus encontros com o Conselho Tutelar. Discutiremos cada caso, levando em conta seus processos de singularização, pois as histórias se atravessam, se movem, se deslocam e se compõem.

No quinto e último capítulo, teceremos algumas considerações finais sobre a temática estudada, bem como as últimas amarrações feitas diante dos dados produzidos.

1.1 CONSTRUINDO E PERCORRENDO O CAMINHO METODOLÓGICO: O ENCONTRO COM O CAMPO

Na escolha do método, escolhemos instrumentos que nos auxiliaram no entendimento de uma história não linear e impossível de ser apreendida como causa-efeito, principalmente quando consideramos certos serviços públicos de Cariacica e de sua própria realidade. Dessa forma, utilizamos a pesquisa qualitativa,⁵ com o intuito de acompanhar os movimentos do campo.

Organizamos, então, um roteiro que indicava uma primeira direção. Permanecemos aberta às variações entendendo a inexistência de exigências *a priori*. Nosso primeiro roteiro foi se definindo e redefinindo constantemente conforme as paisagens se organizavam, dessa forma, fomos acompanhando os processos.

Com o intuito de questionar a linearidade da História, como mencionado, percorremos nosso caminho com a ideia da genealogia foucaultiana, uma

⁵ Rey (2002); Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998).

ferramenta que “[...] trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2008b, p. 15) e que nos auxiliou em todo o processo. Foi assim que, caminhando por uma história nada asséptica, narrada por personagens reais que, tentamos buscar a singularidade dos acontecimentos, sobretudo naquilo que, geralmente, não participa da história, como “[...] os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 2008b, p. 15), que nos levam a entender alguns fatos que diversas vezes são excluídos, desconsiderados, desvalorizados e mesmo apagados do discurso oficial.

Na genealogia, Foucault (2008b) trata do lugar onde os acontecimentos são acasos e não causalidades. A genealogia agita, fragmenta e heterogeniza os fatos. Ele ainda nos mostra “[...] que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT, 2008b, p. 31).

A história também é emergência, “[...] enquanto que a proveniência designa a qualidade de um instinto, seu grau ou seu desfalecimento, e a marca que ele deixa no corpo, a emergência designa um lugar de afrontamento” (FOUCAULT, 2008b, p. 24), a emergência fala do combate diante das circunstâncias adversas.

Considerando essas ferramentas, nosso objetivo geral foi trabalhar as peculiaridades da relação entre o Conselho Tutelar e as crianças que foram encaminhadas pela escola. Assim, propomo-nos a dividir o trabalho de campo em dois principais momentos: o primeiro se efetivou no contato com as ex-conselheiras tutelares que participaram do mandato de 2005 a 2007 e o segundo, com algumas crianças e suas famílias, que se relacionaram com o Conselho Tutelar nesse período.

Neste estudo, priorizamos um contato bem próximo com os sujeitos, buscando a partir daí, efetivamente, apreender as singularizações de cada história. Apenas quatro famílias foram pesquisadas, pois pretendíamos dar maior densidade ao contato em detrimento da quantidade de possíveis sujeitos a serem entrevistados.

1.2 CONSELHO SEM CONSELHEIRO: O DESENCONTRO

Em final do ano de 2007, aproximava-se a época de eleições dos conselheiros tutelares de Cariacica. Sentíamo-nos ansiosa em circular pelo campo tendo em mãos o projeto finalizado. Foi nesse momento que começamos a ouvir rumores de que não existia mais Conselho Tutelar em Cariacica. Para entendermos o que estava se passando no município, enveredamos numa busca de informações sobre o que estava sendo noticiado. Fomos até o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica (COMDCAC),⁶ ao Conselho Tutelar da Região III,⁷ participamos de reuniões com a Promotoria,⁸ mas a explicação parecia sempre a mesma: simplesmente não haveria eleição de novos conselheiros.

Em agosto de 2007, houve a aprovação de uma nova lei⁹ que regulamentava o processo de implantação e eleição dos conselheiros tutelares. No ato de aprovação dessa lei, foi revogada a Lei nº 2199/91,¹⁰ de criação do COMDCAC. De tal modo, legalmente, o COMDCAC deixou de existir até dezembro de 2007, quando foi aprovada uma nova lei,¹¹ de recriação do COMDCAC, o que viabilizou o processo de eleição do Conselho Tutelar. É importante lembrar que, dentre as atribuições do Conselho Municipal de Direitos, estão a convocação e a realização das eleições dos Conselhos Tutelares. Embora esse Conselho tenha legalmente existido somente até agosto de 2007, os conselheiros tutelares continuaram a se encontrar para discutir sobre o acerto de toda essa situação, melhor dizendo, buscavam a elaboração de um novo projeto de lei para regulamentar a criação dos Conselhos.

Durante esse período, até os casos mais simples, que comumente eram resolvidos nos Conselhos Tutelares, passaram a ser encaminhados para o Juizado da Infância

⁶ Durante todo o texto, quando nos referirmos ao Conselho Municipal Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica, utilizaremos a sigla COMDCAC e, quando nos referirmos ao Conselho Tutelar, usaremos o termo completo ou apenas a primeira palavra.

⁷ Em Cariacica existem quatro Conselhos Tutelares divididos por regiões. Cada região concentra um número determinado de bairros.

⁸ Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como função extrajudicial, a promotoria atua na apuração de infração contida no Estatuto da Criança e Adolescente, inclusive administrativa.

⁹ Lei nº. 4504/2007. Disponível em: <<http://189.38.58.10/cariacica/images/leis/html/L45042007.html>>. Acesso em: 19 dez. 2008.

¹⁰ Lei nº. 2.199/1991. Disponível em: <<http://189.38.58.10/cariacica/images/leis/html/L21991991.html>>. Acesso em: 19 dez 2008.

¹¹ Lei nº. 4.544/2007. Disponível em:< <http://189.38.58.10/cariacica/images/leis/html/L45442007.html>>. Acesso em: 19 dez. 2008.

e da Juventude, o que comprometeu os mais de 2,5 mil processos¹² em tramitação na Vara da Infância e da Juventude.

1.3 DEFININDO E REDEFININDO O CAMPO: O REENCONTRO

Encontramo-nos rastreando o campo e sendo guiada por ele. Diante desse momento descrito acima, decidimos buscar as conselheiras que participaram do último mandato (2005 a 2007). Consideramos que, com a vasta experiência que dispunham quanto à dinâmica de funcionamento do Conselho Tutelar e, com o contato com as famílias que atenderam, elas poderiam nos auxiliar.

Foi, então, que tivemos um reencontro muito produtivo. Durante três anos, havíamos tido a oportunidade de trabalhar com essas conselheiras na Região III, por ocasião da nossa participação no Programa de Extensão mencionado. O fato de ser um reencontro fez com que a atmosfera das entrevistas se desse de forma bastante à vontade.

Dispusemo-nos a ouvir as conselheiras e, para os nossos reencontros, contamos com um roteiro de entrevista semiestruturado que funcionou como um elemento norteador. Utilizamos um gravador que garantiu que nada se perdesse. Também disponibilizamos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, convidando as entrevistadas a autorizarem a realização e divulgação da entrevista, mantendo em sigilo o verdadeiro nome das entrevistadas.

Os dados produzidos, durante essas entrevistas, foram analisados de forma conjunta, não se diferenciando a fala de uma ou outra conselheira, entendendo que assim estaríamos levando em conta a postura das conselheiras e não as ações individuais de cada uma.

A maioria das entrevistas foi feita nas casas das próprias conselheiras. Lá pudemos adentrar seus lares e conhecer, de outra forma, essas personagens. Em diversos momentos, víamo-nos envolvida e relembrando certos acontecimentos dos quais também fizemos parte.

¹² Jornal A GAZETA (2008).

Dessa maneira, a entrevista foi dividida em três momentos:

BLOCO I: Experiência no Conselho

- A escolha de ser conselheira
- Situações vividas no Conselho
- Final do mandato 2005-2007

BLOCO II: Escola e Conselho Tutelar

- Contato com a escola
- Dificuldades na relação
- Retaguardas

BLOCO III: Criança/adolescente e Conselho Tutelar

- Contato com o aluno encaminhado
- Atendimento aos casos escolares
- Retorno do aluno atendido

1.4 VASCULHANDO AS FICHAS DE ATENDIMENTO

Finalizado o contato com as ex-conselheiras, partimos para o momento de escolher as famílias por meio das fichas de atendimento existentes no Conselho Tutelar. Entretanto, nesse momento, tornou-se impossível a realização dessa tarefa, porque os assistentes sociais¹³ que estavam, excepcionalmente, trabalhando nos Conselhos não tinham acesso a nenhum arquivo, ficha ou documento, pois tudo havia sido lacrado pela Promotoria.

As eleições foram realizadas somente no dia 18 de maio de 2008 e depois de 15 a 20 dias as conselheiras tomaram posse. Após esse período, retornamos ao Conselho a fim de tomar contato com as fichas. Com esses documentos em mãos, notamos uma grande desorganização no arquivo: os anos se misturavam e não havia o mínimo de padronização na elaboração desses encaminhamentos.

¹³ Como não havia novos conselheiros para assumir o cargo em 2008, a Prefeitura de Cariacica contratou assistentes sociais para assumirem o cargo temporariamente até que se realizassem novas eleições.

Apesar disso, colhemos as informações de todas as fichas de 2001 a 2007 e depois de efetuado o levantamento desses dados, filtramos apenas os anos de 2005 a 2007 que corresponderiam ao último mandato. No emaranhado de 1.420¹⁴ casos, atendidos durante esse último período citado, 250 diziam respeito a casos encaminhados por escolas. Diante desse número significativo, deparamo-nos com mais um elemento que demonstrou essa intensa busca do Conselho Tutelar por parte da escola. Pensamos essa situação como um triângulo no qual o Conselho, escola e familiares/crianças seriam três vértices. A demanda que foi formulada em um deles, no caso a escola, levou-nos a indagar sobre as narrativas e os atravessamentos que poderiam ser apreendidos das duas outras partes envolvidas, a família/criança e os conselheiros. É a partir de uma demanda formulada pela escola que se cria uma relação e um vínculo que não existia previamente entre a criança/família e o Conselho. Trata-se, portanto, de compreender o modo como a demanda formulada por uma instância é narrada pelos outros atores necessariamente envolvidos nesse processo.

Em contato com os formulários provenientes das escolas, vimos que, em alguns desses documentos, faltavam dados importantes, como o nome da escola que formulou a queixa, informações sobre os pais ou data de elaboração do documento. Também foi possível perceber que os casos encaminhados pelas escolas se referiam, em sua maioria, a situações de agressão física, principalmente entre alunos. Encontramos, ainda, muitos relatos de mau comportamento que englobavam atrasos, desinteresse, indisciplina e rebeldia. Além desses, havia muitas queixas de alunos faltosos e alunos com dificuldade de aprendizagem.

¹⁴ Os outros 1.170 casos referem-se a casos variados, como abuso sexual, rebeldia, dependência química, negligência dos pais, problemas de doença, agressão, exploração sexual, maus-tratos, dentre outros que foram encaminhados para o Conselho Tutelar por meio de denúncia anônima, pelo pai, pela mãe, pelo irmão, pelo vizinho ou outros.

1.5 O ENCONTRO COM AS FAMÍLIAS

Para escolha das famílias, retornamos ao Conselho Tutelar e, acessando novamente as fichas, escolhemos alunos que chegaram até o Conselho em 2007,¹⁵ encaminhados pela escola. Tivemos algumas dificuldades em relação a esses contatos, pois muitos haviam mudado de município ou o número do telefone era inexistente. Escolhemos, então, trabalhar com quatro famílias. Diante desse quadro, fomos até suas casas com o intuito de ouvir sobre a relação do Conselho com as crianças encaminhadas pela escola.

Foi nesse contato com as famílias que tivemos uma visão ampliada da complexidade do campo que nos propusemos a estudar. Compusemos, então, quatro histórias: a história de Pedro,¹⁶ a história de Fábio, a história de Davi e a história de Júlio. Nossa proposição era buscar conhecer os atravessamentos presentes nas histórias dos sujeitos que foram produzidos a partir de suas vivências cotidianas, das políticas sociais implementadas, das relações de poder instauradas e de outros componentes que se destacaram no campo pesquisado. Também utilizamos um roteiro que norteou nossa conversa e, ainda, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual os entrevistados autorizaram a realização e divulgação da entrevista, mantendo em sigilo o verdadeiro nome das entrevistadas.

A entrevista foi dividida em três momentos:

BLOCO I: O bairro

- A chegada no bairro
- Vivências nesse local

BLOCO II: Escola

- Vida escolar
- Encaminhamento ao Conselho Tutelar

¹⁵ Escolhemos o ano de 2007 por ser o mais recente. Sendo assim, esperávamos que mais fatos pudessem ser lembrados pelas crianças e pelas famílias entrevistadas.

¹⁶ Todos os nomes foram trocados para garantir o sigilo dos participantes.

BLOCO III: Chegada ao Conselho Tutelar

- Conversa com as conselheiras
- Processo de atendimento à criança

Fomos compreendendo o movimento dos encontros realizados por meio dos depoimentos de quatro conselheiras e das histórias de quatro crianças. Com esse material, foi possível conhecer diversos aspectos da atuação das conselheiras, suas estratégias de trabalho, suas dificuldades e conquistas. Pelo contato com as crianças e suas famílias, percorrendo seus bairros e suas casas, conhecemos diferentes modos de vida, sentimentos e comportamentos em relação ao Conselho e à escola.

Para tratar dos dados referentes às crianças, percebemos de imediato a impossibilidade de entrevistarmos tão somente a criança. Demo-nos conta de que, ao falar da criança, também falávamos de sua família e, principalmente, com sua “cuidadora”.¹⁷ Nesse sentido, optamos por compor histórias as quais seriam formadas por falas dos responsáveis e por falas das crianças.

Durante a trajetória da pesquisa, encontramos-nos com uma série de fatos que nos levaram a diferentes caminhos. Procuramos nos aventurar e não nos afastar do que soava como estranho ou angustiante. É por conta dessa forma de estar no campo que fomos entendendo esses percalços como dados produzidos durante a pesquisa. Um deles é o fato de que durante algum tempo o Conselho funcionou com assistentes sociais¹⁸ sem conselheiros tutelares. Não se tratava apenas da saída dos conselheiros, mas da alteração de um atendimento básico para as crianças e adolescentes de todo o município. Uma ex-conselheira que vivenciou esse processo nos descreve o fato:

Simplemente disseram: “Me dá a chave e pode embora”. Como se a gente fosse uma pessoa qualquer [...] quem me colocou lá dentro foi a sociedade, foi a comunidade, eu tinha que dar respostas a essas pessoas que confiaram em mim (EX-CONSELHEIRA).

¹⁷ Quando falamos “cuidadora”, estamos nos referindo à pessoa que é responsável pela criança e que disponibiliza cuidados a ela.

¹⁸ Os assistentes sociais trabalharam no Conselho de janeiro a maio de 2009.

Entretanto, mesmo ocupando o mesmo local de trabalho de um conselheiro tutelar, o assistente social não pode exercer da mesma forma essa função. Cabia-lhe, então, fazer apenas encaminhamentos e pedidos, tornando o serviço deficiente e, em certo sentido, distinto ao que propõe o Estatuto. O sentimento de obrigação em responder à sociedade, mesmo não sendo mais conselheira tutelar, diz respeito a um sobretrabalho, o que necessariamente se vincula à ideia de sobreimplicação de Lourau (2004)¹⁹. A sobreimplicação garante, de alguma maneira, a existência do trabalho de conselheira, mesmo naquele momento em que oficialmente havia deixado de existir o Conselho Tutelar em Cariacica.

A população foi mal informada do que estava acontecendo e, por isso, muitas pessoas dos bairros próximos continuavam a procurar a ex-conselheiras, como forma de tentar solucionar seus problemas. Em nossas reuniões e encontros em Cariacica fomos informada que a lei passou por diversas instâncias e em nenhum nível foi detectado o erro.

Nesse caso, várias proposições foram quebradas: a de que o Conselho Tutelar é um espaço de participação popular que conta com cinco pessoas que são escolhidas pela comunidade; a de que o Conselho Tutelar tem a característica de ser permanente porque desenvolve uma ação contínua e ininterrupta; e, ainda, que o Conselho é um órgão autônomo em suas decisões e não está subordinado a pessoas ou órgãos, mas ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sobre esses episódios questionamos, em muitos momentos, o motivo de tantos desacertos. Entretanto, deparamo-nos com o silêncio ou com explicações superficiais, as quais nos forçavam a pensar que a situação da criança e do adolescente tem sido vista como uma questão secundária.

¹⁹ Para desenvolver o conceito de sobreimplicação o autor parte do conceito de implicação, descrevendo-o como um nó de relações, não sendo boa (uso voluntarista), nem má (uso jurídico-policial). Já a sobreimplicação, por sua vez, é designada como a ideologia normativa do sobretrabalho, gestora da necessidade do implicar-se (LOURAU, 2004)

2 BREVE HISTÓRIA DAS LEIS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Pessoal, desculpe incomodar a viagem de vocês, não estou na rua para roubar, mas para trabalhar honestamente. Qual de vocês tem um bom coração e poderia me ajudar comprando minhas deliciosas balas de eucalipto? Três por um real. Aceitamos dinheiro, vale e cheque assinado em branco. Quem puder me ajudar eu agradeço, pessoal.

(Muitos meninos e meninas do Brasil)²⁰

As palavras ditas e ouvidas, dentro dos transportes coletivos, com um tom melódico e marcadamente decorado, vêm das mais diferentes pessoas, dentre elas, crianças e adolescentes. Diante delas, sentimos e participamos das mais variadas reações: o desvio do olhar, a pena, o medo, o incômodo, a indiferença, a admiração, a impotência e o paradoxo diante do conhecimento de um Estatuto²¹ que proíbe “[...] qualquer trabalho a menores de idade”.²² Entretanto, há uma tensão colocada entre a formulação de uma lei e as práticas cotidianas. Muitas vezes essas práticas não dão conta de que esses meninos e meninas, na maioria das vezes, encontram-se numa situação em que abrir mão do trabalho significa a redução da renda familiar, um possível risco de violência doméstica e a não satisfação de seus desejos e necessidade de consumo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como tantos outros documentos normativos, é resultado de seu tempo. Isso não quer dizer que sua criação não tenha sido relevante, mas expressa uma forma de pensar e agir de um determinado momento histórico no qual existiam múltiplos interesses em jogo nos diversos âmbitos. Nesse sentido, apropriamo-nos das palavras de Foucault (2008b, p. 25): “Em si mesmas as regras são vazias, violentas, não finalizadas; elas são feitas para servir a isto ou àquilo; elas podem ser burladas ao sabor da vontade de uns ou de

²⁰ Nas idas ao campo de pesquisa, diversas vezes, dentro do ônibus na linha 509, pudemos assistir à entrada dessas pessoas que vendiam balas e outros doces.

²¹ Ao longo do texto nos referiremos ao Estatuto da Criança e do Adolescente por Estatuto ou simplesmente por ECA.

²² “[...] salvo a condição de aprendiz” (BRASIL, 2005).

outros. O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras”. É por conta desse jogo de forças que o ECA, assim como a maioria das leis, apresenta contradições, avanços e retrocessos. Suas condições de aplicabilidade reais se movimentam constantemente, pois estamos falando de algo vivo, sempre sujeito às pressões para constantes reformulações. A lei se coloca como um instrumento de ação, que se faz e refaz na ação dos homens.

O interesse é que essas ações garantam uma rede de atendimento funcionando em prol das crianças e dos adolescentes e superem as atuações fragmentadas e as práticas individualizantes que têm se destacado nos serviços de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Falamos sobre a efetivação das regras emitidas pelo ECA pressupõe mudanças no modo de entender e agir de indivíduos, famílias, comunidades, gestores públicos e dos demais integrantes da sociedade, especialmente pelas dificuldades históricas com que sempre crianças e adolescentes foram tratados no Brasil.

A criança e o adolescente têm sua história recontada em muitos espaços. Há trabalhos publicados que buscam reconstruir as discontinuidades de cada época. Essa história se efetiva quando os fatos se dispersam, se desdobram e se desencadeiam. Não há um acontecimento verdadeiro que origina todos os processos; há acontecimentos que produzem sujeitos históricos imersos nas dinâmicas sociais de nossa sociedade. Nesse caminho, é importante desnaturalizar quaisquer noções totalizantes sobre a infância que se pretendam permanentes e universais. O conceito de criança como o conhecemos hoje é recente e passou por diversas mudanças.²³

Dessa forma, não se trata de uma tarefa simples. Nosso maior embate é organizar certos elementos marcantes da história sem hierarquizá-los ou colocá-los em posição de causa e consequência. Entendemos que, nessas discontinuidades, há uma certa continuidade, mas que não é absoluta.

²³ Ariès (1978) descreve que, na Idade Média, a criança era vista como miniatura de adulto. Depois, por volta do século XVI, vai sendo delineado uma nova concepção que via a criança como ingênua e inocente, um ser incompleto e imperfeito que servia como fonte de distração e relaxamento para os mais velhos, e pelo sentimento dos moralistas preocupados com a disciplina e os bons costumes, viam nas crianças frágeis criaturas de Deus que precisavam ser preservadas e disciplinadas. Isso até chegarmos à noção atual da criança, como sendo um sujeito com características próprias.

Ao circular por esse campo, convocamos diversos autores estudiosos da história das crianças no Brasil para nos auxiliarem nessa remontagem. Entendemos que cada um deles, junto conosco, compõe também esta história. Tais autores, com suas leituras e releituras dos acontecimentos, fizeram-nos passear pelas diversas mudanças em relação ao tratamento dado à infância e à juventude. Nossa proposta é pensar a partir da “inexistência dos universais” (FOUCAULT, 2008a, p. 5) para questionar que história estamos compondo. Para tanto, fizemos um recorte que vai desde a utilização da Roda dos Expostos como meio de “salvar” as crianças do abandono até chegarmos à criação do órgão de defesa dos direitos infanto-juvenis, os Conselhos Tutelares.

É seguindo por esse caminho que, nos próximos tópicos, trabalharemos com os escritos de Jacques Donzelot (1980), Maria Luiza Marcílio (1997), Irene Rizzini (1995, 2000, 2004), Irma Rizzini (1993, 2004), Francisco Pilloti (1995; 2006), Antônio Carlos Gomes Costa (1994), Riolando Azzi (1992), Edson Passetti (2000), Mary Del Priore (2000), Emílio Garcia Mendez (1994) e Elizabeth Maria Andrade Aragão (2004), além de outros que não foram citados neste momento, mas que nos levaram, de alguma forma, a compor essa etapa do trabalho.

2.1 ENTRANDO NA RODA: RASTREANDO A PRIMEIRAS INICIATIVAS

Escolhemos iniciar nosso trajeto histórico, em relação à construção das políticas de assistência para crianças e adolescentes, pelo estabelecimento que, por quase meio século, foi praticamente o único responsável pela assistência à criança abandonada em todo o Brasil: A Roda²⁴ dos Expostos. No século XVIII, a assistência à infância era de responsabilidade das Câmaras Municipais, mas é importante destacar que

²⁴ Estruturalmente, a roda possuía uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória. Era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criança enjeitada. A seguir, ele a girava toda e a criança chegava ao outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar à vigilante ou à rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor, disfarçadamente, retirava-se do local, sem ser identificado (MARCÍLIO, 1997, p. 55).

esse encargo foi, em grande parte, assumido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia.²⁵

Riolando Azzi (1992) nos traz uma importante análise para a compreensão das relações entre a Igreja e o menor no Brasil, sob o ponto de vista histórico. Nesse estudo, ele destaca que a problemática do menor se impôs como uma questão no Brasil ao final do século XVII e início do século XVIII, mais exatamente com o início do ciclo do ouro. É nesse período que a vida urbana se presentificou de forma mais intensa, e as crianças enjeitadas passaram a se tornar um problema. O nascimento de crianças ilegítimas sempre foi uma constante na história do Brasil, entretanto, quando a sociedade brasileira era marcada pela ruralidade, pelo plantio da cana-de-açúcar e pela criação de gado, as próprias comunidades agrícolas se encarregavam de sustentar e criar as crianças enjeitadas.

É no espaço urbano que a Roda dos Expostos ganha destaque. O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. A roda teve origem nos mosteiros e conventos medievais, usados para enviar objetos, alimentos e mensagens aos internos. O cilindro garantia o isolamento e evitava qualquer contato com o mundo exterior. Esses mosteiros recebiam, também, crianças doadas, pelos pais, para o serviço de Deus. Dessa forma, muitos pais abandonavam seus filhos utilizando a roda e esperavam com isso que o bebê fosse cuidado pelos monges.

A roda foi utilizada para salvaguardar o anonimato do expositor, evitando-se o que era considerado o mal maior: o aborto e o infanticídio. Além disso, a roda poderia defender a honra das famílias cujas filhas teriam engravidado fora do casamento. A roda também serviu ao propósito de regular o tamanho das famílias, dado que, na época, não havia métodos eficazes de controle de natalidade. Na realidade, nessa política da roda, parecia predominar não a assistência à criança, mas a garantia da ordem social. Nesse sentido, a criança se coloca como um objeto que precisa ser escondido, eliminado da sociedade para evitar escândalos e consequências às famílias da época.

²⁵ As rodas eram estabelecidas junto às Casas de Misericórdia.

A partir dos anos de 1860, emergem inúmeras instituições de proteção à infância desamparada. Marcílio (1997) traz vários dados que nos possibilitam conhecer que, em 1887, a cidade do Rio de Janeiro possuía uma lista considerável de estabelecimentos de abrigo e educação para menores desvalidos, de caráter público ou particular. Durante cerca de três séculos e meio, as iniciativas de assistência em relação à infância abandonada foram quase todas de caráter caritativo e filantrópico promovidas por iniciativa de instituições religiosas.

As primeiras medidas tomadas efetivamente pelos poderes públicos com relação à infância emergem somente a partir da segunda metade do séc. XIX, durante o Governo Imperial. Foi, então, aprovado um decreto que regulava a reforma do ensino primário e secundário e criou-se o Asilo de Meninos Desvalidos.

O asilo representava um modelo de atendimento que sobreviveu e permaneceu na República. No período de Governo Imperial, o Estado adotou uma política de atendimento baseada na internação, com o objetivo de educar ou “recuperar o menor”. Dessa forma, o modelo asilar de atendimento à infância desvalida foi a contribuição daquele Governo para a construção da assistência pública à infância no País.

2.2 O CÓDIGO DE MENORES: CATEGORIZANDO A INFÂNCIA POBRE, DELINQUENTE E MARGINALIZADA

No Brasil República, rompeu-se a forma de governo, mas permaneceram as relações clientelistas e coronelistas que sustentavam o Poder Imperial. A questão da criança adquire uma dimensão consolidada no ideal republicano da época. Saliava-se a urgência de intervenção do Estado, educando ou corrigindo os “menores” para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o País, assegurando a organização moral da sociedade.

O período de 1923 a 1927 é destacado por Rizzini (2000) como o mais proveitoso em termos de leis referentes à organização da assistência e proteção à infância abandonada e delinquente. Ainda em 1923, o Decreto nº 16.273, trata de

reorganizar a Justiça do Distrito Federal, incluindo a figura do juiz de menores na administração da Justiça e, somente em 1927, foi promulgado o Código de Menores.

A Doutrina de Situação Irregular, por meio do Código de Menores, trouxe a compreensão de que algumas crianças e adolescentes, especialmente pobres, abandonados, doentes, infratores, etc., estariam em situação irregular em relação ao conjunto da sociedade e às demais crianças e adolescentes brasileiros. Para aqueles, deveria funcionar todo o sistema jurídico que tratasse de retirá-los do convívio social, mantendo, assim, a sociedade de forma harmônica. Essa forma irregular, muitas vezes, já se colocava desde o nascimento da criança, ou seja, em função de sua condição de classe, ou da sua situação econômica e de vida.

A criança e o adolescente não eram vistos como cidadãos e sim como objeto de intervenção estatal, e a autoridade detinha o poder de definir o que era e o que não era bom para o “menor”. Sendo assim, podemos dizer que a proteção jurídica era categorizada e não “integral”, porque não alcançava a todos. O Código de Menores não era endereçado a todas as crianças, mas apenas àquelas consideradas em “situação irregular”. O código definia, já em seu art. 1º, a quem a lei se aplicava:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente às medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo²⁶ (BRASIL, 1927).

Efetivamente, o menor não era apenas esse indivíduo “desajustado” com idade inferior a 18 anos, conforme se pode observar no questionário “Investigações do Comissário de Vigilância”:

Menor era aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos e em companhias suspeitas. Mesmo que ele não se enquadre na descrição acima, retirada dos questionários, será sempre um candidato se seus pais não oferecerem “suficientes garantias de moralidade, energia e capacidade econômica” para educá-lo (apud RIZZINI, 1993, p. 96).

²⁶ Grafia original.

O Código de Menores visava a estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando questões, como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. O Código revestia a figura do juiz de grande poder. O destino de muitas crianças e adolescentes ficava a mercê do julgamento e da ética do juiz.

O Juízo de Menores estabeleceu um novo padrão com relação à prática jurídica voltada para o menor, que passou a ser avaliado e classificado de acordo com o seu enquadramento em função de características morais, físicas, sociais, afetivas e intelectuais. Dessa forma, a criança ou o adolescente eram analisados a partir de diagnósticos fornecidos inicialmente por médicos e professores, que utilizavam conceitos da Psicologia, Pedagogia e Medicina para atribuir ao menor uma personalidade normal ou patológica.

Nesse período, o menor passou a ser pensado pelo viés da “ciência”. Irma Rizzini (1993) discute a criação do Juízo como resultado de novos ideais de proteção à assistência à infância, entendendo que a compreensão, sob o ponto de vista da moral, já não mais era satisfatória para abranger a complexidade do universo da infância abandonada. Isso fez com o que os especialistas buscassem com maior frequência respostas no “campo científico”.

O Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado em 1941, durante a ditadura Vargas, foi a primeira tentativa de estabelecer uma política para “assistir menores” em instituições oficiais, com o objetivo de centralizar as políticas de atendimento ao “menor” no País. Com isso, postulava-se devolver à sociedade indivíduos que pudessem entrar no mercado de trabalho, tornando-se “úteis”:

Deve-se ressaltar que o SAM, desde a sua origem, responsabilizou-se por sistematizar e orientar os serviços para crianças tidas como desvalidas e delinquentes. Sua existência transcorreu marcada pela corrupção, pelo clientelismo e por abuso contra os internos, de tal sorte que, na década de 50, sua representação no imaginário social brasileiro passou a se configurar como ‘Escola do Crime’, ‘Fábrica de Monstros Morais’ e ‘SAM - Sem Amor ao Menor’ (ARAGÃO, 2004, p. 25).

Com o fim da Era Vargas, em 1945, inicia-se um período democrático-populista. Nessa transição, em relação à infância, destacam-se estratégias de preservação da

saúde da criança e de participação da comunidade, como também as críticas e denúncias ao SAM. Sobressaem, também, tentativas de reformulá-lo, o que gerou a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

A FUNABEM foi criada no primeiro ano do Governo militar. Dentre os seus objetivos estatutários, constava a formulação e a implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), por meio de estudos que subsidiariam o planejamento de soluções para o problema do menor no Brasil. As Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), na esfera estadual, eram destinadas a garantir o atendimento ao menor, além de aplicar os recursos repassados para esse fim.

É necessário considerar que, no final dos anos 60, grandes mudanças sociais ocorreram em nosso país. Houve um grande êxodo rural e, em virtude desse processo migratório, as cidades foram se tornando cada vez mais populosas. Entretanto, não dispunham de infraestrutura suficiente para abarcar o grande número de pessoas com pouca escolaridade e baixa qualificação profissional. Assim, esses trabalhadores acabaram alocados em subempregos.

Acreditava-se que tais grupos de pessoas, frutos de um processo social perverso, tendiam a converter-se em geradores de desarmonia. Pilotti e Rizzini (1995) afirmam que essas pessoas passaram da condição de marginalizados a marginalizantes, em consequência dos efeitos nocivos de suas características comuns (situação de pobreza, quebra de valores e de comportamento cultural, alto índice de natalidade, alto índice de alcoolismo, mendicância, etc.) sobre a sua própria reprodução social, isto é, sobre crianças e adolescentes nascidos e criados nesse meio.

No âmbito da 'questão social' configurava-se, assim, uma 'questão do menor'. O processo de marginalização de crianças e adolescentes tinha de ser reconhecido como regra geral. Os dados disponíveis indicavam uma realidade assustadora. A massa crescente de crianças e jovens marginalizados fazia prever, a curto e médio prazo, prejuízos consideráveis, quer do ponto de vista sócio-econômico, quer do ponto de vista político (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 303).

No final da década de 1970, foi criado o Novo Código de Menores, mas não teve longa duração. Esse código tratava da ampliação dos poderes da autoridade

judiciária, ou seja, refletia a fidelidade dos juízes de menores à velha lei de Mello Mattos,²⁷ adaptando-a aos novos tempos.

Na década de 1980, época marcada por ares democráticos, houve uma rejeição às práticas repressivas impostas por lei. Além disso, abriu-se espaço para o que se acredita ser a maior e significativa reformulação da história da legislação para a infância. Foram anos de debate, denúncias e demonstrações públicas de descontentamento ao Código de Menores que, numa escala sem precedentes no Brasil, produziram movimentos sociais em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

2.3 A GRANDE RUPTURA: DA SITUAÇÃO IRREGULAR À PROTEÇÃO INTEGRAL

Como vimos, no Brasil, a intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas públicas para crianças e adolescentes teve como preocupação ações voltadas para a limpeza social dos tipos indesejáveis.

A ruptura ocorreu apenas com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no bojo de um processo de abertura política, após duas décadas de regime ditatorial e quase 60 anos de tentativa de reformulação do Código de 1927.

Embora, para a economia do País, os anos 80 tenham sido considerados como a “década perdida”, diversos avanços políticos e institucionais em direção ao Estado democrático foram visíveis. Encontros aconteceram fazendo com que a história frágil e precária, que nos dava a impressão de um cenário de desolação, nos surpreendesse, evidenciando certo preparo do terreno para um significativo movimento social em favor de crianças e adolescentes.

Após a intensa movimentação ocorrida nos anos de 1980, podemos contemplar a síntese de todo esse o esforço realizado, observando o art. 227 da Constituição Brasileira de 1988:

²⁷ O primeiro Código de Menores também ficou conhecido como Código Mello Mattos, nome do consolidador dessa lei e primeiro juiz de menores do Brasil, nomeado em 1925 (RIZZINI, 1993).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 148).

O texto constitucional pronuncia, mesmo que genericamente, todos os direitos que são fundamentais à infância e à juventude. É importante lembrarmos que a regra do art. 227 chega à Assembléia Nacional Constituinte por meio de uma emenda popular. Foi uma intensa mobilização e participação da população. Estamos falando de pessoas que já lutavam pela infância e juventude e tinham por objetivo assegurar direitos para essa faixa etária. A partir de reuniões e congressos em Brasília, articulações se deram entre o setor público federal e organismos da sociedade civil (juristas, associação de moradores, entidades sindicais, movimentos contra a carestia, etc.) em prol de modificações a serem efetivas nesse âmbito.

O que ganha destaque nesse acontecimento é que uma emenda popular, com mais de dois milhões de assinaturas, acaba sendo integrada à Constituição. Sendo assim, depois da Constituição de 1988, o Código de Menores torna-se inteiramente inapto para atender a essa nova regra constitucional de reconhecimento das crianças e dos adolescentes não mais como meros objetos de intervenção do Estado, mas, sim, como sujeitos de direito. Partindo desse ponto, surge a necessidade da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente como uma forma de regulamentação do preceito constitucional.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, os objetivos, finalmente, foram atingidos com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe, como princípio, a Doutrina da Proteção Integral, contrapondo-se à Doutrina da Situação Irregular que fundamentava o Código de Menores, como assinalado.

A Doutrina de Proteção Integral propõe que os direitos de todas as crianças e adolescentes devam ser reconhecidos e garantidos com absoluta prioridade. Nela, a família, o Estado e a sociedade têm o dever de assegurar tais direitos, sendo responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes, colocando-os a salvo de qualquer forma de exploração, violação ou opressão. Trata-se de um conjunto de instrumentos jurídicos de caráter internacional que não se destina apenas à infância

pobre, mas a toda população infanto-juvenil. Esses direitos são fundamentados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em diversos documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A inclusão de novas linhas²⁸ de ação da Política da Proteção Integral, contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, exigiu uma reestruturação dos serviços da política de atendimento à criança e ao adolescente no âmbito das políticas sociais. Essa inclusão decorre de um processo de reconhecimento e de garantia dos direitos que suprem as necessidades das crianças e dos adolescentes.

O Estatuto avança na discussão sobre a discriminação imposta pelo uso do termo “menor”, ao substituir a noção de “menor em situação irregular” pela de “sujeito de direitos”. Assim, no ECA, ser “sujeito de direitos” implica compreender que todos aqueles que tenham de zero a dezoito anos, as crianças e os jovens de qualquer segmento social, possuem a ampla garantia dos direitos pessoais e sociais baseada na Doutrina de Proteção Integral, que preconiza que a noção de Direitos deve se aplicar à infância e à juventude sem restrições. Ao estabelecer, então, a lógica de proteção integral, o Estatuto rompe com a doutrina de situação irregular enfatizada no Código de Menores que vigorava desde o ano de 1927, questionando o paradigma instituído que regulamentava essa lei.

O Estatuto redimensiona o papel do Estado em relação às políticas sociais. A partir dessa afirmação, Passetti (2000) aponta que, no âmbito nacional, o Estado permanece orientando e supervisionando as ações, mas reduz sua atuação na esfera do atendimento facilitando o aparecimento, em larga escala, das organizações não governamentais (ONGs).

Na pesquisa intitulada “A política de atendimento à infância e à adolescência na Região Metropolitana Grande Vitória”²⁹ (2004), os autores constataram que, entre as

²⁸ “São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente” (CALIMAN; MILANEZI; DALTON, 2004).

²⁹ Nesse caso, os autores se referem aos municípios de Vitória, Serra, Cariacica e Vila Velha.

instituições que oferecem serviços à criança e ao adolescente, há predomínio das instituições não governamentais. Historicamente, as instituições governamentais e as não governamentais que atuam na área de atendimento à criança e ao adolescente coexistem em nosso país.

Tal coexistência é legitimada na Constituição Federal, porém a pesquisa destacou que esse dado mostra que, muitas vezes, as instituições não-governamentais estão assumindo a política de atendimento à criança e ao adolescente, preenchendo uma lacuna que advém da precária participação do Estado. Além disso, a criança acaba se tornando um meio que propicia a continuidade de burocracias públicas e privadas e, por conta disso, são criados e recriados programas de atendimento e avaliações em torno da criança carente e abandonada, o que faz com que a estigmatização ainda persista.

Acompanhamos os grandes avanços que aconteceram no sentido de garantir às crianças direitos e cidadania³⁰. A partir dessa visão, uma igualdade de direitos e mesmo a proposição de equidade se configura já que, perante a lei, independentemente de cor, sexo, etnia ou classe social, todos os brasileiros de zero a dezoito anos passam a ter direitos e deveres.

Destacamos as diversas alterações que se deram na forma de assistir a criança e o adolescente. O sentido de assistência foi configurando-se de variadas formas. Inicialmente, eram assistidos de forma filantrópica por ação da Igreja Católica e pela ausência do Estado. Depois, um olhar assistencialista e repressivo sobre a criança e o adolescente, por meio do qual o “menor” era encarado com um problema de segurança nacional. E hoje, mesmo a criança com seus direitos e deveres bem definidos, ainda é possível ver resquícios das práticas das épocas anteriores.

³⁰ Compreendemos o conceito de cidadania como algo que vem sendo transformado ao longo dos tempos. Ser cidadão não é apenas receber direitos, mas participar ativamente da construção deles. A articulação ativa dos indivíduos em suas lutas coletivas é o que tem promovido a conquista de direitos na História.

2.4 OS MEIOS LEGAIS PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA

O advento do Estatuto é um dos momentos mais vibrantes dessa história oscilante. Ele vem no sentido de incumbir a lei de assegurar às crianças e aos adolescentes a possibilidade do exercício dos direitos fundamentais. A elaboração do Estatuto vai se dar exatamente na perspectiva de detalhar aquilo que estava genericamente previsto na Constituição de 1988 e também de criar um sistema de garantia para esses direitos.

No Estatuto, é proposto um sistema de atendimento e garantia de direitos e uma nova forma de gestão, com destaque especial aos Conselhos e Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares. São esses três meios que terão por finalidade a efetivação das leis contidas no Estatuto.

O Conselho Municipal dos Direitos, órgão criado por determinação do ECA, possui representação paritária e é a instância de âmbito municipal responsável pela formulação, deliberação e controle da política de atenção à criança e ao adolescente. Cabe ao Conselho de Direitos administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD).

O Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) existe nas instâncias federal, estadual e municipal e objetiva captar recursos destinados ao atendimento de políticas, programas e ações voltados para a proteção de crianças e adolescentes. O Imposto de Renda é a principal fonte de captação de recursos para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, e sua utilização não traz ônus a quem contribui.

Os recursos destinados ao FIA devem ser aplicados em projetos de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade, na proteção contra violência (maus-tratos, abuso, exploração sexual e/ou moral), em projetos de combate ao trabalho infantil, à profissionalização de adolescentes, além de orientação, apoio sociofamiliar e medidas socioeducativas.

Um terceiro meio legal proposto pelo Estatuto é o Conselho Tutelar. Trata-se de um órgão público municipal de caráter autônomo e permanente, cuja função é zelar pelos direitos da infância e da juventude conforme os princípios estabelecidos pelo

Estatuto da Criança e do Adolescente (no art.131). Juntamente com os Conselhos de Direitos, o Conselho Tutelar foi a mais importante inovação política de atendimento à infância e a adolescência a partir da implementação do ECA, pois este veio regulamentar as conquistas em favor da criança e do adolescente na Constituição Federal, além de promover importantes avanços nessa área.

Podemos destacar três principais vantagens em relação ao atendimento voltado à criança e ao adolescente: uma delas seria a municipalização, pois por meio dela, cada comunidade, dentro de suas características, peculiaridades e necessidades, encontrariam e definiriam formas de atendimentos possíveis; a segunda, vinculada diretamente à primeira, seria a articulação da comunidade, dessa forma, somente quando a comunidade estiver articulada, sensibilizada e participativa é que ocorrerão mudanças significativas; e, por último, a possibilidade de investimento de recursos públicos, garantindo que eles sejam utilizados de forma mais adequada e participativa, o que acarretaria um melhor atendimento.

O Conselho Tutelar é vinculado apenas administrativamente à Prefeitura Municipal. Sua relação de subordinação ocorre em relação às Diretrizes da Política Municipal. É regulado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), pela Justiça da Infância e da Juventude, pelo Ministério Público, pelas entidades civis que trabalham com a população infanto-juvenil e, principalmente, pelos cidadãos.

É de responsabilidade do Conselho Tutelar atender às crianças e aos adolescentes que tiverem seus direitos ameaçados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; ou em razão de sua conduta. Os Conselhos atendem e aconselham os pais e responsáveis, podendo aplicar algumas medidas, tais como, encaminhamento a cursos ou programas de orientação e promoção à família e tratamento especializado. Faz, ainda, requisições de serviços necessários à efetivação do atendimento adequado de cada caso, contribui para o planejamento e a formulação de políticas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às famílias.

Segundo as prescrições do ECA, deve haver, no mínimo, um Conselho Tutelar composto por cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de

três anos. Assim, caso haja necessidade, no município, haverá tantos Conselhos Tutelares quantos forem julgados necessários.

Ter reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residir no município são alguns requisitos básicos, gerais para todo o país, exigidos aos candidatos à função de conselheiros tutelares. Existem, ainda, requisitos municipais que permitem adaptar às características locais o perfil do conselheiro tutelar mais adequado à sua comunidade, como: fixar tempo mínimo de residência, fixar escolaridade mínima, exigir experiência anterior comprovada de trabalho social com crianças, adolescentes e famílias ou, ainda, exigir uma avaliação psicológica, visando a constatar a aptidão do candidato para o trabalho de conselheiro tutelar. Aliado a isso, é importante que o candidato tenha conhecimento de sua comunidade e dos desvios ao atendimento desses direitos e que demonstre conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, já que será seu principal instrumento de trabalho.

Os conselheiros tutelares comumente são pessoas que atuam como porta-vozes das suas respectivas comunidades, juntamente com órgãos e entidades para assegurar os direitos das crianças e adolescentes.

Para alcançar mudanças significativas no campo das políticas sociais de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, cabe às administrações municipais oferecer todas as condições para a criação e o pleno funcionamento dos Conselhos e Fundos.

Talvez, neste momento, fosse pertinente perguntarmos: diante de todo esse aparato legal, como a infância tem sido abordada atualmente no cenário nacional?

Destacamos que há uma relação direta existente entre um conjunto de saberes, leis e um determinado grupo de práticas que, quando pensados a partir da história, nos permite constatar e questionar as precárias condições sociais das crianças no Brasil.

Podemos considerar o Estatuto como um marco, entendendo que, a partir dele, se requer uma nova tomada de consciência pública em defesa desse projeto político e ético. No entanto, a efetivação desse conjunto de direitos fundamentais ainda caminha lentamente, especialmente quando consideramos certas situações que permeiam o cotidiano de crianças e adolescentes.

Atualmente, temos como parcela expressiva da população brasileira crianças e adolescentes, que representam 33,20% do total. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),³¹ 47,3% da população de zero a dezessete anos vivem em famílias com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Isso quer dizer que são mais de 27 milhões de meninos e meninas que ainda sofrem privações de vários tipos como a falta de alimentação adequada de acesso a saneamento básico, de água potável e de educação de qualidade.

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD)³² de 2003, do IBGE (2007), há 2,7 milhões de crianças, na faixa etária de cinco a quinze anos, submetidas ao trabalho infantil. A grande maioria trabalha em áreas rurais. De acordo com o estudo “Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes”,³³ da Secretaria Especial de Direitos Humanos, existem no País 932 cidades onde ocorre a exploração sexual comercial infanto-juvenil, 495 das quais com população entre 20 mil e 100 mil habitantes, principalmente no Nordeste e no Sudeste.³⁴

E em Cariacica, como isso tem se desenrolado? Como anda o entendimento do Estatuto e sua efetivação? Como os conselheiros e famílias têm entendido e vivenciado a questão dos direitos da infância no município?

Nosso próximo passo, então, é aproximar nossa lente no município de Cariacica para tentarmos pensar sobre esses questionamentos. Ao encontrarmos Cariacica almejávamos fazer combinações do que vemos, do que sentimos, do que provocamos e do que fomos provocados, enfim dos sentimentos e sensações que puderam compor um certo mundo. Queríamos falar de uma certa Cariacica constituída dessas amarrações com as quais pudemos nos relacionar. E é isso que nos faz rememorar a todo instante que somos irremediavelmente parte daquilo que pesquisamos e analisamos. Em diversos momentos, fomos levada por caminhos

³¹ Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 out. 2008.

³² Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 out. 2008.

³³ Disponível em: <<http://www.caminhos.ufms.br/matrizdados/resumomatriz.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

³⁴ Disponível em: <<http://protagonismojuvenil.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/A%20prioridade%20para%20o%20publico%20infanto-juvenil.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2008.

sinuosos e imprevisíveis, os quais não nos conduziram a um ponto de chegada, mas à busca de coordenadas. E assim íamos decidindo que rumo tomar.

3 EXPEDIÇÃO À TERRA DO CONGO³⁵

Cariacica se revela
 Cidade de encantos mil
 És esplendor da aquarela
 Com povo culto e gentil
 (Josefa Teles de Oliveira)³⁶

Ao ler esse pequeno poema, deparamo-nos com algo inesperado: uma “cidade de encantos mil”. Por um instante, pensamos se tratar de outra Cariacica, não do conhecido “bolsão de miséria” de encantos pouco conhecidos, marcado por assassinatos, violência, pobreza e descaso.

Será que estamos falando da mesma Cariacica? Inacreditavelmente sim, mas a Cariacica que Josefa recita com saudosismo é a de 1914. Cidade animada, movimentada por eventos sociais. A população comparecia em massa ao campo para ver o Sporte Club Brasil jogar e fazia da chegada e da partida do trem³⁷ de passageiros um festejo singular.

Visivelmente, ao circular por Cariacica, pelas vias públicas ou pelos jornais, notamos que não é mais a “terra de maravilhas”. Incontáveis mudanças ocorreram, algumas consideradas produtivas outras nem tanto. Constituiu-se, nesse espaço, um intenso processo de transformações nas quais queremos mergulhar e, como Foucault (2008b), queremos traçar uma expedição conhecendo um pouco das lutas, das invasões, dos movimentos, das surpresas, das vacilantes vitórias, das derrotas mal digeridas, dos disfarces, das astúcias, de enxergar o que aconteceu, e também o que deixou de acontecer. Nossa vontade não é escavar até encontrar uma origem de todos os males, mas, sim, simplesmente “escutar as histórias” (FOUCAULT, 2008b, p. 17).

³⁵ O congo é um tipo de ritmo musical bastante forte em Cariacica e também em outros pontos do Estado.

³⁶ Josefa Teles Oliveira nasceu em Frei Paulo, no Estado de Sergipe, em 14-12-1920. Foi poetisa, trovadora. Em 1974, mudou-se para o Espírito Santo, passando a residir em Cariacica, onde desenvolveu atividades de assistência social no IESBEM e com presidiários. Fundou o Clube da Trova de Cariacica, em 1985, e tem vários trabalhos publicados em coletâneas (OLIVEIRA, [199-]).

³⁷ A ferrovia Vitória-Minas foi construída pelos ingleses e inaugurada em 18 de maio de 1904. Foi incorporada à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale, na década de 40. É hoje uma das mais modernas e produtivas ferrovias brasileiras, transportando 37% de toda a carga ferroviária do País. Disponível em: < <http://www.transportes.gov.br/bit/ferro/efvm/inf-efvm.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

Vamos traçar uma expedição por Cariacica com o intuito de conhecer sua história e, também, de demarcar os lugares que são considerados importantes para o município, seja na economia, seja na cultura, seja na política. Pretendemos, com essa viagem, apresentar aos que não conhecem e reapresentar aos que conhecem uma terra de muitos problemas, mas também com muitas belezas. Com isso, esperamos facilitar a compreensão de alguns funcionamentos muito comuns em Cariacica para nos localizarmos sobre como tem sido tratada a temática da criança e do adolescente em articulação com o Conselho Tutelar da região.

Nessa expedição, faremos algumas rápidas paradas pelos principais pontos do município. Primeiro, subiremos o monte Moxuara para conhecer suas lendas e áreas naturais preservadas. Desceremos do monte em direção ao bairro Roda D'água, local onde acontece o carnaval de congo. Passaremos pela antiga Cariacica, onde vamos encontrar os primeiros habitantes e suas contribuições para a formação do povo cariaciquense. Finalmente, faremos a última parada na "Terra de ninguém", onde conheceremos como Cariacica se coloca hoje dentro de uma conjuntura social, política e econômica do Espírito Santo.

Não existem muitos trabalhos históricos publicados sobre Cariacica. Quem nos conduziu em grande parte do tempo foi o autor Omyr Bezerra Leal, que utilizou fontes orais para registrar vários episódios do município no livro *Cariacica*. Esse livro é considerado o primeiro e único livro sobre a história de Cariacica, uma obra rara sobre o município, publicada, originalmente, em 1951.

3.1 NOSSAS PARADAS: DO MOXUARA À ANTIGA CARIACICA

Avista-se ao longe o ponto mais alto do município, com uma altitude de 718 metros. O Moxuara³⁸ é, sem dúvida, o mais famoso acidente geográfico dessa região. É tradição dizer-se que o morro serviu de refúgio para as tribos indígenas antes da chegada dos portugueses e que os negros, muitas vezes, se protegeram das

³⁸ Uma lenda em torno do Moxuara diz que dois jovens índios se apaixonaram. Ele era da região da Serra, ela de Cariacica. Como as tribos eram inimigas e os dois não puderam se casar, ele virou o Mestre Álvaro e ela, o Moxuara. Nas noites de lua cheia, os dois se comunicam por meio de uma bola irradiante que corta os céus na noite de Natal e no dia de São João.

perseguições dos colonizadores brancos refugiando-se nas encostas mais altas do monte.

O monte é cercado por histórias. Alguns dizem que seu nome “monchuar” (muchuar) quer dizer “veio de diamantes”, pois, em tempos passados, no chamado período do ouro da história do Brasil, os habitantes supunham que ali continha inúmeras minas de pedras preciosas. Os índios, com sua cultura lendária, chamaram o monte de Moxuara, que quer dizer pedra irmã, em alusão ao Monte Mestre Álvaro, no município Serra.³⁹ Já os corsários franceses, ao chegarem à baía de Vitória, teriam avistado uma neblina que encobria o monte, e exclamaram: “Mouchoir!”⁴⁰ Acharam, pois que parecia estar coberto por um lenço.

Descendo o Moxuara, passando por florestas nativas, lagos, quedas d’águas e fazendas cheias de histórias que compõem um recanto desconhecido dos capixabas, já podemos ouvir o som contagiante dos tambores do congo e o compasso da casaca⁴¹ vindo do bairro Roda D’Água. Inebriado pela cultura afro-brasileira com fortes traços indígenas, é nesse bairro que acontece o carnaval de congo de Cariacica, uma homenagem à padroeira⁴² do Espírito Santo.

Contam os descendentes que, no passado, esses escravos escondidos nas matas não podiam se locomover até o Convento da Penha. Diante dessa impossibilidade, os moradores decidiram homenagear a santa saindo pelas ruas da localidade em procissões animadas por tambores de congo. Os festejos começaram quando ainda havia escravidão no Brasil e, por isso, os negros precisavam esconder seus rostos com máscaras, para não serem reconhecidos pelos brancos.

Na cadência da casaca também podemos desfrutar de outras vibrações da história do município. Cariacica, atualmente, é formada por uma mistura de cores. De tantas

³⁹ Serra e Cariacica são cidades limítrofes e fazem parte da Grande Vitória, se traçarmos uma linha reta, os dois montes, o Moxuara e o Mestre Alvaro, têm cerca de 19km de distância entre si.

⁴⁰ Mouchoir é uma palavra francesa que significa lenço.

⁴¹ A casaca é um instrumento típico e muito marcante no embalo das bandas de congo. Trata-se de uma das variações do reco-reco. O diferencial desse instrumento é a cabeça esculpida no topo dos instrumentos pelos congueiros. É deixado o pescoço como local para segurá-lo, enquanto o corpo, o casaco, é revestido com o reco-reco de madeira dentada, que se parece com uma costela. De acordo com alguns velhos congueiros, na casaca, eram esculpidas imagens de pessoas odiadas pelo grupo, como capitães do mato e maus senhores. Esse costume era uma forma de ironizar essas figuras que eram execradas, agarradas pelo pescoço.

⁴² Nossa Senhora da Penha.

misturas já não podemos mais diferenciá-las. Mas, se voltarmos um pouco no tempo, conheceremos a primeira cor de Cariacica, a cor parda dos índios tupiniquins⁴³. A ancoraram, mais tarde, naquele lugar de muitas belezas naturais e muitos índios, os negros e imigrantes europeus.

Na história mais recente, por volta dos anos de 1940, com a inauguração da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a população urbana do município dobrou. As atividades agrícolas foram aos poucos sendo suprimidas pelas atividades que beneficiavam a comercialização e transporte de mercadorias, incentivadas pela construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Um marco na cidade ocorreu em 1973, quando a sede da administração municipal passa a se situar no bairro de Campo Grande, o que fez com que a antiga sede sofresse uma desvalorização comercial, tendo permanecido até hoje com características típicas da vida bucólica do interior.

Houve um processo de redistribuição da população no Espírito Santo nas três décadas que sucederam a década de 1950. Nesse processo de transição, Castiglioni (1994) destaca que a migração da população das zonas rurais para as zonas urbanas passou de 20,8%, em 1950, para 74% em 1991, atingindo a proporção de 79,5% em 2000. Essa população migrante concentrou-se ao longo de toda Região da Grande Vitória.⁴⁴

Do ponto de vista econômico, a primeira fase de expansão da economia capixaba situou-se em meados dos anos 50. Rocha e Morandi (1991) consideram que essa fase foi marcada basicamente por dois importantes fatos: o Plano de Metas e o início da crise de preços internacionais do café, em 1955.

As transformações econômicas adaptaram a economia a um novo perfil produtivo e alteraram radicalmente o quadro de extrema dependência da atividade cafeeira que marcou a economia capixaba por mais de um século. Dessa forma, um novo modelo de desenvolvimento passou a priorizar a indústria, particularmente na Região da

⁴³ Alguns historiadores citam a presença, além dos tupis, de índios goytacazes e aimorés (LEAL, 1951).

⁴⁴ A Região Metropolitana da Grande Vitória é composta pelos municípios de Serra, Viana, Cariacica, Vila Velha, Fundão e Guarapari.

Grande Vitória, onde se concentraram os investimentos econômicos e sociais. Por conta dessas mudanças e pela crise rural, com a queda do preço do café e a política agrária de concentração de terras nas mãos de poucos, ocorreu um intenso êxodo.

Essa centralização, juntamente com a carência de programas que pudessem auxiliar o desenvolvimento de pequenos e médios polos em outras regiões do Estado, impeliu a população a deixar o interior com o objetivo de obter melhores condições de vida em uma região mais dinâmica no Estado, ou mesmo migrar para outros Estados. A Região da Grande Vitória sofreu um processo de concentração populacional nas décadas de 1960 e 1970, sob forte influência dos grandes projetos industriais, a saber: instalação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), criação do Centro Industrial de Vitória e expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CASTIGLIONI, 1994).

Especificamente no caso de Cariacica, na década de 70, o município começou a ser conhecido como espaço dos rejeitados, quando passou a receber intenso fluxo de imigrantes em sua periferia. Esses imigrantes eram pessoas vindas do interior do próprio Estado, do sul da Bahia e de Minas Gerais.

Por conta desse desmedido fluxo migratório, o município foi sendo ocupado indiscriminadamente por habitações clandestinas, com loteamentos sem infraestrutura, formando favelas. Até a década de 1980, diversos investimentos foram feitos em Cariacica, entretanto tratava-se de estabelecimentos que reforçavam essa dinâmica excludente vivenciada pelo município, ou seja, acabava por instituir aquele local como “canto dos enjeitados”, por exemplo, os seguintes estabelecimentos: o Manicômio Judiciário, o Instituto Espírito-Santense de Bem-Estar do Menor (IESBEM),⁴⁵ a Penitenciária Feminina, o Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, o Hospital Pedro Fontes (antigo Leprosário) e o Orfanato Cristo Rei.

Paralelamente à expansão demográfica, a história política de Cariacica foi marcada por uma série de conturbações e ocorrências, como assassinatos, afastamentos por acusação de irregularidades administrativas, problemas associados à saúde,

⁴⁵Esse órgão foi extinto. Atualmente funciona a Unidade de Integração Social (UNIS) do Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo (ICAES).

cassações de mandato, dentre outros, que contribuíram para que a sociedade não conseguisse ver seus chefes concluírem os seus mandatos.

O cenário político de Cariacica foi sendo desenhado com um forte traço de violência. As lutas pelo poder político, em muitos casos, eram resolvidas com mortes. Uma sequência de governos marcados por oligarquias, pelo populismo, por governantes acusados de suposta participação no crime organizado e em grupos de extermínio contribuiu para marcar o município como uma terra sem leis ou, pior, “Terra de ninguém”. Durante as décadas de 1980 e 1990, Cariacica passou a ser conhecida como o município mais violento do Estado.

3.2 CHEGANDO À “TERRA DE NINGUÉM”

Passeando pelos escritos históricos de Cariacica, podemos experimentar uma história muito viva e recheada de casos curiosos, um exemplo é o fato de que Cariacica distribuía água tratada nos domicílios 15 anos antes do que a Capital, claro que isso se deve à facilidade hidrográfica⁴⁶ que o município possui. Mas, hoje, já não é tão claro entender por que tantos bairros ainda não são atendidos por esse saneamento básico e por tantas outras políticas sociais.

Esta é a história de Cariacica! Cheia de entraves, vitórias, encantamentos, contradições, explorações, massacres... E não se encerra por aqui, alguns recortes foram feitos, outros diferentes serão. Mas o que queremos continuar ouvindo de Cariacica são os sons da percussão do congo que nos contagiam, mas que não se separam dos outros sons que ecoam de lá. Os ruídos da violência, os murmúrios de indignação e muitos outros sons são abafados por outros interesses.

Cariacica já não festeja mais a passagem do trem; hoje tem suas casas entrecortadas pelos trilhos. Muitos moradores, ao saírem de casa, pulam os trilhos do trem para chegar até a rua e, por conta desse trajeto, são vítimas de incontáveis acidentes. Como meio de evitar acidentes ao longo das vias férreas, uma equipe do

⁴⁶ Foi considerada como um marco na história local, por registrar a origem do saneamento básico no Espírito Santo.

projeto “Dica que Vale”⁴⁷ fez abordagens educativas em Cariacica e em Fundão, nas imediações da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Realizaram uma palestra próximo à antiga estação de passageiros no bairro Flexal, voltada, principalmente, para motoristas e pedestres (GAZETA ON-LINE, 2008).

Esse tipo de medida pouco eficiente e paliativa é muito comum nesse município e camufla os verdadeiros problemas da região. Em uma entrevista com uma ex-conselheira tutelar, chama-nos a atenção, em uma de suas falas, esse mesmo tipo de prática em relação ao restaurante popular localizado em Campo Grande:

Dois restaurantes popular para quê? Se o povo tem que ir lá pagar. Só come quem estiver cadastrado. São só 300 pessoas, então pra mim isso não ajuda em nada. Na Vila Rubim tem um restaurante que você pode comer sem ser cadastrado. Aqui não. Tem senhoras que vem lá de Caçaroca para ir no médico, que pega dois ou três ônibus, chega aqui e fica no médico de quatro horas da manhã até às duas horas da tarde. Se quiser vir aqui almoçar não pode. Isso serve pra você? Porque pra mim não resolve, não! Isso pra mim é história pra boi dormir.

Paviani (1998), quando discute a lógica da periferização, destaca que essa forma de funcionamento faz com que haja uma propagação de uma prática administrativa marcadamente assistencialista, pontualizada e que fragmenta a ação governamental. Essas ações são revestidas de uma roupagem de operância e dinamismo dos gestores urbanos.

Cariacica, que é caracterizada por essas práticas adversas, possui traços muito marcantes. Além de ser parte integrante da Região Metropolitana da Grande Vitória, é o segundo município mais populoso do Estado com 356.536 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), terceiro maior município com os maiores desafios sociais, políticos e econômicos. Conforme os microdados do Censo 2000 do IBGE (2007), cerca de 1/3 dessa população era composta por jovens de até 17 anos, a maioria, jovens de dez a quatorze anos.

Por conta da constituição histórica, social, política e econômica do município, é possível perceber uma polarização de territórios, onde se contrastam áreas mais nobres com áreas mais empobrecidas. Campo Grande é o bairro considerado como

⁴⁷ O “Dica que vale” é um projeto da empresa Vale que tem por objetivo evitar acidentes nas linhas do trem nos bairros de Cariacica.

a área mais nobre. É o ponto que centraliza atividades comerciais em sua principal via. O bairro possui uma longa avenida com grande fluxo de pessoas que trabalham e consomem os produtos desse polo comercial. Há, ainda, nos arredores de Campo Grande, outros bairros que também compartilham dessa boa estrutura física. O outro polo seria o dos espaços desvalorizados pelo mercado imobiliário e que se constituem territórios de segregação e marginalização.

Atualmente, apesar desses impasses, podemos acompanhar um movimento de crescimento econômico em Cariacica. Os jornais do Espírito Santo que, durante as décadas anteriores, apenas mencionavam o município como palco de problemas sociais relacionados com a pobreza, a marginalidade e os escândalos políticos, começam a veicular investimentos no crescimento da cidade:

Obras abrem novos caminhos para Cariacica: as obras de drenagem e pavimentação realizadas em Cariacica são um atrativo para novos investimentos na cidade e para mais qualidade de vida. A prefeitura aplicou R\$ 128,7 milhões para garantir facilidade de locomoção e melhor infra-estrutura (A TRIBUNA, 27-6-2008, p. 27).

Cariacica, cidade logística: Cariacica tem vocação para a logística e transporte, alimentos e bebidas, metalmecânica, indústria moveleira, indústria têxtil e comércio (A TRIBUNA, 27-6-2008, p. 25).

Cariacica vem recebendo muitos investimentos e, com o Orçamento Participativo,⁴⁸ tem realizado obras que são votadas e definidas pela própria população. Para os investidores, o Poder Público municipal vem promovendo ações de infraestrutura e tem buscado o desenvolvimento das empresas e de novos negócios que, de forma direta e indireta, contribuem para a melhoria da vida dos moradores do município.

Paralelamente a essas ações governamentais, vale lembrar os processos de luta pela melhoria das condições de vida efetuados historicamente pela própria população cariaticuense. Heckert (2007) nos alerta lembrando que a infraestrutura de alguns bairros de Cariacica foi organizada a partir de intensos processos de reivindicação. Entretanto, essas ações são muitas vezes ignoradas pelos meios de comunicação.

⁴⁸ Orçamento Participativo é um mecanismo governamental que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, por meio de processos de participação cidadã. Esses processos costumam contar com assembleias abertas e periódicas e etapas de negociação direta com o governo (CARIACICA, 2008).

Tais ações, tanto por parte dos poderes públicos, quanto as provenientes dos movimentos sociais, são importantes, na medida em que evidenciam outras formas possíveis de funcionamento. Durante anos, o Poder Municipal foi exercido por pessoas oriundas de algumas poucas famílias da região, o que ratifica a conservação de políticas coronelistas caracterizadas por corrupção e populismo. Essa forma de governo autoritário e hierarquizado produziu efeitos danosos na esfera das políticas públicas que permaneceram marcadas pela desestruturação dos serviços de saúde, educação e outras áreas sociais.

Ao circular por Cariacica, inevitavelmente, somos carregados por nossas experiências. Somos passageiros, curiosos, pesquisadores, consumidores ou moradores. Adentramos inúmeras vezes esse terreno levando em nossa bagagem o estigma de “bolsão de miséria” que, de tão pesado, muitas vezes nos impede de enxergar os intensos movimentos de luta pela vida que não deixam de acontecer. Quando trazemos a história, não queremos justificar o que encontramos hoje no município; não é esse o uso que queremos fazer da história. Estudá-la é uma condição para apreendermos a atualidade com uma produção possível, dentre tantas outras que poderiam ter se dado.

3.3 OS CONSELHOS TUTELARES EM CARIACICA

Enfim, chegamos aos Conselhos Tutelares de Cariacica. Passamos, inicialmente, pela história do processo de implantação dos Conselhos Tutelares em Cariacica, que é trabalhado por Fornaciari (2003), em sua dissertação “Conselhos Tutelares: Histórias, Paisagens e Movimentos na ‘Terra de Ninguém’”.⁴⁹

Nesse trabalho, é possível acompanhar os movimentos de resistência às práticas populistas e centralizadoras que atravessaram o governo local. Como já vimos, o município passou por grandes mudanças sociais, pela violência no campo político, pela produção de inúmeros movimentos populares e pela quebra na sequência de governos comandados pelas oligarquias locais. É em meio a essa quebra, na sequência de governos, em um cenário político conturbado, que são dados alguns

⁴⁹ Para mais informações sobre o processo de implantação dos Conselhos Tutelares em Cariacica, ver Fornaciari (2003).

passos no sentido de ser implantado, primeiramente, como prevê o Estatuto, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O próximo passo desse processo foi esse Conselho coordenar as ações que criaram a lei municipal que possibilitava implantar os Conselhos Tutelares no município. Nesse processo, emergiram diversas dificuldades, mas também estratégias que compuseram diversas movimentações.

Efetivamente, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica foi criado pela Lei Municipal nº 2199 de novembro de 1991. Posteriormente foram criados os Conselhos Tutelares do município de Cariacica em 1995, de acordo com a Lei Municipal nº 2.982, de setembro de 1994.

Como Cariacica é um município muito extenso, foi necessário implantar Conselhos Tutelares em quatro sub-regiões administrativas municipais, respondendo cada um deles por um número determinado de bairros adjacentes. Essas regiões foram assim definidas: Região I – Porto Novo; Região II – Cariacica Sede; Região III – Campo Grande; Região IV – Bela Vista. Atualmente, devido às constantes mudanças de sede, alguns desses Conselhos não se encontram mais nesses bairros. A Região III, que nos interessará, está hoje localizada no bairro Vila Palestina, próximo ao bairro Campo Grande.

Cada Conselho Tutelar é composto por cinco membros. Trata-se de pessoas que atuam em órgãos e entidades para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes. Exercem um mandato de três anos de duração, com direito ao recebimento de uma eventual remuneração a ser assegurada pelo Poder Executivo.

Esses conselheiros tutelares são membros da comunidade, eleitos por ela. São pessoas que moram nos bairros do município e partilham o cotidiano com os demais moradores. Na maioria das vezes, são aqueles que já vêm desenvolvendo ações produtivas⁵⁰ na região em que moram e se destacam por isso.

⁵⁰ As ações produtivas falam das diversas participações sociais dos conselheiros tutelares em seus bairros, que objetivam melhores condições de vida para os que ali habitam. Aragão (2004) cita alguns exemplos dessas participações, como Pastoral da Criança, Associação de Moradores e Centros Comunitários, dentre outros.

3.4 PELAS VIAS SINUOSAS, CHEGANDO À REGIÃO III

O Conselho Tutelar da Região III se localiza no bairro Nova Palestina, que é bastante movimentado por conta da sua proximidade com Campo Grande, que tem intensa atividade comercial. Quando circulamos pelas ruas ouvimos e vemos o movimento intenso de carros, sentimos os diferentes cheiros que inundam nossos sentidos. Odores agradáveis, que vêm de uma loja de doces, misturam-se com outros excessivamente fortes e penetrantes, provenientes do abatedouro. As casas não seguem um mesmo padrão, Algumas são bem estruturadas; outras, muito simples. Nesse lugar, tudo se mistura, É um movimento intenso de cidade com características do campo. A região possui ruas asfaltadas, mas também ruas de terra batida, e encontramos ainda *lan houses*⁵¹ e, ao mesmo tempo, cavalos soltos circulando pelas vias.

A sede do Conselho, diz uma conselheira, “[...] é escondida, um local que ninguém acha” e, para chegarmos até lá, passamos por vias sinuosas e calçadas estreitas que disputamos com camelôs e com os outros pedestres. O Conselho se situa na subida de um pequeno morro. A casa em que funciona o órgão é alugada pela Prefeitura. Essa sede possui três salas para atendimento, além de uma sala de reuniões gerais, cozinha, recepção e varanda. Quando chegamos à recepção, já nos deparamos com uma série de equipamentos recém-adquiridos como computador (em funcionamento), aparelho de fax, impressora, televisão e DVD *player*.

Diversas transformações ocorreram até a chegada na sede atual. Muitas dessas melhorias se deram por conta de lutas que foram protagonizadas pelas conselheiras do último mandato (2005 a 2007). Das quatro conselheiras entrevistadas, duas delas também fizeram parte do penúltimo mandato (2001 a 2004), contabilizando um total de seis anos de trabalho.

As conselheiras que permaneceram no Conselho por dois mandatos puderam acompanhar uma série de mudanças na sede da Região III; já as mais novas conheciam as histórias ao ouvir os casos contados pelas conselheiras mais antigas:

⁵¹ São estabelecimentos comerciais onde se paga para utilizar um computador com acesso à internet. A finalidade é o acesso à informação rápida pela rede e o entretenimento por meio dos jogos em rede ou on-line.

As antigas conselheiras falaram para mim que até uma das fundadoras que participou do primeiro mandato do Conselho Tutelar aqui em Cariacica dizia que era uma luta muito grande porque você tinha que fazer tudo a pé, subir morro e às vezes até levar criança no médico você tinha que ir de ônibus, aquela luta toda, socorrendo (EX-CONSELHEIRA TUTELAR).

A primeira sede, que se localizava em Campo Grande, era de fácil acesso, entretanto possuía uma estrutura física muito precária. O prédio onde o Conselho funcionava era muito antigo e degradado. Apesar disso, as conselheiras se organizavam no intuito de amenizar o problema:

O Conselho Tutelar só tinha um arquivo velho. Não tinha cadeira não tinha nada, não tinha um fogão para o conselheiro fazer um café. Tudo o que tem lá fomos nós que conseguimos. Aqueles móveis novos que mandaram da última vez foi uma briga de mais de três anos pra ganhar aquilo ali e, mesmo assim, foi pelas metades. A geladeira a conselheira arranjou uma doação e colocou lá dentro, o fogão nós fizemos vaquinha e compramos, louça e tudo o que tem lá dentro cada um levava, inclusive, quando eu fui para lá eu levei uma misteira, a minha colega levou um liquidificador, teve uma outra que levou um negócio de fazer suco (EX-CONSELHEIRA TUTELAR).

Em meados de 2005, como resultado das lutas empreendidas pelos conselheiros tutelares, um novo local se coloca como sede para o Conselho Tutelar, bem como para outros órgãos, como o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho do Idoso, a Delegacia de Mulheres, dentre outros. A mudança foi sendo realizada, a princípio, com um sentimento de satisfação, mas logo se transformou em indignação, pois o espaço cedido era um grande galpão dividido por finas divisórias que não chegavam até o teto, já que este era muito alto, impedindo que houvesse condições físicas, e tranquilidade necessárias para a realização do trabalho.

As características físicas desse espaço não contribuíam para um atendimento satisfatório no Conselho. Esse tipo de estrutura possibilitava que todos os que circulassem pela recepção pudessem ouvir, diversas vezes, os delicados casos tratados pelos conselheiros. Com isso, alguns moradores dos bairros se recusavam a ser atendidos.

Durante algum tempo, naquele local, o Conselho funcionou admoestado por diversas cartas de repúdio, protestos e paralisações que reivindicavam um novo local que pudesse melhor adequar o seu serviço.

Foi proposto ao Conselho sua instalação no prédio onde funcionava a Secretaria de Ação Social. Durante a discussão dessa proposição, constataram-se dificuldades operacionais de acesso de pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção ao Conselho em função de o espaço cedido ficar no terceiro andar do prédio. A protelação da decisão por parte do Conselho Tutelar coincidiu com a cessão do prédio por parte da Prefeitura de Cariacica para outro órgão.

Mais uma nova sede foi providenciada, que é a atual. Hoje, funciona em uma casa ampla, com salas arejadas. Essa nova estrutura, muito diferente das anteriores, pode ser considerada uma vitória dentro de uma guerra contra o descaso do Poder Público em relação à defesa dos direitos da criança e do adolescente no município de Cariacica.

4 O QUE OUVIMOS DAS HISTÓRIAS

Todas as histórias ficaram na minha história e na minha memória. (EX-CONSELHEIRA DE CARIACICA)

A proposta deste capítulo é conhecer de que forma foram narrados os encontros das famílias com os conselheiros, diante dos encaminhamentos escolares. Para isso, trouxemos as narrativas realizadas pelas conselheiras tutelares do último mandato e a das famílias com as quais tomamos contato. Enfocamos seus entraves, estratégias e revoltas diante de uma política social de descaso que atinge a todos em diferentes escalas.

Neste processo, propomo-nos a escutar os relatos e, também, a ouvir o corpo, entendendo que sobre ele “[...] se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito” (FOUCAULT, 2008b, p. 22). Não um corpo reduzido ao organismo, mas onde se inscrevem os acontecimentos da História. Corpo que se vê ora capturado pelos mecanismos de poder, ora potente e transformador.

4.1 AS PRÁTICAS COTIDIANAS NO CONSELHO TUTELAR: A FALA DAS CONSELHEIRAS

As conselheiras entrevistadas fizeram parte do mandato que durou de 2005 a 2007.⁵² As entrevistas foram todas realizadas nos bairros em que as conselheiras moram e, em sua maioria, no interior de suas casas. Para isso, percorremos desde os bairros mais movimentados do município até os mais bucólicos. Nesses locais, conhecemos seus lares, seus territórios, suas famílias e suas histórias.

Conhecemos, também, muitos personagens que fazem parte de suas existências. As histórias, que foram revividas no momento em que foram narradas,⁵³ trouxeram ao

⁵² Das quatro entrevistadas, duas também participaram do mandato anterior.

⁵³ Halbwachs (1990)

ambiente da conversa não simplesmente suas lembranças pessoais, mas a forma como concebem, sentem e percebem o cumprimento da função de ser conselheira e, além disso, moradoras em Cariacica. As histórias de crianças abandonadas, crianças maltratadas, crianças que morreram pelas deficiências dos serviços públicos fizeram lacrimejar nossos olhos e, a todo o momento, reafirmavam que, de forma alguma, estamos distanciados do campo de estudo. O relato das histórias vinha carregado de sentimentos que se atualizavam. Era impossível esquecer que “[...] na realidade nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26) e que nossas histórias e lembranças não são apenas nossas.

Ao ouvir as conselheiras, propusemo-nos a conhecer as práticas no cotidiano do Conselho Tutelar. Essas práticas não são entendidas apenas como ações de um trabalho, mas como:

[...] práticas sociais que podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento (FOUCAULT, 1996, p. 8).

Pensando as práticas a partir desse viés, é impossível conhecê-las, sem saber quem as pratica, quando e em que local isso se dá efetivamente. Passamos, então, a conhecê-las. As conselheiras entrevistadas são pessoas simples e de baixo poder aquisitivo, características muito comuns aos conselheiros de Cariacica. De forma mais detalhada em relação à escolaridade, finalizaram o ensino fundamental e poucos conseguiram concluir o ensino médio. São, em sua maioria, mulheres que se apresentam de maneira discreta, sem muitos acessórios.

Os conselheiros tutelares são membros da comunidade, indicados por ela. São pessoas que moram nos bairros do município e vivenciam, no cotidiano, todas as carências partilhadas por seus moradores. Na maioria das vezes, são aqueles que já vêm desenvolvendo ações produtivas na região em que moram e se destacam por isso.

O conselheiro tutelar é um servidor público⁵⁴ que, além de fazer parte da comunidade, trabalha com ela e para ela, por isso, para ser um conselheiro, é

⁵⁴ Art. 135 do ECA.

imprescindível o envolvimento com a causa da criança e do adolescente. A comunidade local pode decidir por um Conselho remunerado ou não.⁵⁵ Mas, mesmo quando remunerado, o trabalho que o conselheiro executa não gera vínculo empregatício com a municipalidade.

Em Cariacica, os conselheiros recebem um pró-labore de R\$ 900,00 e, diante das peculiaridades locais, consideram o trabalho um desafio constante. Muitas vezes não são bem-vindos nos locais em que precisam comparecer e possuem poucos serviços de retaguarda que os auxiliem nas tarefas cotidianas. Diante desses obstáculos e, também, do desprovimento de recursos para resolução dos casos, o trabalho torna-se desgastante.

Ao analisar as entrevistas, organizamos elementos que se sobressaíram como recorrentes nas falas das conselheiras. O primeiro elemento diz respeito à postura da escola diante do Conselho nos anos anteriores.⁵⁶ Esse aspecto foi comum principalmente na falas das duas conselheiras que exerceram dois mandatos no Conselho. Ainda nesse tópico, é narrada a forma atual como a escola compreende o Conselho e, por conta disso, a possibilidade de se pensar em parcerias entre esses dois espaços. Um segundo elemento refere-se à dificuldade do Conselho em lidar com uma escola caracterizada, pelas conselheiras, como não cumpridora do seu papel. Finalmente, como terceiro e último elemento, destaca-se a atuação do próprio Conselho Tutelar em frente à insuficiência dos serviços de retaguarda, ou seja, a ausência de espaços destinados à guarda e proteção de crianças e adolescentes no município. Em cada um desses tópicos, de forma pulverizada, identificamos diversos elementos que caracterizam a vinculação do Conselho com as famílias.

4.1.1 Das velhas às novas configurações

No entendimento das conselheiras que estão há dois mandatos desempenhando essa função, as escolas, no início do funcionamento do Conselho, possuíam uma visão distanciada do que realmente seria a função do Conselho Tutelar. Com o

⁵⁵ Art. 134 do ECA.

⁵⁶ Estamos nos referindo ao início do mandato anterior, que foi de 2003 a 2005.

passar do tempo, modificações dessas impressões têm ocorrido. Notam que há uma aproximação daquilo que é prescrito no Estatuto. Nesse sentido, de acordo com os relatos das conselheiras, ocorreu uma melhora significativa em relação à natureza das solicitações que são encaminhadas. Um dos aspectos descritos diz respeito ao entendimento anterior, por parte dos professores e do corpo técnico da escola, de que os conselheiros, sempre e inevitavelmente, concederiam razão às crianças ou aos adolescentes em qualquer impasse.

Um outro aspecto relacionado com o desconhecimento da função dos conselheiros, referia-se às faltas excessivas dos alunos. Não tendo ciência do momento em que deveria encaminhar o aluno faltoso, a escola fazia com que esse tipo de encaminhamento fosse protelado, segundo uma ex-conselheira: “Agora melhorou bastante, há alguns anos atrás a escola não tinha ciência disso e custava se encaminhar aluno faltoso e quando encaminhava a criança já estava reprovada. E aí, como você vai ajudar?”

O Conselho, por sua vez, ao investigar o que motivava as faltas, deparava-se com a situação familiar dos alunos faltosos. A família, nesses casos, quase sempre era vista como “desestruturada” em função das dificuldades econômicas, do desemprego e das questões sociais que vivenciavam. Automaticamente, as ausências passavam a ser associadas diretamente a essa vivência familiar do aluno: “Muitos desses alunos faltosos, vem de uma família que não tem estrutura nenhuma, muitas vezes vem de família com envolvimento com droga, alcoolismo, prostituição e aquilo reflete tudo na vida da criança”.

Ariès (1978) enfoca a história da família a partir da vida cotidiana, quando fala sobre o sentimento de família do final do século XVII e início do XVIII. É nesse período que ocorre “[...] o recolhimento da família longe da rua, da praça, da vida coletiva, e sua retração dentro de uma casa melhor defendida contra os intrusos e melhor preparada para a intimidade” (ARIÈS, 1978, p. 23). Assim, o processo de privatização da vida familiar está historicamente articulado à emergência da família nuclear burguesa, que constituirá a base social da sociedade capitalista. Todas as configurações familiares que não correspondem a esse modelo são, em geral, tidas como famílias desestruturadas. De acordo com essa formatação, deparamo-nos com

inúmeras incoerências que, além de não contribuir, idealizam uma forma de família difícil de ser concebida.

Outra questão comum era em relação às vagas escolares. O Conselho notificava a escola solicitando vaga, porém a escola, imersa em seus problemas diários, evitava receber alunos que fossem “problemáticos” e, para resguardar-se disso, solicitava informações específicas sobre o comportamento do aluno:

Às vezes a gente troca o menino de escola para separar de turma. Alguns meninos às vezes estão desde o 1º ano até o 2º grau na mesma escola. Eles não têm limites e se sentem donos da escola. Então, para intimidar esses meninos, a gente tem que tirar ele dali e colocar em outro lugar. Mas, os professores e diretores não gostam de receber alunos de outra escola (EX-CONSELHEIRA).

A principal queixa das conselheiras, em relação à escola, foi o desconhecimento do Estatuto. Essa situação atrapalhava o funcionamento do Conselho, deixando-o assoberbado, pois qualquer caso que se apresentasse ao Conselho fazia com que as conselheiras se sentissem na obrigação de dar algum tipo uma resposta, o que acabava prejudicando o andamento do trabalho.

Tem casos que o Conselho Tutelar realmente tem que ser acionado, outros não. Na escola Ângelo Zani, várias vezes a gente recebeu ligação informando sobre o aluno rebelde que pulou o muro ou que estava enfrentando professor com palavrão (EX-CONSELHEIRA).

O contato que o Conselho Tutelar tem estabelecido com a escola, atualmente, vem tomando novas configurações. De acordo com as conselheiras, essas mudanças não se deram por acaso, foram resultado de um investimento delas: “[...] a gente foi conversando com a escola, foi fazendo palestra, entregando panfleto, a gente foi mostrando para o professor qual o papel do conselheiro”. Com essas ações, as escolas passaram a ter algumas noções do Estatuto, reduzindo, então, o número de casos encaminhados ao Conselho.

De forma mais recente,⁵⁷ as conselheiras consideram que tem havido uma maior valorização do trabalho realizado pelo Conselho Tutelar, no entanto ainda são encaminhados casos que não são de competência⁵⁸ do Conselho. Por sua vez, o

⁵⁷ Nesse caso, estamos nos referindo ao final do ano de 2007.

⁵⁸ De acordo com o art. 56, existem três casos que os dirigentes de estabelecimentos escolares devem comunicar ao Conselho Tutelar: “[...] maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas

Conselho dificilmente nega ajuda às escolas, sobrecarregando-se de trabalho. Na fala de uma conselheira, aparece uma justificativa para essa atitude:

Em vários momentos, a escola também tem suas dificuldades. A gente atende, mas informa que não será dada continuidade ao atendimento, porque não é caso para gente, mas a escola responde que está com medo por causa dos casos de adolescentes rebeldes (EX-CONSELHEIRA).

Ainda hoje, as conselheiras consideram que a escola também tem atuado tardiamente ao encaminhar casos de crianças que são agredidas dentro casa, pois, não conhecendo quais procedimentos deve realizar, teme o contato com a família e acaba correndo o risco de sofrer punição por omissão. Nesse caso, desconhece que pode levar a criança diretamente ao Conselho Tutelar para que este tome as medidas cabíveis.⁵⁹

4.1.2 Os entraves com a escola

Há um consenso entre as conselheiras de que a escola, pais e professores têm sido omissos em relação às crianças e aos adolescentes e, por isso, têm delegado, em muitos casos, ao Conselho Tutelar a tarefa de disciplinar:

Coisas que o Conselho Tutelar não pode resolver e que não é de competência dele, eles querem que a gente resolva. Às vezes o aluno está no pátio da escola e não quer ir para a sala de aula, então exigem a presença do Conselho Tutelar. O aluno está querendo pular o muro, mas isso é papel da escola, da direção da escola com os pais (EX-CONSELHEIRA).

As conselheiras não atribuem culpa apenas às escolas. Muitos pais tem sido vistos como negligentes em relação ao acompanhamento da vida escolar. Esse tipo de postura dos pais acaba transformando-se em caso de Conselho Tutelar, pois, na maioria das vezes, eles não comparecem à escola quando são convocados, conforme o depoimento de uma ex-conselheira:

injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e, por último, elevados níveis de repetência.”

⁵⁹ Uma dessas medidas é o contato com a família.

Os pais não estão acompanhando os filhos na escola. Se a criança está com dificuldade, é agressiva, não respeita professor, não faz as tarefas, os pais são chamados na escola, porém muitos não comparecem e isso se torna caso de Conselho Tutelar. Quando a família não atende ao chamado do Conselho Tutelar, o caso é encaminhado para o Ministério Público. Isso porque o Conselho Tutelar notificou e a família não atendeu à notificação. Então, uma coisa que poderia ser resolvida facilmente vira um processo (EX-CONSELHEIRA).

Scheinvar e Nascimento (2007), trabalhando a questão da jurisdicionalização das práticas⁶⁰ do Conselho Tutelar, afirmam que os conselheiros, comumente, têm definido as condutas familiares, utilizando-se, para isso, de práticas jurídicas. No Brasil, o atendimento às crianças e aos jovens vem sendo tradicionalmente realizado por entidades de assistência ou pelo Judiciário. Assim, a justiça sentencia e os equipamentos sociais executam as políticas de assistência. Entretanto, têm sido feitos julgamentos sobre as pessoas e sobre suas vidas e não das condições sociais em que vivem. Juntamente com as autoras, entendemos que é possível a reivindicação política, também pautada em leis, mas que não emitem sentenças e nem apontam medidas particulares.

Ao falar dos professores, as conselheiras trazem a queixa em relação ao tratamento que eles dispensam aos alunos. Na visão delas, os professores atuais têm sido considerados descompromissados com o trabalho e impacientes com os alunos. Por outro lado, há um entendimento dessa impaciência por conta da carga horária excessiva que possuem: “Muitos professores saem às 7h, pegam o ônibus vão até a Serra. Dão aula lá até às 10h, vêm para Cariacica e chegam às 11h, comem aqui mesmo”.

No caso dos alunos, para as conselheiras, a rebeldia é entendida como consequência de uma má educação recebida, fruto da saída das mães de dentro dos lares para o mundo do trabalho. Badinter (1980) mostra que a imagem da “mãe ideal” foi uma construção histórico-social. Essa sacralização da figura da mãe surge como uma forma de reprimir o poder e a autonomia da mulher por meio de um

⁶⁰ A jurisdicionalização das práticas fala da “[...] presença de modelos de atuação característicos do Poder Judiciário, que acabam sendo adotados, mesmo em espaços que não detêm tal poder, mas que, por serem revestidos de certa autoridade e terem como fundamento para a sua prática o termo da lei, assumem tais formas como as adequadas para o seu exercício. Do nosso ponto de vista, é esta a lógica que tem pautado algumas das práticas dos Conselhos Tutelares” (SCHEINVAR; NASCIMENTO, 2007, p. 153).

discurso que a culpará e a ameaçará, caso não cumpra o seu dever materno dito natural e espontâneo. Esse pensamento foi consolidado como discurso científico pela Psicanálise, que colocou a mãe como responsável por toda e qualquer perturbação psíquica que a criança viesse a apresentar.

As conselheiras trazem essa visão de mãe como algo imaculado e incondicional que tem importantes consequências no exercício da convivência com seus filhos. Dessa forma, descrevem:

Antigamente as mães trabalhavam dentro de casa para lavar, passar, cozinhar e cuidar de menino, viviam às vezes só com um salário mínimo e passavam até dificuldade, mas a mãe estava ali cuidando. Arregaçamos as mangas e fomos trabalhar fora e, deixamos os nossos filhos em casa sozinhos. Então em casa ele aprende o que ele quer, faz o que ele quer, aí cresce aquela criança sem limite, sem rédea, sem respeito por ninguém. Quando ele chega na sala de aula faz e acontece. Aí existe um professor despreparado, é um conjunto (EX-CONSELHEIRA).

Ao lidar diretamente com a rebeldia dos alunos, algumas conselheiras, dentre as formas possíveis de exercício de poder⁶¹ que seu cargo lhes confere, elegem uma: a produção do medo. Ao estar, diversas vezes, diante de um adolescente considerado rebelde, lançam mão de uma técnica de sujeição que objetiva o controle disciplinar dos corpos:⁶²

Qualquer lugar que manda uma notificação ao Conselho Tutelar é bem atendido. O único lugar que ainda não recebe muito bem a notificação é a escola. Na escola, eles já nos recebem de uma forma abusada. Porque, quando eles precisam da gente, chamam na mesma hora, quando eles tinham alunos com problema, nós íamos na mesma hora com os policiais da SEDU. E eu trabalhava com o cabo Silva, aí eu o chamava para intimidar, porque adolescente a gente tem que estar intimidando de alguma forma, ele tem que ter medo de alguma coisa, eu aprendi isso: se não tiver medo de nada, você não consegue barrá-lo (EX-CONSELHEIRA).

⁶¹ Foucault (1997, p. 110) concebe o poder como prática social historicamente constituída, que não se localiza neste ou naquele lugar e propõe: "[...] analisá-lo, ao contrário, como um domínio de relações estratégicas entre indivíduos ou grupos - relações que têm como questão central a conduta do outro ou dos outros, e que podem recorrer a técnicas e procedimentos diversos, dependendo dos casos, dos quadros institucionais em que ela se desenvolve, dos grupos sociais ou das épocas".

⁶² "O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior 'adestrar'; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo" (FOUCAULT, 2004, p 143).

E também, mesmo que o adolescente esteja com razão a gente não passa só razão toda para ele, não. A gente fala: 'Eu tô te protegendo, mas você tem que fazer o melhor daqui pra frente pra eu continuar te protegendo, porque, se você pisar na bola, não tem como eu te proteger mais, não tem jeito de eu tirar você dessa, não' E quando eles são rebeldes, a gente mostra o DEACRI⁶³ e aquilo ali vai passando para os outros como que é. Então, eles pegam um certo medo e começam a estudar direitinho e a fazer as tarefas (EX-CONSELHEIRA).

Ainda em relação à rebeldia dos alunos, permanece uma confusão entre as atividades exercidas pelo Conselho e pela polícia. No interior das escolas, as conselheiras têm apaziguado brigas entre alunos, briga de aluno com professor e, ainda, procuravam averiguar a destruição do patrimônio escolar por parte dos alunos. Diversos casos, que deveriam ser encaminhados para outros órgãos públicos, são resolvidos pelas próprias conselheiras.

4.1.3 Os serviços de retaguarda

Há discordância entre as conselheiras quanto à existência de parceria dos serviços de retaguarda. Umhas consideram que são bem recebidas em todos os órgãos, como Vara da Infância, Ministério Público e Casa de Passagem; outras acreditam que essa parceria seja inexistente. Mesmo entre as que consideram que há parceria, é relatada uma morosidade na análise dos casos encaminhados ao Ministério Público ou à Vara da Infância. As conselheiras descrevem que essa demora na resolução dos casos produz, nas famílias, o entendimento de que o trabalho do Conselho Tutelar é ineficaz.

De forma geral, as conselheiras relataram que encaminham muitos casos de rebeldia e violência a um psicólogo, buscando, dentro dos precários serviços públicos de saúde, encontrar um lugar para essas crianças e adolescentes. Como parte dessa busca por uma solução, indicam também a procura de ajuda médica em Unidades de Saúde, Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT),⁶⁴ Alcoólicos Anônimos e em algumas organizações não governamentais mantidas por entidades religiosas.

⁶³ Delegacia de Atenção à Criança.

⁶⁴ Esse serviço localiza-se em Vitória.

Dentro desse restrito leque de possibilidades de auxílio às crianças e adolescentes, alguns são avaliados como inapropriados pelas conselheiras:

Na Montanha da Esperança,⁶⁵ eles tratam meninos como animais. Os meninos falam comigo: 'Tia, eu fico na rua, mas não volto pra lá'. Lá tem um pastor, que fala que é pastor, e bate nas crianças e nos adolescentes. Isso é jeito de cuidar? Só ficam lá aqueles que são de longe, porque não teriam para onde ir. Aqueles que são de perto não ficam, porque todos são tratados como bichos (EX-CONSELHEIRA).

Um tempo atrás, na Casa de Passagem,⁶⁶ eu quase bati no porteiro porque ele pegou um menino pequeno pelo cabelo e saiu arrastando. Eu perguntei: 'Porque você não puxa o meu cabelo?'. Vê se isso é jeito de tratar uma criança! O menino está longe de casa, sem pai, sem mãe, sem irmão, maltratado, comendo de qualquer jeito e dormindo de qualquer jeito no chão. Eu evitava ao máximo colocar lá, colocava na casa de qualquer parente, mas Casa de Passagem para mim era o último caso, só se não tivesse lugar mesmo (EX-CONSELHEIRA).

Além da pouca eficiência dos serviços que já existem, há uma carência de outros tipos de atendimentos, como escolas especiais, creches, locais que ministrem cursos para adolescentes e programas de primeiro emprego. Com isso, as estratégias com o propósito de promover uma inserção social dessas crianças são buscadas pelas próprias conselheiras:

Eu ligava para o supermercado Calvi e perguntava se estava precisando de menino pra trabalhar. Então eu falava com eles: 'Eu tenho um menino aqui no Conselho Tutelar que precisa trabalhar, qualquer problema que tiver é só falar comigo'. Empreguei um monte de menino assim. Eu tinha que fazer alguma coisa. Não posso ficar de braço cruzado com uma função que acreditaram em mim (EX-CONSELHEIRA).

No Conselho, é muito comum o discurso de que a estrutura familiar teria grande participação no desenvolvimento escolar do aluno. As conselheiras têm se baseado no ideal de família burguesa, tratada por Donzelot (1980), que fala de uma família centrada em si mesma, na qual os pais devem zelar pelos filhos. Ao acompanhar a

⁶⁵ A Montanha da Esperança é uma organização não governamental (ONG) de cunho religioso. Localiza-se em Cariacica e atende a adolescentes e jovens em situação de risco social, oriundos da Grande Vitória e municípios do interior do Estado. Recebem jovens que estão na faixa de 14 a 18 anos. Nesse local, vivem em regime de internato e estudam numa escola nas dependências da própria instituição.

⁶⁶ A Casa de Passagem Alice Santos funciona desde julho de 2002 em Cariacica e serve de abrigo a crianças abandonadas que esperam por adoção. A casa sobrevive com recursos da Prefeitura de Cariacica e doações voluntárias.

próxima fala, é possível notar como esse ideal tem se colocado fortemente nas práticas cotidianas das conselheiras:

A situação é muito complicada porque muitas crianças e adolescentes vêm de uma família que não tem estrutura nenhuma. Muitas vezes vêm de família que está envolvida com droga, alcoolismo, prostituição e isso tudo na vida da criança. O pai matricula na escola e acha assim: 'A escola se vira'. E aí entrega ao professor. O pai deixa o seu filho na escola, mas não sabe o que está se passando dentro da escola. Às vezes o pai fala: 'Ah! Já não aguento mais esse menino, ele não me dá sossego' E não vê que, na realidade, aquela criança está precisando de carinho, precisando da proteção dele e isso acaba refletindo no comportamento dela dentro da escola (EX-CONSELHEIRA).

Nesses casos, o comportamento da criança na escola é entendido como uma forma de desabafo diante dos acontecimentos familiares, principalmente da negligência materna. Nas entrevistas, foram destacados alguns exemplos desse tipo de negligência:

Quando vamos ver o caso do aluno, é mãe que leva o amante para dentro de casa, mãe que passa três quatro dias trabalhando em outras casas, deixando os filhos sozinhos, mãe que trai o marido, mãe que bebe durante o dia todo e deixa as crianças em casa sozinhas, mãe que pega dinheiro que era para comprar biscoito ou uma fruta e vai para salão de beleza (EX-CONSELHEIRA).

Mais uma vez nos remetemos ao “mito do amor materno” tratado por Badinter (1980) no qual a mãe é responsabilizada por todos os cuidados relacionados com os filhos. A autora considera que os atributos de afeto não são prerrogativas do amor materno e mostra que a aproximação da criança ao seio familiar ocorreu devido à alta taxa de mortalidade infantil no final do séc. XVIII, na França. Como o maior índice de mortalidade se concentrava na época da amamentação, na qual a criança era entregue aos cuidados de uma ama, começou, nesse século, um grande movimento social, encabeçado pelas instituições de saúde, que culminou em uma nova posição social para a mãe. A mulher passou a estabelecer com a criança uma relação íntima e de carinho, o que socialmente lhe conferiu o atributo representado por um “*status* maternal”. Dessa maneira, é visível, em diversas falas das conselheiras, a força desse discurso, que impõe à mãe que não dispensa seus cuidados e sua atenção aos filhos o lugar de “mãe má”.

Há um processo de delegar sempre a outro a função de solução de problemas, e, por conta disso, são incontáveis as vezes que as escolas encaminham seus alunos ao Conselho em busca de ajustamento. Donzelot (1980) nos situa que essa posição de dependência dos agentes educativo-terapêuticos não é tão recente. No século XIX, a Medicina social, por meio da política higiênica, reduziu a família a esse estado de dependência, recorrendo a argumentos muito semelhantes aos atuais. Foi também como pretexto de salvar os indivíduos do caos em que se encontravam, que a higiene foi se infiltrando na intimidade de suas vidas.

Costa (1999) nos ajuda a conhecer, inicialmente, a atuação da Medicina higienista sobre o corpo do homem e da mulher no Brasil do início do século XIX, funcionando como um verdadeiro dispositivo de sexualidade, tendo o "olhar" sobre a família como seu ponto de fixação. Segundo o autor, a norma familiar produzida pela ordem médica requer, a todo instante, intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização. Atualmente, muitos fenômenos apontados como causa da desagregação familiar nada mais são do que consequências históricas da educação higiênica.

Acompanhando a mudança nas relações, a partir dessa falas, entendemos que a valorização que foi sendo dada ao Conselho não é, necessariamente, o real entendimento dos direitos da criança e do adolescente e nem a intenção de cumprilos. De acordo com essas falas, a escola tem buscado aliados para continuar existindo e, nessa tentativa, o Conselho, também distanciado de suas funções, tem servido para dar soluções aos casos urgentes, resolvendo questões desconectadas das práticas sociais e políticas, tratando-as de forma pontual. De modo geral, tem-se estruturado um jogo de empurra que, de fato, não resolve os incontáveis problemas, mas, por hora, tem servido de alívio para as instituições envolvidas.

Scheinvar (2004) ressalta que os casos, ao invés de serem encaminhados ao Conselho como forma de colocar em análise as políticas sociais, também acabam sendo tratados numa dimensão isolada. Dessa forma, eles chegam ao Conselho em uma situação-limite, imponderável e perdida, sem perceber, contudo, que a situação toma essa dimensão quando é tratada como um caso particular. Nas práticas cotidianas da escola e do Conselho Tutelar, embora reconheçamos a existência de um cenário histórico que tem impossibilitado que as famílias e seus filhos se

enquadrem nos modelos hegemônicos, a análise concreta dos casos coloca o comportamento particular como responsável pelas situações consideradas problemáticas. Enfim, tanto a escola, como o Conselho e as famílias atendidas tendem a buscar, no âmbito privado, respostas para casos que ultrapassam os limites pessoais dos envolvidos, o que promove ações limitadas que não resolvem os reais problemas.

4.2 VIDAS QUE COMPÕEM HISTÓRIAS

Ao encontrarmos as famílias, não pedimos que contassem suas histórias de vida. Fomos guiando a conversa em torno da temática proposta, mas, como sabemos, é impossível isolar os acontecimentos cotidianos nos quais estamos sempre imersos. Foi assim que as histórias de suas vidas foram se compondo, dentro do ritmo que cada família imprimia às nossas conversas. Conhecendo e analisando essas histórias, tomamos contato com as práticas sociais que permitiram entender a emergência dessas formas de subjetividade.⁶⁷ Para isso, conhecemos, então, a história de Pedro, a história de Fábio, a história de Davi e a história de Júlio. Quatro meninos que, com suas famílias, fazem parte da composição de Cariacica e, que nos possibilitaram conhecer uma série de impasses que compõem a dinâmica desse município.

Nessas histórias, estamos chamando de família as pessoas que convivem, moram e participam diretamente da vida de cada criança, tendo elas parentesco ou não. A composição dessas famílias é bastante diferenciada. Em apenas um caso, a família apresentava a composição pai-mãe e filhos morando todos juntos. Mesmo nesse caso, a provedora da casa e da família é a mãe.

Nas outras histórias, cada família tem uma formação específica que, ao longo dos anos, passou e continua passando por mutações. Essas variações se dão por conta de mortes, mudança de endereço, chegada de outro morador na casa, uniões feitas e desfeitas e outras situações.

Em todos os casos, o cuidado materno é proporcionado por uma mulher, a mãe, avó ou tia. Em quase todas as histórias, a criança passou por alguma mudança de casa dentro da própria família. Saiu, por exemplo, da casa da mãe e foi morar com a avó, com a tia, com o pai ou com outros familiares.

De forma geral, os bairros em que as crianças entrevistadas moram são pobres, com estrutura física bastante precária. As famílias não possuem um rendimento mensal

⁶⁷ Entendemos subjetividade não como personalidade ou algo próprio do sujeito, mas como o que é produzido historicamente e resulta de certos jogos de forças. A subjetividade encontra-se constantemente produzida por “[...] instâncias individuais, coletivas e institucionais” (GUATTARI, 1992, p. 11), sem que haja qualquer hierarquia entre elas.

estável e por isso sempre buscam outras fontes de renda, como comércio informal de produtos e pequenas prestações de serviço que possam complementar a renda familiar.

4.3 A HISTÓRIA DE PEDRO: O MENINO QUE CORRIA ATRÁS DAS PIPAS

Pedro é um menino de 13 anos que mora no bairro Santo André. O bairro é cortado por uma vala aberta que exala um forte cheiro de esgoto, mas esse odor parece já fazer parte do cotidiano dos moradores do bairro, pois quase não é percebido por quem por ali transita de forma habitual. Sua casa está no alto de um morro. A subida é asfaltada e há alternância entre casas de madeira e casas de alvenaria. O bairro residencial é ocupado por uma população de baixa renda e alguns poucos comércios compõem essa subida. Entre as casas, no alto do morro, há um cemitério, um espaço que é frequentado por alguns moradores de Santo André não somente durante os velórios. Circulam histórias de que principalmente jovens transitam pelo cemitério para o uso de drogas.

No bairro, o tráfico de drogas é intenso. Próximo à casa de Pedro, funciona uma “boca de fumo” e, por conta disso, quando se fala sobre o tráfico, há um certo cuidado e desconfiança, diminuem o tom de voz e olham ao redor e pela janela com receio de serem ouvidos.

O bairro Santo André, como muitos outros espaços de Cariacica, não possui locais de lazer para os moradores, como praças, ginásios ou outras opções. Por conta disso, Lúcia diz: “Aqui não tem nada...sinto falta disso. Os dois jogam futebol porque eu pago 30,00 de cada um, aí eu pago de um e minha mãe paga de outro para ficar mais fácil”.

Ao chegarmos à casa notamos que o lado de fora escondia a organização que iríamos encontrar lá dentro. Na sala, o primeiro espaço que adentramos, havia muitos eletroeletrônicos, como TV, DVD *player*, videogame, computador e aparelho de som. As paredes eram bem pintadas e coloridas. Moram na casa Lúcia e seus dois filhos, e cada um possui seu próprio quarto. Apesar disso, Pedro dorme com a mãe, quando o namorado dela não está na casa.

Lúcia, mãe de Pedro, é uma jovem bonita de 30 anos, com o rosto marcado pela dureza da vida. Vaidosa, usa batom, pulseiras e brincos com frequência. Possui um jeito simpático e usa roupas que deixam seu corpo bastante à mostra. É vendedora de *lingerie* e produtos de *sex shop*. Algumas vezes, atende às pessoas em casa e, em outros casos, sai à noite “para atender cliente” e deixa os dois filhos com a sua mãe, que mora próximo à sua casa.

A família recebe pensão de R\$ 300,00 do marido falecido. Lúcia, além de Pedro, também é mãe de Gabriel, de 11 anos. O pai de Pedro e de Gabriel era, de acordo com o relato de Lúcia, “[...] pistoleiro, traficante e foi assassinado quando as crianças eram mais novas”.

Lúcia, quando criança, morava em Itaguaçu, pequena cidade situada a 130km da Capital do Estado. Ainda criança, veio com os pais morar em Cariacica e repetiu, assim, o trajeto feito por muitos em busca de melhores condições de vida na cidade grande. De acordo com Lúcia, por conta de sua gravidez aos 15 anos, não pôde prosseguir seus estudos. Grávida de Pedro, o pai da criança não permitiu que ela estudasse, o que fez com que finalizasse sua vida escolar na 6ª série. Hoje, ela considera que não tem futuro e justifica não ter emprego fixo e carteira assinada em função de sua baixa escolaridade: “Porque eu não tenho um estudo, eu não consigo nada de bom. Não é isso que eu quero para Pedro. Por isso que eu falo para ele que não precisa trabalhar. Queria que ele estudasse pelo menos”.

Viúva muito nova, ela se casou novamente e ficou sete anos junto com o novo marido. Durante essa relação, Pedro brigava muito com o padrasto e chegou a ser espancado por ele em uma ocasião. O menino se ressentia muito do padrasto e acha que sua mãe não o defendia nas situações conflituosas entre ambos: “Ele era um chato, só ficava me xingando, me batendo e ela foi atrás dele”. Por sua vez, Lúcia justifica a postura e a agressividade do padrasto:

[...] é porque ele queria corrigir e Pedro não aceitava. Ele via Pedro fazendo as coisas erradas: pegar dinheiro, brigar muito comigo e com minha mãe. Então ele ia corrigir, mas Pedro não aceitava. Acabava brigando e batendo no menino. Teve uma vez que ele exagerou e deixou Pedro todo roxo.

Quando se separaram, Lúcia arrumou um namorado. O ex-marido, muito ciumento e violento, chegou a quebrar o vidro de sua casa com um soco, além de haver destruído a moto do novo namorado.

O relacionamento da mãe com Pedro, o filho mais velho, é muito conturbado. Pudemos sentir esse embate durante toda a entrevista. Em diversos momentos sentíamos-nos no meio de uma guerra em que cada um atacava o outro como podia, sem nenhuma intimidação. Lúcia descreve essa convivência: “A gente briga muito, ele é agressivo e vive me respondendo. Eu falo com ele, mas ele sai xingando e dando soco nas paredes. Quando ele quer ser carinhoso, ele consegue, mas é muito raro. É muito difícil minha convivência com ele”.

Lúcia se contradiz e fala que Pedro deve trabalhar: “Acho que, com 13 anos, né?...já pode trabalhar, porque eu, com 15 anos, já tava trabalhando no supermercado e, antes de trabalhar no supermercado, trabalhava em casa de família”. Pedro já trabalhou com o padrinho e também com uma tia, mas justifica não querer trabalhar agora, pois acha que é muito novo para esse tipo de atividade.

Inicialmente, com a nossa chegada em sua casa, Pedro estava um pouco tímido. Assim que começamos a conversa, ele se mostrou bastante esperto e falava com muita desenvoltura. De forma geral, durante a entrevista absolutamente tudo o que Pedro falava era desmentido por Lúcia. O seu comportamento variava de acordo com os relatos da mãe a seu respeito. Em diversos momentos, parecia muito frágil e indefeso e, em outros, reagia às reclamações dela com rebeldia e irreverência. Quando não dispunha de mais recursos, passava a chorar.

O que Pedro mais gosta de fazer é soltar pipa. Na época de pipa, ele sai pela manhã e só chega à noite, “[...] sem comer, sem nada, só atrás de pipa o dia todo”, diz a mãe. Lúcia compra pipas para Pedro não precisar sair de perto de casa, mas sua maior diversão é correr atrás das pipas sem saber onde elas vão parar: “Eu solto pipa aqui perto ou lá na rua debaixo e, quando eu não tenho pipa, eu fico para lá e para cá correndo atrás das pipas”. Nesse momento, é visível a alegria nos olhos de Pedro. Parece que nada o preocupa, nada pesa.

No decorrer da conversa, Lúcia discorre a todo momento sobre um futuro fatalista para Pedro e, além disso, refere-se ao filho sempre o adjetivando negativamente. Relata que, há poucos dias, Pedro chegou em casa “dopado”. Apesar de não ter fornecido qualquer explicação sobre o acontecido, Lúcia tem clareza dos caminhos que Pedro tem seguido:

Ele saiu de manhã e só chegou em casa três horas da tarde. Ele sempre faz isso: sai de manhã e ninguém sabe aonde ele vai. Dessa vez, quando ele voltou, não conseguia nem falar. Ele deitou no sofá e não conseguiu nem tomar um banho. Simplesmente apagou. Mais tarde, ele acordou com uma dor de cabeça insuportável.

A forma como Pedro tem se comportado significa, para Lúcia, “[...] ir para o mundo que o pai dele foi” e acredita que isso já esteja acontecendo, pois Pedro tem se relacionado com pessoas envolvidas com droga: “Tem um amigo dele que começou a mexer com droga e começou a matar todo mundo. Esse menino fez 18 anos no caixão.” Diante dessa situação, a mãe opina pela internação numa escola agrícola e comenta: “[...] porque antes ele vivo na escola agrícola do que morto aqui. Daqui um tempo, do jeito que vai... infelizmente, como mãe, eu tenho que reconhecer que não vai demorar muito [...]”.

4.3.1 Da escola ao Conselho

Pedro iniciou sua vida escolar aos quatro anos de idade, aos cinco anos seu pai faleceu e, segundo a mãe, depois disso “[...] só foi caindo. Tem três anos que ele está na 5ª série. E esse ano, pelo jeito, é mais um ano perdido”.

A mãe de Pedro se envergonha das reclamações enviadas pela escola. Em geral, elas são expressas por escrito nos seus cadernos. Um exemplo emblemático nos foi apresentado. Após a descrição do comportamento inadequado de Pedro, a concordância de todos os profissionais da escola é confirmada pela assinatura de professores, pedagogos e diretora.

Diante das situações que se repetem, Lúcia relata:

Sou chamada na escola quase toda semana. Pedro foi trocado de uma escola para outra muitas vezes. No ‘Talma Sarmiento’ ele

reprovou dois anos, no 'Cristo Rei' ele foi expulso, depois foi para o 'Manuel Melo', agora vai para a escola agrícola, porque eu não estou aguentando mais. Ele está dando muito trabalho. Já foi para psicólogo e para o Conselho Tutelar. Do Conselho jogaram ele lá para a COPEs.⁶⁸ Só que lá eu parei de ir, porque nem toda a semana tinha passagem, e lá é muito longe. A gente chegava na psicóloga da COPEs, ela falava com ele cinco minutinhos. Então, eu achei que não estava resolvendo muito. Aí parei de ir.

Pedro, então, vivencia constantemente a troca de turnos e de escolas:

Nem sei mais para qual escola ele vai, já que ele já passou por todas... eles nem aceitam mais, só tem mais duas escolas agora. Tem duas semanas que ele foi transferido de turno. Ele estudava de manhã e foi pra tarde. Agora, com menos de uma semana que ele está estudando à tarde, já trocaram ele de sala.

Apesar das constantes reclamações sobre Pedro, ele diz gostar da escola e de circular por ela: "Eu gosto da escola, eu fico conversando andando pra lá e pra cá".

Ao mesmo tempo, queixa-se:

Às vezes, eu fico cansado de ficar sentado quieto de cabeça baixa. Não pode falar com ninguém. [...]. Na Educação Física a gente não pode sair. Quero dizer, poder até pode, mas não tem quadra, não tem nada naquela escola. A gente só fica na escola sentado, conversando ou jogando dama, só isso, é a única coisa que tem lá.

Uma das escolas encaminhou Pedro ao Conselho Tutelar com a justificativa de indisciplina. Lúcia reproduz as reclamações vindas da escola:

A pedagoga falou comigo que ele estava atrapalhando a turma toda. Ele jogava papel, ele xingava professor, ele brigava com o professor. O professor mandava ele sentar, mas ele falava que não vai sentar. Ele também se envolvia muito fácil com quem não prestava. Adorava uma turminha de vagabundo. Ele também sabia e sabe conversar de droga, de matar... isso é muito perigoso.

Pedro nunca teve boas referências sobre o Conselho Tutelar: "[...] o pouco que eu sei é que eles tiram as pessoas da rua que estão usando drogas... eles ficavam falando que quem ia para o Conselho Tutelar, lá eles batiam, lá eles judiavam, fazia você comer lavagem, aí eu fiquei com medo". Por conta dessa péssima impressão, resistiu de todas as formas à sua ida ao Conselho Tutelar: "Primeiro ele fez um escândalo, tivemos que levar puxando pelo braço. Ele queria fugir, queria correr". Depois do primeiro atendimento, Pedro parece ter elaborado uma outra impressão

⁶⁸ Clínica de Orientação Psicológica do Espírito Santo. Essa clínica localiza-se no centro de Vitória.

sobre o Conselho, pois passou a ir sozinho duas vezes por semana ao Conselho para ser acompanhado por uma das conselheiras.

Lúcia compareceu duas vezes ao Conselho e, segundo relata, nessas ocasiões as conselheiras deixaram clara a forma como ela deveria agir com filho:

O Conselho proibiu de eu dar roupa para ele. Eu dava roupa, chuteira, tudo o que ele quisesse. A conselheira proibiu computador, proibiu tudo na vida dele. Ela disse que eu só poderia voltar a dar as coisas para ele quando ele melhorasse. Ele estava querendo me bater, a gente ficou sem conversar porque ele até me machucou.

Durante o contato com a família algo fica nítido, Pedro não é considerado um menino “normal”. Em alguns dias, parece uma criança tranquila e, segundo Lúcia: “Tem dia que incorpora um trem nesse menino”. Todos entendem que algo acontece com ele, de ordem neurológica ou espiritual: “Minha mãe falou que esse menino não é normal. Parece que encosta um negócio nele que ele fica doido, ele xinga a gente, é uma coisa fora de sério”.

Diante de toda essa situação, como último recurso, o Conselho Tutelar sugeriu a transferência de Pedro para uma Escola Agrícola, localizada em Santa Maria de Jetibá, uma cidade pequena no interior do Estado. Segundo relatos, inclusive durante a entrevista, a mãe utiliza essa indicação como uma constante ameaça, embora, quando descreve essa escola, o faça de forma positiva:

Lá ele vai estudar, simplesmente. Eu liguei para lá e disseram que seis horas da manhã tem culto e depois o café da manhã. Se ele estudar de manhã, ele vai poder ir para a escola. Na hora do almoço tem outra oração. Tem que fazer coisas básicas, como lavar a roupa. A tarde tem uma horazinha de lazer. À noite vem a janta e mais uma oração pra aprender a orar. Lá também tem conversas, palestras para crianças que estão iguais a ele. Não é um lugar ruim, é um lugar bom.

No momento da entrevista em que Lúcia comenta sobre levar o filho para a Escola Agrícola, Pedro encolhe-se no sofá e começa a chorar e, em meio ao choro, tenta justificar de alguma forma as atitudes que tem tido. Nesse momento, Pedro dispara características e comportamentos que a mãe possui que o desagrada profundamente: “[...] ela só fica bebendo. Esses dias atrás eu tava chegando da escola e ela ficou me xingando do trevo, foi querer me bater. Eu não sou saco de pancada pra ficar apanhando”.

Diante da situação em que Lúcia foi colocada, ela passa a justificar os motivos pelo qual bebia muito. Assim, logo tenta amenizar a situação dizendo que tem parado de beber, pois seu novo namorado não aprova a forma como ela se comporta diante da bebida: “Eu bebia muito quando eu me separei, porque o Pedro começou a dar muito trabalho [...]”.

4.3.2 Pensando a história de Pedro

A história de Pedro é a história de muitos meninos. E as soluções propostas para a situação não surgiram eventualmente, como uma novidade de nossa época. São soluções que fazem parte da história das crianças e famílias do Brasil. Quando pensamos na questão do trabalho infanto-juvenil, remetemo-nos à época do Código de Menor que tratava de fazer a limpeza retirando as crianças e adolescentes “desajustados” do convívio social.

Uma das opções que a mãe de Pedro vislumbra é um emprego para o filho: “Ele já trabalhou na papelaria. Meu irmão colocou ele lá para tirar ele da rua, porque ele chegava da escola e só ficava na rua”. Um trabalho para Pedro seria uma forma de docilizá-lo numa ocupação considerada mais útil do que “correr atrás de pipas”. Entendemos, com Irma Rizzini (2000), em seu estudo sobre crianças e adolescentes trabalhadores do Brasil, que, para as famílias, o trabalho da criança e do adolescente das classes populares é visto como um mecanismo disciplinador, capaz de afastá-los das companhias malélicas e dos perigos da rua.

Outro local que Pedro se vê prestes a ocupar é o da escola agrícola. A mesma autora trata sobre a criação das colônias e patronatos agrícolas por volta de 1920. Eles surgiram por conta da falta de pessoas para trabalhar na agricultura. Em todo o Brasil, por iniciativa do Departamento Nacional de Povoamento, funcionaram muitas colônias que albergavam e recolhiam crianças das ruas visando à formação do trabalhador. Atualmente, mesmo depois de terem sido extintas, muitas escolas agrícolas ainda funcionam como recanto ideal para se colocar crianças e/ou adolescentes que têm passado a maior parte do tempo nas ruas ou envolvidos com drogas.

O tráfico e o uso de drogas é outra questão que se coloca na história de Pedro. Para Rizzini (2000), muitas crianças têm acesso à escola, mas a uma escola nada atrativa, onde o aluno não se sente valorizado. A política educacional tem contado com professores mal pagos, desmotivados, trabalhando em instalações precárias. O tráfico, mais próximo das escolas, tem exercido um poder de sedução sobre alunos cada vez mais jovens.

No encontro com a família, torna-se muito clara a importância que Lúcia confere à educação. Cruz (1997), em uma pesquisa sobre trajetória escolar de crianças em Fortaleza, possibilita-nos entender que as afirmações de que classes sociais e econômicas mais baixas não valorizariam a educação não são verdadeiras, pois são negadas pelos depoimentos das mães entrevistadas pela autora. Para essas mães, assim como também para Lúcia, é o estudo que irá possibilitar uma profissão mais rentável e, portanto, a melhoria das condições de vida dos filhos e delas próprias.

Entretanto, já em agosto, Lúcia sentencia que Pedro será mais uma vez reprovado. Apesar do desejo de continuidade no estudo, não há credibilidade e investimento no aprendizado de Pedro. As expectativas negativas sobre Pedro parecem funcionar como uma profecia autorrealizadora, termo utilizado nos estudos iniciados por Rosenthal e Jacobson (1993) e desenvolvido por outros pesquisadores. Nesse estudo, inicialmente voltado para a expectativa do professor sobre o aluno e, posteriormente, expandido para outros espaços, os autores entendem que o desempenho do aluno seria fortemente influenciado pelas expectativas do professor. No caso de Pedro, as expectativas negativas de sua mãe sobre o seu comportamento na escola, juntamente com outros fatores, acabam se efetivando, tornando seu filho um “aluno problema” desde sua entrada na escola.

Como na maioria dos casos de meninos indisciplinados, é feito o encaminhamento ao Conselho Tutelar. É nesse espaço que se espera que os problemas sejam resolvidos. No caso de Pedro, a resolução do problema se dá pela determinação moral de como a mãe deve agir com o seu filho. Foucault (1996), em seus escritos sobre a teoria penal, trata a penalidade do século XIX como a do controle. A intenção era assegurar o controle dos indivíduos antes mesmo que cometessem alguma infração. Entretanto, esse tipo de controle se daria em outro nível, o qual o

Poder Judiciário não monopolizaria.⁶⁹ É nesse instante que uma série de outros poderes laterais são incumbidos de executar a tarefa de correção e vigilância: a polícia para a vigilância e as instituições psicológicas, pedagógicas e médicas para a correção. Muito semelhante às práticas vigentes na sociedade disciplinar, o Conselho Tutelar, assim como esses poderes laterais, também tem se colocado como um espaço de controle dos indivíduos que determina normas para o ajustamento social. Nas palavras de Foucault, instituem regras para a “ortopedia social”.

Para Costa (1999), o problema começa quando nos damos conta de que a “lucidez científica” das terapêuticas dirigidas às famílias esconde, em diversos momentos, uma grave miopia política. Para o caso de Pedro, as queixas tornaram-se cristalizadas. As reclamações que giram sempre em torno de seu desprazer pelos estudos e de seu mau comportamento em sala de aula tornaram-se práticas naturalizadas e naturalizantes que excluem outras formas de pensamentos e questionamentos sobre a vida.

A história do menino que corria atrás de pipas parece ter início, meio e fim: o passado marcado pela morte do pai, o presente determinado pelo fracasso escolar e o possível futuro incerto do tráfico. O menino indisciplinado nos fez lembrar a fábula do menino desbotado de Baptista (2001) que, enquadrado como aluno especial caiu nas “armadilhas da sina”. Fracassou nos estudos e nem especial era mais. Na sala de aula, não soube se comportar como se esperava e pode acabar servindo de utilidade para o tráfico, tendo, assim, sua vida transformada em previsibilidade e miséria.

⁶⁹ Foucault (2003) esclarece que o Poder Judiciário atua na reação penal diante de certos atos considerados infracionais, não sendo possível a ele “corrigir as virtualidades” dos indivíduos.

4.4 HISTÓRIA DE FÁBIO: O MENINO MEDICALIZADO

Fábio é um menino de 13 anos, filho único e morador do bairro São Geraldo II. Mora com seus pais e possui uma boa condição de vida, compatível com seu bairro. Sua casa é ampla, arejada e bem acabada. Possui seu próprio quarto equipado com computador, no qual passa bastante tempo jogando e conversando com seus amigos.

O bairro onde mora é considerado tranquilo, permitindo que as crianças tenham liberdade de ficar na rua até mais tarde. A região não possui uma geografia plana, mas suas ruas são, em sua maioria, asfaltadas.

São Geraldo II localiza-se próximo ao centro comercial de Campo Grande. É uma área residencial com poucos comércios. O bairro é atendido pelo transporte rodoviário que o liga a outros terminais de Cariacica e à Capital do Estado. Possui casas bem construídas e já teve moradores ilustres, como alguns prefeitos desse município. Subimos pelas ruas desse bairro, para conhecermos a história de Fábio, um menino que, desde muito cedo, passou a ser controlado por medicamentos.

Ao encontrarmos a família, fomos muito bem recebida. Pudemos, então, conversar sobre diversos aspectos da vida escolar de Fábio, seu encontro com o Conselho Tutelar, bem como a vivência no bairro. No início de nossa conversa, Nádia, sua mãe, diz que Fábio não entendia porque viria alguém do Conselho em sua casa, já que ele não era o mais “bagunceiro” da sua escola. Diante disso, esclarecemos os nossos objetivos antes de prosseguir.

Fábio era visto como um menino muito nervoso, tímido e que chorava muito. Nádia diz, que por conta disso, o uso de remédios controlados iniciou-se quando ele tinha um ano e três meses de idade e se estendeu até os nove anos. Nádia também descreve outras características do comportamento de seu filho: “Eu achava que ele tinha muita dificuldade em se relacionar com as pessoas. Ele não gostava muito de sair, não gosta muito de conversar. Ele ia em um lugar e não se entrosava com ninguém”.

Diante dos comportamentos que Fábio apresentava, Nádia o levou a um médico, que indicou o uso de medicamento e, posteriormente, o encaminhou para atendimento psicológico.

4.4.1 Da escola ao Conselho

Na época em que Fábio foi encaminhado ao psicólogo, sua escola possuía um programa de acompanhamento para os alunos considerados mais problemáticos. Dessa maneira, com o intuito de amenizar os problemas apresentados por Fábio, ele passou também a fazer parte do programa. Além disso, a mãe, auxiliada por uma professora, levou-o ao Conselho Tutelar em busca de uma solução. Segundo Nádia, seu filho foi encaminhado porque “Não era muito chegado a estudar e porque tomava remédios de nervos controlado”.

No Conselho, o caso de Fábio foi avaliado e encaminhado ao psicólogo,⁷⁰ o que levou Fábio a frequentar o Conselho semanalmente. Segundo a mãe, “Depois que fizeram a ficha, disseram que os pais deveriam ir conversar com a psicóloga. Eles também nos disseram que seria um processo, e que duraria o tempo que a psicóloga determinasse”. Entretanto, os atendimentos psicológicos não tiveram continuidade:

Na realidade, ele ficou pouco tempo, porque depois acabou, não teve mais. Depois voltei lá no Conselho, porque eu achei que ele tinha que fazer mais um pouco de tratamento pra ver se tira esse negócio, porque ele é muito calado. Só que ele vê um menino fazendo alguma coisa e, na realidade, ele não faz aquilo, mas ele chega em casa falando: ‘Ah, fiz isso, fiz aquilo’. Ele acha legal fazer coisa errada. Isso acontece, porque ele é tímido e, quando ele vê alguém fazendo bagunça, ele quer se incluir naquilo (NÁDIA).

Para Fábio, em sua escola, a ameaça de encaminhamento para os alunos para o Conselho é muito comum: “Na escola, todo dia falam que vai mandar a gente pra o Conselho Tutelar. A coordenadora fala: ‘Se vocês não pararem de bagunça eu vou colocar o nome de todos vocês no Conselho Tutelar’. Aí todo mundo fica quieto”. É nesse momento que Fábio, então, descreve sua forma de entender o Conselho: “Pra

⁷⁰ Esse atendimento era feito por um aluno do programa de extensão “Trabalhando com os Conselhos Tutelares de Cariacica-ES”.

dizer a verdade, eu achava que Conselho Tutelar era só quando levava os meninos da escola, eu achei que não tinha outras atividades”.

Exemplificando com a situação de seu filho, Nádia acredita que o Conselho deveria encaminhar os meninos desinteressados para outras atividades, além da conversa com os conselheiros:

Eu acho que no Conselho Tutelar tinha que ter alguma coisa pra empurrar esses meninos. Eu penso em algo como um curso, principalmente para esses que já não gostam de estudar. Ou, ainda, encaminhar pra fazer alguma atividade ou alguma profissão, porque só conversar não adianta, não. Talvez, se eles tivessem alguma coisa desse tipo, eles se interessassem mais.

Conversando com Nádia, tomamos conhecimento de que Fábio gosta de estudar Matemática: “Ele agora tem gostado mais de Matemática, a única matéria que ele para pra fazer é Matemática”. Nádia justifica esse interesse em virtude da atuação da professora dentro da sala de aula: “A professora é muito rígida, ela é muito boa. Tinha que se ser todas assim. Assim, talvez, ele se interessasse mais em estudar”.

Apesar disso, em relação à escola, Fábio diz: “Eu não gosto da minha escola, eu quero mudar de colégio”. Segundo ele, não gosta de sua escola, principalmente, por conta da ausência de uma quadra de esportes, o que faz com que as aulas de Educação Física aconteçam de uma forma diferenciada. O tempo de aula é dividido por dois: sendo que durante 25 minutos, as meninas da turma jogam vôlei, logo depois a rede é retirada e os meninos passam a jogar futebol nesse mesmo espaço. No local reservado para ser a quadra da escola, a construção foi iniciada, mas não teve continuidade.

Nádia destaca que, ultimamente, Fábio tem dado muito trabalho porque começou a namorar na escola:

Eles vão para a escola para namorar, vê se pode? Eu queria colocar ele em outra escola, uma escola melhor, mas ele não gosta de ir pra escola. É uma luta pra passar de ano. Na escola pública, ele não passa e, na particular, que ele não passa mesmo. Não se interessa e não pega um caderno para olhar. A gente briga muito aqui em casa, com essa rebeldia toda. Mas isso é só comigo, com os outros ele é muito educado. Ele não responde ninguém e não abre a boca pra xingar ninguém. Comigo, às vezes, ele é rebelde pra caramba. O que ele não faz com os outros na rua ele quer fazer comigo.

Brigas constantes fazem parte do cotidiano de Nádia e Fábio por conta da posição que ela ocupa dentro de casa. Nádia é a provedora e controla toda a casa. Por conta desse tipo de organização, ela discute muito com Fábio pelos mais variados motivos:

Fábio só fica nesse bendito desse computador. Ele está com o prato na mão e fica em frente o computador, aí eu falo: 'Fábio, senta, come e depois vai pra o computador'. Ontem quase que eu dei uma surra nele de tanto falar com ele, e ele nada, só fica mexendo no computador. Não pode desligar um pouquinho pra comer, não? Já chega em casa ligando o computador!

Nádia comanda a casa, desde o sustento até a educação de Fábio. A forma de organização dessa família é justificada por Nádia em virtude do diagnóstico de esquizofrenia dado ao seu marido. Fábio, em frente a essa situação, diz: "Você vive brigando com meu pai, todo dia você briga". Por sua vez, Nádia comenta:

Eu e o Fábio a gente briga, ele fala que eu mando na casa, que eu mando no pai dele, que eu mando nele. Mas ele tem que entender que, se o pai dele não tem o juízo perfeito, tem que ter alguém que tem que ter o pulso, senão não dá. E ele acha que o pai dele, que é homem, que tem que mandar, mas o pai dele não tem responsabilidade. O pai dele toma remédio controlado. Mas o pai dele não tem noção das coisas, ele pega um dinheiro, ele gasta tudo. Aqui sou eu que mando. Ele não abre nem a boca, não fala nada. O Fábio acha que, porque o pai dele não fala nada, então pode virar bagunça a casa, mas não é assim. Ele acha que homem é que tem que mandar em mulher, porque é o homem que manda.

A postura de Nádia também é justificada, diante das atitudes do marido, por exemplo, o fato de ele fazer dívidas e a cobrança recair sobre ela: "Alguém tem que botar moral, senão vira bagunça". Dessa forma, sente-se sobrecarregada por ser responsável por toda a casa:

É casa, é compra, é comida, é água, é luz, é telefone, tudo em cima da gente, não dá! Ninguém quer isso só pra ele. Então, na realidade, eu não tenho um filho, eu tenho é dois, porque ele é como se fosse uma criança, tem que ficar em cima, porque só faz besteira. Então, é como se fossem dois filhos e não um marido. Só que Fábio não entende isso, eu sempre falo: 'Fábio, você acha que eu não queria também uma pessoa pra dividir minhas responsabilidades, dividir as coisas dentro de casa?'

Apesar dos problemas de doença do pai de Fábio, Nádia o considera muito carinhoso, mesmo ele não advertindo Fábio em nenhum sentido: "Ele é carinhoso,

não briga, não fala nada. Ele não tem aquela noção de mandar estudar, então, essa parte fica pra mim e isso vem tudo pra cima de mim”. Diante dessa situação, Fábio entende que a parte desagradável de sua educação fica na responsabilidade da mãe, o que faz com que as brigas entre eles sejam constantes: “A parte boa é dele e a ruim é a da minha mãe. Ela quer que fique com raiva de quem? Dele?”.

Como um típico filho único de classe média, Fábio tem quase tudo o que quer: videogame, computador, roupas, etc. Dos R\$ 500,00 gastos na compra mensal, 100,00 são destinados à comida básica da casa, como arroz, feijão, açúcar, café e outros alimentos e, de acordo com Nádia: “R\$ 400,00 é só de porcaria para ele: é *chips*, é biscoito e, como ele gosta muito de misto quente, então também tem presunto, mussarela dois, três quilos por mês, hambúrguer, pão de hambúrguer, *pizza*... é sempre assim, só pra ele”. Nessa divisão feita por Nádia, parece haver uma espécie de troca: “Então, eu acho que, pelo menos a única coisa que pode fazer pra agradar a gente é estudar um pouquinho, ser educado dentro de casa com a gente e tratar melhor, porque a gente faz tudo”.

Nádia diz ter se arrependido por não ter dado continuidade aos seus estudos: “Eu me arrependi de não ter estudado”. Por conta disso, quando se refere ao assuntos escolares, o investimento em Fábio é muito grande, entretanto ela diz que não tem recebido o retorno esperado. Usa muitas estratégias para convencê-lo da importância dos estudos, desde o oferecimento de bens materiais até o argumento de “[...] quanto menos se estuda, mais tempo ele vai ficar na escola”.

4.4.2 Pensando a história de Fábio

O que nos chama a atenção na história de Fábio é o fato de que mais uma vez, o Conselho tem sido convocado para resolver questões que não são de sua alçada. Quando dizemos isso, estamos nos referindo às definições de suas atribuições deliberadas pelo Estatuto. Nessa história, Nádia sente necessidade de obter ajuda quanto à criação de seu filho, porém nenhum dos direitos de Fábio foi violado. Na realidade, a procura pelo Conselho se dá com o objetivo de receber atendimento psicológico. Scheinvar (2001) nos alerta que a principal questão não é avaliar se o

Conselho Tutelar atende ou não a todos os casos de sua atribuição, mas problematizar o que tem chegado como “caso”, como “problema” ou ainda como direito violado e, principalmente, a forma como o conselheiro tutelar operacionaliza o encaminhamento desses casos.

Uma das questões destacadas na história de Fábio é o lugar que o pai ocupa dentro da família. Para ele, seu pai deveria ser o provedor da casa, porém é Nádia quem se coloca nesse lugar em virtude da doença do marido. De acordo com Costa (1999), a pedagogia médico-higiênica, além de tirar os filhos dos cuidados dados pelas escravas e levá-los para dentro de casa, definia também os papéis sexuais. Numa sociedade feita e pensada por homens, as concepções higienistas vieram explicar cientificamente as características supostamente típicas de cada sexo e apresentá-las como imperativos da natureza.

Badinter (1980) diz que, a partir do século IV, em consequência da influência da teologia cristã, a mulher passou a ser entendida com uma malignidade natural, por conta disso era maltratada e desconsiderada, o que colocava o homem em posição de superioridade e domínio sobre sua esposa. Mas, foi a partir do século XIX que as mulheres passaram a viver cada vez mais encerradas em seus papéis de progenitoras: gestação, parto e amamentação resumem sua existência, sem deixar-lhes alternativas ou espaço para outras aspirações. Dessa maneira, o valor dos cuidados maternos ganha nova dimensão em detrimento da liberdade da mulher.

Outro aspecto que podemos ressaltar é a forma como os diversos profissionais vêm se relacionando com as famílias atendidas. Fábio se vê cercado da fala de especialistas “competentes”⁷¹ que geram em Nádia um sentimento de incompetência ao lidar com as atitudes do filho. Coimbra (1988) discute sobre os especialismos técnico-científicos, dizendo que esses discursos fazem com que os indivíduos considerem a própria vida desprovida de sentido, quando não obedecem às prescrições desses profissionais. Esse sentimento de incompetência é ainda

⁷¹ “O discurso competente é um discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram pré-determinadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones de sua própria competência” (CHAUÍ, 1981, p. 7).

reforçado diante do desconhecimento de como esse saber foi produzido. Nesse sentido, acreditam que, como não possuem esse conhecimento, tido como competente, não terão direito a expressar suas opiniões, dúvidas ou indignações.

Costa (1999) também trabalha com a ideia de que esses discursos científicos produzem verdades dotadas de poder que determinam como se deve sentir, falar, vestir, pensar e viver:

A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora, ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais (COSTA, 1999, p. 50).

Outro ponto relevante é o fato de Fábio, desde tão cedo, tornar-se usuário de medicamento controlado. Atualmente, temos contemplado o uso de remédios como uma constante na resolução de diversos casos que, a princípio, poderiam ser resolvidos de forma mais leve e ampliada. O não aprender, a agitação, a desobediência, a desatenção e o desinteresse têm recebido soluções médicas bastante pontuais e individuais que têm apenas instrumentalizado o fracasso escolar.

Concordamos com Patto (1999), quando diz que os questionamentos devem girar em torno da problematização dos processos de produção do fracasso escolar, pois, na maioria das vezes, eles têm caminhado no sentido da individualização-privatização, em vez de considerar o fracasso como efeito da produção de práticas educacionais e/ou psicológicas.

Essa medicalização que vem ocorrendo visa a conter não apenas o fracasso escolar, mas também a vida como um todo, pois é indicado, para cada caso, um remédio diferente. Segundo Foucault (1999), esse saber incide concomitantemente sobre o tempo, sobre o corpo, sobre o organismo, sobre os processos biológicos e imprime efeitos disciplinares e reguladores.

Coimbra (1998) destaca que muitos profissionais têm utilizado técnicas e métodos voltados para uma melhor aprendizagem, que enfocam as crianças consideradas

“problemas”. Dessa maneira, tem sido promovido um intenso psicologismo, pragmatismo e tecnicismo que vem marcando a prática pedagógica. Com isso, os problemas educacionais são reduzidos às dificuldades meramente técnico-psicológicas, incumbindo os especialistas de resolvê-los.

Ainda quanto à história de Fábio, apropriamo-nos da fala de Costa (1999, p. 15), quando diz que a nossa “[...] dúvida consiste em saber se os remédios propostos ao invés de sanarem o mal não vão perpetuar a doença”.

4.5 A HISTÓRIA DE DAVI: O MENINO EM LUTO

Em nossas andanças por Cariacica, fomos em direção à Jardim América. Na chegada a esse bairro, passamos por inúmeras empresas, lojas, restaurantes, supermercados e bares. Essas vias, nas quais circulamos, são muito movimentadas, principalmente porque, em uma parte do percurso, atravessamos a rodovia federal BR-262. O fato de o bairro ser cortado por essa rodovia contribuiu grandemente para o seu crescimento, tanto para a valorização comercial quanto para a imobiliária.

Saindo da rodovia, adentramos o bairro. Suas ruas são basicamente planas com pequenos morros. Algumas delas são bastante estreitas. O bairro apresenta alguns problemas, entre eles, a insuficiência de iluminação pública em muitas ruas e a insegurança da população por conta da violência que vem aumentando a cada dia.

Foi nesse bairro urbanizado e bastante movimentado que conhecemos a história de Davi. Ele mora com sua tia Luzimar, com a irmã Liana e com seu avô João. Tem dez anos, está na 4ª série e é considerado um aluno dedicado em sua escola. Segundo sua tia: “Ele não gosta de faltar nada. Os trabalhos da escola são prioridade para ele”. Entretanto, sua vida nem sempre foi assim e sua casa nem sempre teve essa mesma composição.

Davi morava, há seis anos, no interior do Estado em uma cidade chamada Ibatiba, situada ao sul do Espírito Santo, a 171km de Vitória. Lá vivia com sua mãe, sua irmã, sua tia Luzimar, seu avô João e sua avó. Sua tia tinha problemas renais e necessitava de fazer hemodiálise com frequência. A cidade de Ibatiba não oferecia

os serviços necessários para que Luzimar pudesse se tratar. Com isso, acabava gerando muitos gastos financeiros e físicos, pois tinha que vir com frequência para a casa de sua irmã em São Torquato.⁷²

Assim, toda a família resolveu mudar-se para Cariacica, especificamente para Jardim América, com o objetivo de fazer o tratamento de Luzimar. A mãe de Davi era viúva há muitos anos e não via mais motivos para permanecer na pequena cidade, tendo em vista que seus parentes mais próximos iriam embora.

Já em Jardim América, Luzimar passou a morar apenas com o pai, pois sua mãe veio a falecer depois da mudança e, numa casa próxima, morava o resto da família.

Diante de seu problema de doença, a tia de Davi realizou um transplante renal, porém, dois anos após a cirurgia, seu corpo passou a rejeitar o órgão. Ela foi obrigada a realizar mais um ano de hemodiálise. Por conta do sofrimento que estava vivenciando, sua irmã, a mãe de Davi, resolveu doar um de seus rins, mas a mãe de Davi não resistiu à cirurgia e faleceu no final do ano de 2006.

A mudança foi grande para Davi. Para ele, “é difícil de explicar” e entender. A tia Luzimar emociona-se ao relembrar a história da irmã e conta que, depois disso, passou a ser responsável por Davi e Liana.

Atualmente, a família mora no segundo andar de uma casa. Um apartamento simples, mas que parece atender a todas as necessidades da família. Permanecemos numa sala pequena onde puderam participar da entrevista Luzimar, Sr. João e Davi.

⁷² É um bairro de Vila Velha próximo a Jardim América. São Torquato, apesar de ter sido um bairro muito influente na cidade de Vila Velha e para o Espírito Santo, por ter abrigado as duas principais estações ferroviárias do Estado (Pedro Nolasco e Leopoldina), hoje é marcado pela pobreza e pelo alto índice de criminalidade.

4.5.1 Da escola ao Conselho

Davi não sabe por qual motivo foi encaminhado ao Conselho Tutelar. A única informação que possuía vinha de uma de suas professoras que dizia que, no Conselho Tutelar, “[...] as crianças são colocadas de castigo”.

Ao falar sobre o motivo de encaminhamento, Luzimar se emociona:

Por conta da perda da mãe, ele ficou muito agressivo... achando que era dono do mundo. Foi por causa disso que ele ficou muito revoltado. Os meninos debochavam dele. Davi estava sentindo muito... ele estava sofrendo. Então, conversei na escola e eles o encaminharam. Depois disso, o Conselho Tutelar ligou para cá e marcou um dia e horário. Anos atrás, ele já havia sido levado pela minha irmã para fazer tratamento com psicólogo em outro lugar.

Luzimar nos conta que, no Conselho Tutelar, após a conversa com as conselheiras, Davi foi avaliado e encaminhado para o atendimento psicológico novamente. Ao ser levado ao Conselho, Davi diz que ficou preocupado, pois sabia que “[...] não tinha feito nada de errado”. De acordo com a tia:

No ano passado, a escola mandava muitas reclamações dele. Muito bilhetinho, que ele não tinha limite, que nem tinha educação nenhuma. Fiquei muito chateada. Depois conversaram com ele e encaminharam para o Conselho, para ser atendido por um psicólogo.

Depois do encaminhamento ao psicólogo, Luzimar comenta que várias pessoas, ao conversar com ela, disseram desconhecer a presença de um psicólogo no Conselho Tutelar. Luzimar não tinha conhecimento de que esse atendimento psicológico era voluntário e realizado por um dos estudantes de Psicologia da UFES.⁷³

Atualmente, Davi estuda na escola Estadual de Ensino Fundamental “Pautila Rodrigues Xavier”, porém não gosta de sua escola: “Eu não gosto de lá, porque só tem doido... quando bate o sinal, para ir para a fila, tem uns meninos que saem correndo e atropelam todo mundo que tá na frente. Eles não param de gritar, também”.

Dentre as atividades escolares, Davi tem maior interesse em projetos extrassala de aula. Uma das atividades que mais chamou a sua atenção foi o Projeto

⁷³ Esse atendimento era feito por um aluno do programa de extensão “Trabalhando com os Conselhos Tutelares de Cariacica-ES”.

Empreendedorismo: “A gente mexia com coisas recicláveis, como uma empresa. Aí, cada 4ª série se dividiu em grupos para produzir mercadoria para vender no dia da feira, eu gostei muito... Tem passeios legais também. A gente foi na Rede Tribuna e numas empresas”.

Luzimar conta que, quando Davi não está na escola, não possui opções de lazer em seu bairro e, por conta disso, fica a maior parte do seu tempo dentro de casa: “Aqui, em Jardim América, não tem nada público, tudo é pago”.

No início do ano de 2008, Luzimar procurou o Conselho Tutelar para que Davi continuasse a ter atendimentos psicológicos, entretanto encontrou um funcionamento muito diferente do que conhecia:

Eu fui lá, porque o número de telefone também tinha mudado. O cara que tava lá não me explicou nada direito. Só falou assim, que as conselheiras tinham ido embora e que, quando tivesse psicólogo, ele iria entrar em contato comigo. Uma menina que trabalhava lá me disse que tinha mudado tudo, que tinha mandado todo mundo embora e que não tinha psicólogo mesmo, não.

4.5.2 Pensando a história de Davi

Davi, em poucos anos, vivenciou muitas mudanças em sua vida. Mudou de cidade, perdeu sua mãe e outros familiares em um prazo de tempo muito curto. Luzimar nos narra uma série de eventos que influenciaram fortemente a vida de seu sobrinho:

Nós tivemos muitas mortes próximas na família. A avó dele morreu quando a gente veio pra cá. Ele teve um tio que morreu de dengue hemorrágica, logo em sequência, um primo sofreu um aneurisma, depois um tio foi vítima de um acidente de moto e, por último, sua mãe. Até que agora o Davi tá calminho, porque, quando meu pai tava doente, ele ficou agitado, com medo de perder o avô também.

Durante algum tempo, Davi viveu em uma cidade de interior, vivia solto, diferente de sua maneira de estar na cidade, preso dentro de casa. Luzimar nos descreve essa rotina: “O dia a dia aqui é até tranquilo, mas não pode deixar nada aberto. Mas o Davi tem medo e fica mais em casa. Ele tem medo de se perder”. Muito diferente de como seu avô descreve sua vida no campo: “Lá na roça, ele não tinha medo de se perder. Ele ia na escuridão na casa do tio dele, ele não tinha medo”.

Davi tem tido algumas dificuldades em morar com sua tia. Pudemos compreender melhor a situação quando, ao final da entrevista, Luzimar nos leva ao portão, e nos confessa, chorando, que Davi a culpa pela morte de sua mãe. Luzimar diz sentir-se muito mal por ser culpabilizada por Davi.

Mesmo obtendo um bom desempenho escolar, Davi é encaminhado ao Conselho Tutelar para que seu problema de agressividade seja resolvido. Davi se aproxima do Conselho com um pré-diagnóstico estabelecido que já o leva quase diretamente para a sala de atendimento psicológico.

Entretanto, é importante questionarmos essa agressividade de Davi e analisar, como nos indica Canguilhem (2007), que ela pode ser um sinal de que a vida resiste às infidelidades do meio. Se recorrermos a esse mesmo autor, em seus escritos sobre o normal e o patológico, deparamo-nos com a ideia de que saúde se refere à capacidade de enfrentar as variações do meio, criando novas normas de vida. Isso quer dizer que ser saudável é enfrentar e transformar as adversidades, o que não significa conformismo, ao contrário, é lutar para superar uma situação agressora. De acordo com esse autor:

[...] devemos dizer que o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma. A doença é ainda uma norma de vida, mas é uma norma inferior, no sentido que não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma. O ser vivo doente está normalizado em condições bem definidas, e perdeu a capacidade normativa, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes (CANGUILHEM, 2007, p. 136).

À luz dessa visão, Davi tem tentado criar novas normas de vida diante dos percalços. As reações dele podem ser um sinal de uma nova potência de normatividade em relação à vida. Vivemos num mundo de acidentes possíveis, no qual as infidelidades compõem nossa história.

O tema da morte também é muito relevante. Diante disso, é importante ressaltar que a forma como lidamos com a morte parece ser um hábito que existiu sempre da mesma maneira. Entretanto, Ariès (1988), quando trata da história da morte no Ocidente, desde a Idade Média, situa-nos sobre as formas de enfrentamento da morte durante vários séculos.

Na Idade Média, a morte era vivenciada por toda a comunidade. Essa convivência permitia que os indivíduos pensassem na possibilidade de sua própria morte, o que caracterizava a sua finitude. Esse aspecto era expresso por meio de certos tipos de comportamentos, como quando participavam ativamente de todo o ritual fúnebre, o qual não tinha caráter dramático ou gestos de emoção excessivos.

A partir do século XVIII, descreve Ariès (1988), a morte tomou um sentido dramático, exaltado. Passou a ser encarada como uma transgressão que roubava o homem de seu cotidiano e de sua família. Inaugurava-se o culto aos cemitérios. O luto era exagerado: o personagem principal era, então, a família, e não mais o morto. Não se temia mais a própria morte, mas a do outro. A partir da segunda metade do século XIX, a morte se transformou em tabu: os parentes do moribundo passaram a tentar poupá-lo, esconder a gravidade do seu estado.

Com os avanços da Medicina, a partir dos anos 1930, o tema da morte, de certa forma, afastou-se do cotidiano das pessoas. Já não se morre em casa, entre parentes; mas no hospital, sozinho, o que resultou numa mudança em relação ao modo de lidar com a morte.

Dessa maneira, as reações que se têm atualmente diante da morte foram construídas historicamente. No caso de Davi, apesar do apoio recebido por todos, sua forma de lidar com a morte é entendida como um problema apenas seu e que, conseqüentemente, acaba recebendo soluções individuais. Escola, família e Conselho sentem-se penalizados diante de seu caso e concordam que a solução para sua agressividade seja o acompanhamento psicológico.

4.6 A HISTÓRIA DE JÚLIO: O MENINO APRISIONADO

Andamos pelas ruas do bairro Cruzeiro do Sul em busca da história de Júlio. Subimos e descemos ruas em sua maioria asfaltadas. Passamos por casas que iam se diferenciando uma das outras a cada passo que dávamos. Algumas eram grandes, outras pequenas, umas muito simples, outras bem acabadas e, nesse ritmo, subimos até chegar à rua procurada que era silenciosa e um pouco deserta.

Ao pararmos em frente ao endereço exato, ainda não conseguíamos ver a casa de Júlio, pois ela estava lá atrás, nos fundos, de onde vinham os latidos de cachorros.

Foi, então, que encontramos Júlio, um menino de 13 anos, que está na 6ª série pela segunda vez. A pequena casa em que Júlio mora, bem como a casa da frente pertencem aos pais do atual companheiro de sua mãe. A casa da frente comanda todo o quintal e ali deixam lixo, gaiolas, plantas e os cachorros. Júlio não pode brincar nesse quintal. Tudo o que ele faz desagrada seus vizinhos.

Dentro de casa, Júlio sente-se preso e chegou a comentar que tem que se portar como um “[...] móvel parado dentro de casa o tempo todo”. Fora de casa, consegue ver um “[...] um monte de menino legal”, mas, para ele, o bairro torna-se ruim porque, próximo à sua casa, sempre há muitos meninos usando drogas.

Júlio é o filho mais velho de Ana e Geraldo. É irmão de Sandro e Vitor. Para entender melhor a composição dessa família, vamos partir da história de Ana, sua mãe.

Ana cresceu em Vila Velha e, aos 15 anos, mudou-se com a família para Cariacica. Por volta de 16 anos, começou a estudar na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jesus Cristo Rei, no bairro São Francisco, e lá conheceu Geraldo. Apesar de todos à sua volta desaprovarem o namoro, Ana acabou casando-se com ele. Alugaram, então, um apartamento e ela logo ficou grávida de Júlio. Assim que o primeiro filho fez um ano de idade, a relação entre os dois começou a mudar: “Ele começou a ficar diferente, arrumou uma mulher, deu uma desculpa esfarrapada, foi embora, pegou as coisas dele e me deixou sem nada”.

Geraldo casou-se novamente. Diante da melhora em sua situação financeira, voltou a aproximar-se dos filhos com a intenção de ficar com eles. Geraldo foi formando uma nova família com seus dois filhos, sua esposa Karina e um bebê ainda para chegar. Mas o tempo passou e a sua situação financeira decaiu. Segundo Ana, por conta disso, Geraldo e Karina se separaram. Geraldo, então, voltou a se casar, agora com uma moça mais nova que também teve um filho dele.

Quando o primeiro marido de Ana se casou com Karina, pessoas próximas a Ana sugeriram que ela deixasse os meninos morar com ele por conta da boa condição

financeira que eles possuíam. Ana, concordando com a ideia, deixou que seus filhos fossem morar com o pai e a esposa, durante cerca de três a quatro anos. Hoje, Ana se queixa da decisão que tomou: “Foi uma tragédia. Ele arrumou outra mulher e os meninos ficaram psicologicamente afetados. E até hoje ele não ajuda em nada. Tive que jogar ele na Justiça pra ajudar”.

Ana descreve que o relacionamento entre pai, madrasta e filhos transcorreu de forma amistosa apenas no início da convivência:

Quando eles ficavam lá na casa do pai, eu achava que era mil maravilhas e, no começo, era mesmo. Depois, com o tempo que ela [mulher do pai] foi convivendo com eles, ela começou a maltratar os meninos e ele também ficava fora de casa e batia muito no Júlio.

Chega a relatar que os maus-tratos eram tão intensos que o Conselho Tutelar da região na qual moravam chegou a ir até a casa deles para averiguar uma denúncia anônima. Depois disso, Ana passou a associar o mau comportamento de Júlio ao resultado do tempo em que conviveu com o pai.

Júlio morou com seu pai durante quatro anos. No último ano, seu irmão já havia voltado a morar com sua mãe, mas Júlio não. Durante esse período, sem que fosse comunicado à Ana, o pai de Júlio o levou para morar com sua avó paterna. Ao tomar ciência do fato, Ana recorreu ao Conselho Tutelar em busca de ajuda e foi aconselhada a trazê-lo de volta: “Você pega seu filho agora, porque ele não pode morar na casa de ninguém. Ele tem pai e mãe, senão vou levar pra Casa de Passagem”. Diante do tom de ameaça quanto ao destino de Júlio, Ana providencia esse retorno sem que o pai saiba. Depois disso, Júlio nunca mais saiu da casa de Ana e nem teve mais contato com o pai.

Atualmente, Ana mora com João, seu atual companheiro. Os dois tiveram um filho juntos e dividem a casa com os dois filhos de Ana: “Eu arrumei esse rapaz e a gente veio morar aqui, porque eu pagava aluguel e não tinha condições”. Dessa maneira, moram há seis anos de “favor” numa casa de fundos, que João construiu: “Aqui é tudo deles [do sogro, da sogra e das cunhadas]. O João fez mais ou menos isso aqui, por enquanto, pra gente morar até comprarmos um terreno e começar a construir uma casinha”.

Ana não tem emprego, somente João trabalha. Ela chegou a fazer curso de cabeleireira, mas trabalha nessa profissão apenas ocasionalmente. Hoje, como dona de casa e morando com os filhos, diz que tem conseguido participar da rotina das crianças: “Eu tô criando o Júlio e o Sandro e o outro aí de acordo com o que dá, querendo o melhor possível”. Ana diz que tem acompanhado bem de perto o comportamento de Júlio o qual considera mais problemático:

As pessoas podem falar: ‘Nossa, Ana, você tem que ser mais rígida’ Mas como? Mas como? Entendeu? Até na igreja eu vou com ele. Ele vai também, ele participa de clube de escoteiros, ele vai certinho, só que tem muita coisa pra mudar ainda.

4.6.1 Da escola ao Conselho

No ano de 2007, Júlio estudava no colégio Polivalente em Campo Grande, entretanto, segundo Ana: “Lá ele estava andando com muita gente mal encarada”. Dessa forma, a escola acabou encaminhando Júlio ao Conselho Tutelar para que pudesse ter um acompanhamento:

O Júlio é rebelde, pega as coisas escondido, dinheiro escondido. Na escola, ele se junta com quem não presta. Ele é respondão, malcriado e ruaceiro. Depois que fomos ao Conselho, uma conselheira estava aconselhando ele. Ele até tinha parado um pouco, mas, de um tempo para cá, ele voltou a ficar rebelde de novo.

De acordo com Ana, foi solicitado ao Conselho Tutelar que também auxiliasse na transferência de Júlio para outra escola. Sobre o fato, Ana ainda completa:

Na escola, elas achavam que o Júlio não era o tipo de criança para estar lá naquela escola. E aí elas disseram: ‘Procura uma escola, mas tira ele daqui’ antes que virasse igual os outros meninos que não prestavam. Ele tava juntando com *funkeiro*, rimando tudo. Ele estava brigando na sala de aula, rimando palavra no caderno. No caderno dele, tava escrito maconha rimando com não sei o quê, crack, rimando com não sei o quê.

Foi também nessa mesma escola que Júlio ficou reprovado:

A professora de Matemática me reprovou, porque ela não gostava de mim. Teve uma vez que ela veio querendo puxar minha orelha, aí eu fui e dei um empurrão nela. Aí aconteceu um monte de coisa. Depois eu fui para a coordenação e foi aí que me mandaram para o

Conselho Tutelar. O que estragava a escola era a professora de Matemática.

Dessa forma, sua transferência ocorreu no meio do ano. Júlio, então, mudou para a escola de Ensino Fundamental “Manuel Mello Sobrinho”,⁷⁴ onde estuda até hoje. Júlio demonstra simpatia pela sua escola atual e também pelos seus professores: “Nessa escola, eu gosto de tudo, os professores são legais”. A atual escola de Júlio é considerada por Ana como “melhor e mais rígida”, mas o comportamento de Júlio parece não ter mudado tanto, pois continua, segundo sua mãe, “[...] respondendo as professoras e arrumando confusão”:

Peguei um dia o Júlio gazeando aula, peguei no flagra. Meu companheiro falou assim: ‘Vamos lá na escola ver o que o Júlio tá aprontando’. Então, cheguei lá e o Júlio estava no meio da rua no horário da aula.

Quando Júlio chegou ao Conselho Tutelar, foi encaminhado à psicóloga do posto de saúde. Ana, ao contar sobre o atendimento, diz que a psicóloga do posto justificou o problema de Júlio como consequência da separação dos pais. Ana não se mostrou satisfeita com a justificativa, principalmente porque não recebeu nenhum conselho de como deveria agir com o filho: “Ela não me aconselhou a fazer nada ou como eu devo agir... porque eu fico desesperada”. Ana, durante toda a conversa, diz que tem tido dificuldades em lidar com Júlio: “É difícil de entender a cabeça de adolescente, é difícil mesmo. Não quero que seja um robô mandado, mas, que pelo menos, ande no caminho certo, mas o Júlio é meio incompreensível”.

Nesta história vemos que Júlio reproduz a ideia de punição quando fala do seu medo diante do encaminhamento ao Conselho Tutelar: “Eu fiquei com medo de ir no Conselho, porque eu achei que era negócio de prisão”. Ana também acaba por reforçar essa visão distorcida que Júlio tem do Conselho:

Agora ele voltou a aprontar de novo. Eu falei que ia levar ele na conselheira pra dar uns conselhos. Eu já falei que ficar muito na rua eles pegam. O carro pega se ver fora da escola. O carro do Conselho Tutelar pega e leva pra UNIS,⁷⁵ eu já falei com Júlio.

⁷⁴ A Escola Manuel Mello se situa no bairro Vila Palestina e o Polivalente, em Santa Fé.

⁷⁵ UNIS é a Unidade de Internação que atende adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, que cumprem medida socioeducativa de internação. Essa unidade está localizada em Cariacica.

Além das reclamações sobre o comportamento de Júlio na escola, Ana também desconfia que, na rua, Júlio esteja se envolvendo com drogas:

Eu falo que é muito perigoso hoje em dia. Não pode andar com certas pessoas. Eu sempre digo que 'antes só do que mal acompanhado', porque aqui tá terrível. Ele disse que tava andando com uns meninos estranhos, mas eu nem cheguei a ver. Mas a maioria dos adolescentes aqui do morro todinho tão fumando maconha, eles fumam em qualquer lugar. São os meninos que a gente conhece desde pequeno. Estão todos fumando maconha. Eu falo para o Júlio não ficar na rua, converso muito com ele. Os R\$ 20,00 que ele pegou de mim, por exemplo, ele não falou o que ele fez de jeito nenhum. Ele fala que gastou com lanche, mas R\$ 20,00 com lanche, sozinho? Acho que não é possível isso. Mas ele não fala, ele é muito mentiroso.

Além disso, Ana também se queixa de ter que cuidar de seus dois filhos sozinha. Isso ocorre por conta da relação entre seu companheiro e Júlio: "Fico desesperada aqui em casa, porque é só eu. O meu companheiro é muito nervoso e, o que o Júlio faz deixa ele muito nervoso. Então, ele prefere não se intrometer, porque uma vez ele chegou a pegar no Júlio e machucou".

Em diversos momentos, Ana nos conta sobre suas tentativas de buscar auxílio de profissionais que possam ajudá-la a entender o comportamento de Júlio. Um desses exemplos vemos nesta fala:

Lá embaixo, no REAME,⁷⁶ tem a psicóloga. Eu falei que ia lá falar com ela para conversar um pouco com ele, para ele parar com a mentira. Eu sempre descubro as mentiras dele, eu pressiono e ameaço até ele falar a verdade.

Atualmente Júlio frequenta, pela manhã, o Recanto de Atendimento ao Menor REAME, segundo Ana:

Antes dele entrar no REAME, ele vivia na rua. Vinha pra casa se arrumava pra ir para a escola e ficava na rua de novo. Ele fugia, não tinha controle. Lá eles atendem às crianças do bairro. Atende quem fica muito na rua, quem não tem o controle, porque lá tem psicóloga, pedagoga, tem todo mundo lá.

Júlio descreve o REAME como um espaço que proporciona atividades interessantes, como artesanato, música, teatro, informática, e o que ele gosta mais de fazer é o

⁷⁶ Recanto de Atendimento ao Menor.

bordado. Ele conta, muito satisfeito, sobre a exposição de tapetes com retalhos que irão fazer:

Eu fico de manhã no REAME e almoço lá. Eu tomo café quando eu chego, aí eu faço atividade, depois, quando dá 10h a gente tem horário de brincar, jogar futebol, queimada, aí, depois 10h30m nós vamos lá almoçar. Aí, depois do almoço, eu venho para casa, me arrumo e vou para a escola.

O REAME, quando descrito por Ana, é tido como um lugar que retira Júlio do convívio da rua. Para ela, a rua se coloca como lugar de risco para seu filho: “Eu sempre falo: ‘Júlio não vai pra rua, porque rua não é lugar de criança’, mas ele adora rua, ele vive na rua, a gente prende, mas ele sai para o meio da rua”.

Durante toda a entrevista, Júlio parecia muito envergonhado e tímido. Somente reclamações vêm de Ana. As comparações com os irmãos, principalmente em relação ao do meio (Sandro) são infundáveis:

O Sandro é tão diferente, tão bonzinho, tão obediente. É quieto, na dele, magrinho quietinho, ele dorme cedo e acorda cedo pra ir para a escola, não dá trabalho nenhum. Já esse aí, rã...só Deus mesmo!

O Sandro faz tudo certo, praticamente, você não.

Eles falam que o Júlio reage desse jeito para chamar a atenção, para ver se a gente se toca que ele tá ali, mas eu tenho três filhos, o Vitor é o menor, eu tenho que dar mais atenção a ele e ao Sandro também. Mas o Júlio eu já não dou muita atenção por ele fazer esse tipo de coisa, ele me afasta dele, em vez de chegar e querer se ajuntar, se unir mais, não, ele se afasta. O João fala que não gosta dele, porque ele faz esse monte de coisa, é um trabalhão danado, só Deus mesmo pra ter misericórdia.

No primeiro momento da entrevista, Ana preferiu sair para que Júlio pudesse “falar mais à vontade”, logo depois, quando voltou, passou a responder a todas as perguntas antes dele, mesmo quando a pergunta era direcionada a Júlio. Depois do retorno da mãe, Júlio respondeu o mínimo possível, às vezes, apenas balançando a cabeça e permaneceu o resto da entrevista cabisbaixo e, em alguns momentos chegou a chorar.

4.6.2 Pensando a história de Júlio

Quando conhecemos a história de Júlio, deparamo-nos, a todo instante, com um certo aprisionamento. Esse aprisionamento não é apenas de seu corpo físico, mas de sua vida. Por todos os espaços em que circula, vê-se limitado, contido e disciplinado.

No decorrer da história, a criança foi constituída como objeto de intervenção higiênica e disciplinar. Donzelot (1980) fornece diversos exemplos em que o Estado vai, progressivamente, a partir do século XIX, oferecendo-se para dar suporte às mães populares para que mantenham seus filhos dentro da lei e da ordem. Diferentemente das intervenções nas famílias abastadas, as famílias populares passam por outros canais que não pelos livros ou pela aliança entre a família e o médico, passam a dispor de outros espaços que tratam de controlar a criança. O que, aparentemente, parecia tratar-se de garantir a conservação das crianças das classes populares, na verdade, eram ações que objetivavam a vigilância direta dessas crianças.

Sobre esse aspecto, Foucault (1994, p 379) discute:

[...] essa proliferação das tecnologias que irão investir sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, o espaço completo da existência, a partir do século XVIII, nos países europeus. Técnicas que, no seu ponto de partida, encontram seu polo de unificação naquilo que então se chamava de polícia: não no sentido restritivamente repressivo que lhes atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção, mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação.

A família, ao mesmo tempo, constitui-se rainha e prisioneira do social. As transformações e crises da família estão ligadas às determinações das sociedades. Ambas partilham do caráter policiado.

[...] a família é uma instância cuja heterogeneidade face às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares. Assim como se estabelece, ao mesmo tempo, uma circularidade funcional entre o social e o econômico (DONZELOT, 1980, p. 13).

Na história de Júlio, o REAME aparece como um dos espaços que pretende tirá-lo da rua e mantê-lo ocupado com atividades consideradas produtivas. Embora o termo “menor” tenha sido banido da legislação, ainda persiste no vocabulário e na prática de muitos. Tanto a imprensa quanto a sociedade em geral o utilizam, expressando uma visão que em si deprecia o adolescente e a criança pobre.

Londoño (1991) esclarece sobre o início do uso do termo no âmbito jurídico. No século XIX, a palavra menor, como sinônimo de crianças, adolescente ou jovem, era usada para assinalar os limites etários, que os impediam de ter certos direitos, como emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis. Depois, foi utilizada pelos juristas na determinação de idade para definir responsabilidade penal. Para tal, utilizavam diferentes critérios. Em alguns casos, a pessoa ficava submetida ao pátrio poder até os 21 anos, enquanto sua responsabilidade penal podia começar aos sete ou nove anos, dependendo do juiz.

Entretanto, ainda segundo esse autor, na virada do século, esse termo deixou de ser associado à idade. A partir de 1920 até hoje, a palavra passou a se referir à criança e indicá-la em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem. Assim, a condição de desamparo material e moral definia, diferenciava e fazia das crianças que viviam nessas circunstâncias pessoas que deviam ser tratadas e protegidas pelo Estado.

Ainda sobre o REAME, Scheinvar e Nascimento (2007) discutem que atualmente as organizações não governamentais têm funcionado como potentes aliadas dos Conselhos Tutelares. Essa associação do Conselho Tutelar com a filantropia, muitas vezes, torna o atendimento das situações de violação de direitos um espaço de barganha, o que pode promover um esvaziamento das reivindicações. Esses espaços filantrópicos respondem às questões urgentes, de maneira individualizada e muito específica, sem, contudo analisar as questões sociais em jogo.

Na história de Júlio, a rua também ganha visibilidade. Para Ana, esse é um lugar ameaçador que pode seduzir Júlio para caminhos incertos. Entretanto, não é só o REAME que se encarrega dessa função. Ana ainda conta com a igreja, o Conselho Tutelar e com a psicóloga, que ajudam a controlar o comportamento de Júlio. Esses agentes interventores, com suas devidas peculiaridades, são os dispositivos que

Foucault (2008b) denominou de saber/poder, os quais investem sobre o corpo de Júlio por meio da disciplina, controlando seu tempo, suas atividades, seus movimentos. Qualificam seus comportamentos como normais ou anormais, punem e rotulam.

O Conselho Tutelar, como um desses agentes interventores, encontra-se com a família de Júlio de formas diferenciadas: em alguns momentos coloca-se como um órgão aliado, em outros, direciona o modo como Ana deve agir com o filho e, ainda, em outras situações, utiliza-se de falas que ameaçam a liberdade de Júlio: “A conselheira chegou a falar que ia levar ele para Casa de Custódia se ele não melhorasse, porque ele estava terrível”.

Como “amoladores de faca” e a partir dos recursos, tanto técnicos quanto subjetivos que disponibilizam, os conselheiros, parecem deixar de lado os pequenos, mas importantes detalhes da vida de Júlio, transformando-o apenas em mais um caso individual:

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos possui alguns aliados, agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva. Os amoladores de faca, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades, a casos individuais. Estranhamento e individualidades são alguns dos produtos desses agentes. Onde estarão os amoladores de faca? (BAPTISTA, 1999, p.46).

O aprisionamento de Júlio só o faz calar. Cala-se diante da mãe, diante da escola e diante da entrevista. Sua voz se cala, mas seu corpo fala, escreve rimas, apropria-se de objetos de outros, foge para a rua. Seu aprisionamento vai além da metáfora, torna-o estático no lugar em que foi colocado. É por esse caminho que segue mais um dos meninos⁷⁷ pobres de Cariacica, como tantos outros...

⁷⁷ Não no sentido de generalização, mas com a ideia de outros também compartilharem esse modo vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, é preciso finalizar a dissertação, mesmo que de forma provisória. Sem dúvida, nossos olhares, impressões e discussões são apenas parte do que é possível pensar e fazer em torno dessa temática. Entendemos que as configurações que escolhemos para o trabalho, desde a escolha de palavras, títulos e autores, exprimem uma forma de pensamento, que não se encerra no próprio trabalho. Foram escolhas que nos auxiliaram na compreensão de uma série de posturas cotidianas que se relacionam com a forma como a assistência da infância e da adolescência tem sido concebida atualmente.

A expedição à Terra do Congo nos aproximou de nosso campo, fomos escutando as histórias e aprendendo a trabalhar com a genealogia entendendo a história com um “carnaval organizado” (FOUCAULT, 2008b, p. 34). Era impossível ignorar a imponência do Moxuara avistado da janela das casas de alguns dos entrevistados e também do Congo cuja batucada ouvíamos de longe. Foram esses e outros símbolos que nos fizeram lembrar que Cariacica é terra de todos. Apesar de seus inúmeros problemas, também são visíveis, nesse lugar, as lutas que buscam a invenção de outros modos de existência.

O retorno ao Conselho nos possibilitou um novo olhar, também impregnado por inquietudes, mas agora adicionado a uma nova postura ocupada por nós: a de pesquisadora. Sem dúvida, mergulhamos nesse campo de possibilidades e vivenciamos uma série de sentimentos diante dos contratempos que circunscreveram nosso caminho. Embora nosso objetivo tenha sido trabalhar com as famílias e as ex-conselheiras, não nos afastamos de outras possibilidades de contato, por exemplo, a visita ao Conselho da Região III e a consequente conversa com algumas conselheiras dessa sede. Contatos como esses, também nos auxiliaram na compreensão de aspectos com que nos deparamos durante a pesquisa.

Nesse retorno, também se fez necessário retomarmos a história da assistência à infância e à adolescência, pois trazendo esse campo de forças, também traríamos suas emergências, porque elas são “[...] a entrada em cena das forças; são sua interrupção, o salto pelo qual elas saem dos bastidores para o teatro, cada um com

seu vigor e com sua própria juventude” (FOUCAULT, 2008b, p.24). Essa retomada nos possibilitou uma preparação para ouvirmos as entrelinhas de certas práticas, que, apesar de utilizarem uma nova roupagem, ainda permanecem colocando a criança como alvo de normatização e correção.

O que ouvimos das conselheiras e das famílias nos fez pensar em uma série de questões, por exemplo, sobre os efeitos que nossos programas de extensão e pesquisas têm produzidos nesses espaços. E, ainda, o fato de, muitas vezes, servirmos de paliativo sem, contudo, questionarmos a carência de serviços de apoio à população.

Vários momentos foram costurados à medida que percorríamos nosso campo. Em nosso primeiro contato com as fichas de atendimento dentro do Conselho, vimos um grande número de crianças encaminhadas pela escola, dado que pudemos também acompanhar mais detalhadamente na dissertação de Manzini (2005). A autora, em suas análises, sinaliza para uma realidade que tende a agregar pequenos incidentes cometidos por alunos e educadores com atitudes de agressões físicas e maus-tratos, ampliando a possibilidade de ocorrências que efetivamente são remetidas ao Conselho. Os conselheiros tutelares, por sua vez, ao terem que atender a uma diversidade de demandas advindas das escolas e, sentindo a necessidade de dar respostas imediatas e eficazes para os casos, acabam, diversas vezes, institucionalizando determinadas práticas que apenas reforçam o caráter tutelar de suas ações.

Ao ouvirmos as falas das conselheiras e as histórias das crianças e de suas famílias, pudemos compreender de que forma, muitas vezes, os atendimentos têm sido conduzidos, desde o momento em que a escola encaminha o aluno ao Conselho Tutelar até a chegada da família convocada ao Conselho. Foi com esse material que entendemos que os discursos estão permeados por um cotidiano psicologizado. Quando Coimbra (1995) estudou sobre as práticas “psi” nos anos 70, no Brasil, ela descreveu essa psicologização como relações de poder que são transformadas em simples relações psicológicas existenciais. Em nossa pesquisa, em todos os casos, as crianças chegaram até o atendimento psicológico, porque seus problemas eram entendidos e, muitas vezes, sentidos, como de ordem puramente psicológica, individual e/ou familiar e penal.

Coimbra (1995), ainda nesse estudo, afirma que, no Brasil, a crença em uma essência do indivíduo foi fortalecida e amplamente divulgada no período da ditadura militar, mais especificamente, a partir do final dos anos 60, quando ocorreu o "boom" da Psicologia, da Psicanálise e das faculdades particulares. Nessa época, o familiarismo e também o intimismo ganharam destaque. Nesse cenário, toda e qualquer problemática tornava-se reduzida à questão familiar, ou seja, a família e as relações familiares eram altamente enfatizadas. O intimismo, que se liga à psicologização e ao familiarismo, fortalece e produz um sujeito voltado para dentro de si mesmo, em que os espaços públicos são inferiorizados e desqualificados e o que passa a ser importante é só o espaço do privado.

Quando ouvimos das famílias e das conselheiras sobre as formas de atuação dos psicólogos, entendemos esses profissionais como herdeiros dessas práticas comuns na década de 70, nomeado por Coimbra como "Guardiães da Ordem". Mas também temos notado que, antes mesmo que se encaminhe uma criança ao psicólogo, já existe um discurso psicologizado dentro das famílias e dentro do Conselho. Postura esta que tem persistido em vários âmbitos e que leva em conta um pensamento que não analisa as ações em questão.

Como explicitado no estudo de Patto (1999), e também em nossa pesquisa, vimos uma experiência escolar avaliada sem que se considerem as singularidades do aluno extramuro escolar. Dentro do Conselho, há pessoas informadas por pseudoconhecimentos científicos que inculcam os alunos pelo fracasso escolar. Essas práticas, ainda têm sido disseminadas e apropriadas pelas famílias que utilizam o serviço do Conselho Tutelar.

Há uma participação ativa dos profissionais, como diretores, professores, pedagogos, psicólogos, médicos, no processo de estigmatizar e discriminar o aluno. Patto (1999) também identifica, de outro lado, na fala das mães, juntamente com a valorização da escola, sentimentos de ilegitimidade, insucesso e uma perplexidade diante do fracasso escolar dos filhos.

Numa atribuição de responsabilidades, desconsideram-se as desigualdades de oportunidades e as construções históricas, o que impossibilita a visão da complexidade social envolvida neste cenário. Assim, o fracasso passa a ser devido

unicamente a questões individuais, como a falta de esforço, de dedicação, de capacidade pessoal e outras (PATTO, 1999).

Um conceito que sobressaiu em nosso estudo foi o de família. A noção de família “estruturada” tem perpassado por todos os espaços, entretanto, para entender esse jogo de culpabilização sobre as famílias que não seguem o padrão nuclear, é necessário situar a emergência e a consolidação dessa forma de organização familiar, a família nuclear burguesa (ARIÈS, 1978; DONZELOT, 1980).

Muitos encaminhamentos de meninos “indisciplinados” têm sido feitos pela escola. Pensamos que essa noção de indisciplina precisa ser repensada, pois tem circulado por muitos espaços e tem produzido crianças dentro de uma lógica que, muitas vezes, idealiza o menino dentro de sala de aula. Tem-se baseado em um modelo de normalidade no qual as diferenças são compreendidas como desigualdades.

As ações, diante desses encaminhamentos, têm sido executadas de forma pulverizada, pois acabam sendo realizadas apenas por um conselheiro, que toma muitas decisões sobre determinados casos de maneira individual. Essas posturas enfraquecem a atuação do Conselho e, ainda, reproduzem outras práticas menos interessantes.

Os conselheiros, por sua vez, contam com uma precariedade de condições do trabalho. Eles tem se deparado com uma rede de equipamentos sociais que não tem lhes auxiliado na garantia efetiva dos direitos da criança e do adolescente. Apesar dessas diversas questões, o Conselho tem sido um mediador dos problemas da comunidade em geral. Ele tem se colocado próximo a ela e acolhido um certo desespero diante de problemas que, sozinhos, esses diferentes espaços não têm meios de resolver.

Por outro lado, vemos também uma escola enfrentando situações de conflito, tendo que lidar, em alguns casos, com adolescentes armados, o que tem lhes causado medo e impotência. A escola tem buscado formas de alívio para essas dificuldades cotidianas e, nessa tarefa, tem solicitado inúmeras vezes a presença do Conselho. Essa postura, em vários casos, demonstra um desconhecimento do trabalho do Conselho, mas, ao mesmo tempo, mostra que o Conselho tem feito parte desse

cotidiano. Ele tem sido incluído como um órgão de apoio no contato com crianças e adolescentes.

É importante, também, lembrarmos que o Conselho Tutelar, que é um órgão de garantia de direitos, está inserido numa rede que também tem essa função. Dessa forma, é necessário colocar em pauta como o Conselho tem sido entendido, bem como quais funções têm sido delegadas a ele. Muito comumente têm sido realizadas ações assistencialistas, religiosas, moralistas e punitivas, marcando esse espaço com práticas individualistas e culpabilizantes. Seguindo essa prática, a sociedade, de forma geral, tem perdido o espaço de fala e de reivindicação que foi conquistado em 1990, quando o Estatuto foi promulgado.

Há uma série de incongruências que circulam no interior do triângulo formado por Conselho Tutelar, escola e família. Para este estudo, focamos, basicamente, o Conselho e a família, tendo a escola como promotora dessa relação e também como colaboradora da configuração desse contato. Em suma, entre Conselho Tutelar e família, compreendemos uma relação marcada pela psicologização, pelo discurso competente, pelo intimismo, pelo familiarismo e, por fim, compreendemos que tem se formado um campo de forças no qual a criança é empurrada para os diversos espaços que produzem e reproduzem os comportamentos considerados inaceitáveis.

O Conselho Tutelar tem produzido demandas por meio de suas práticas diárias. Dessa forma, entendemos que não há, necessariamente, um desconhecimento sobre as atividades que o Conselho tem exercido. Família, escola e demais usuários do serviço têm se apropriado dessas práticas produzidas na resolução dos problemas cotidianos. Os efeitos dessas práticas exercidas e veiculadas nos remetem diretamente a pensar na grande diferença que tem se estabelecido entre a prescrição da ação dos conselheiros e ações reais exercidas por eles.

Não se trata de padronizar o lugar ou atribuir uma natureza à função do conselheiro, da mãe, do pai ou da criança, mas de questionar quais processos de subjetivação⁷⁸

⁷⁸ Segundo Foucault (1984), o termo subjetivação designa os modos pelos quais nos tornamos sujeitos. Os *modos de subjetivação* aparecem e se desenvolvem historicamente como *práticas de si* dentro de práticas discursivas (saberes) e práticas de poder, que testemunham a descontinuidade de suas formas históricas.

têm sido produzidos nessas relações. É necessário apreender esse processo em sua complexidade. Nosso objetivo, sem dúvida, seguindo nossa linha de pensamento, não se ocupa em nomear culpados ou responsáveis. Disponibilizamos a partir não do objeto, mas das práticas que os têm constituído.

Destacamos que esses espaços compõem uma rede que se inter-relaciona e, quando cada um desses componentes atua de forma solitária, suas ações acabam se tornando desconectadas da realidade. Pensamos que é preciso promover o fortalecimento dessas redes de relações (escola, família, conselho, governo, etc.) e a construção de estratégias que busquem a melhoria dos serviços que auxiliem na atuação dos conselheiros tutelares, o que poderá acarretar uma maior garantia dos direitos da criança e do adolescente.

5 REFERÊNCIAS:

ALVEZ-MAZZOTTI, Alda Judit; GEWANDSZNAJADER, Fernando. **O método nas ciências naturais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALTOÉ, Sônia (Org.). **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: HUCITEC, 2004.

ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade. **A gente não desiste porque sonha**: a história anônima dos Conselheiros Tutelares de Cariacica. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Historia da morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.

AZZI, Riolando. **A igreja e o menor na história social brasileira**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

BAPTISTA, Luis Antônio. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, Ira Maria (Org.). **Psicologia e educação**: novos caminhos para a educação. RJ: Ciência Moderna, 2001. p. 195-212.

_____. **A cidade dos sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente. 5. ed. Vitória: Vara da Infância e da Juventude, 2005.

BRASIL, Código de Menores, Decreto nº 17.943, de 12 de outubro de 1927, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 1 out. 2008.

CALIMAN, Geraldo; MILANEZI, Fabrícia; DALTON, Andreia. A política de atendimento à infância e à adolescência na RMGV. In: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO – IDS: Relatório 2004. Vitória, 2004. Disponível em:<http://caliman.salesiano.br/db/A_politica_de_atendimento_a_infancia_ES.pdf>. Acesso em: 22 set. 2008.

CANGUILHEM, Georges. Doença, cura e saúde. In: _____. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 134-152.

PREFEITURA DE CARIACICA. Disponível em: < <http://www.cariacica.es.gov.br/>>. Acesso em: 5 dez 2008.

CASTIGLIONI, Aurélia. Processo de crescimento da Grande Vitória. **Revista Instituto Jones**, Vitória, ano 7, n. 1, p. 9-10, dez. 1994.

CHAUÍ, Marilena. O discurso competente. In:_____. **Cultura e democracia**. São Paulo: Ed. Moderna, 1981, p. 3-13.

COIMBRA, Cecília. **Guardiães da ordem**: uma viagem pelas práticas *psi* no Brasil do “Milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

_____, A divisão social do trabalho e os especialismos técnico-científicos. **Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense**, v. 2, p. 10-16, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. De menor a cidadão. In: MENDEZ, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros Editores, 1994. p. 121-144.

CRUZ, Silvia Helena Vieira. Representação de escola e trajetória escolar. **Psicol. USP**, v. 8, n. 1, pp. 91-111, 1997.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre Colônia e o Império
In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto. 2000. p. 84-105.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal. 1984.

_____. **Ditos e escritos IV: estratégia, poder - saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC e NAU, 1996.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. Aula de 10 de janeiro de 1979. In: _____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. p. 3-37.

_____. **Microfísica do Poder**. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008b.

FORNACIARI, Elcir. **Conselhos tutelares: histórias, paisagens e movimentos na terra de ninguém**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2003.

GAZETA ON-LINE. **População recebe orientações para evitar acidentes em ferrovias do Estado.** Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/noticias/minutoaminuto/local/local_materia.php?c_materia=440224&cd_site=850>. Acesso em: 16 jun. 2008.

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual In:_____. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho; BARROS, Maria Elizabeth Barros de . Desafios metodológicos para a pesquisa no campo da psicologia: o que pode uma pesquisa. In: MACHADO, Adriana Marcondes; FERNANDES, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes. (Org.). **Novos possíveis no encontro da psicologia com a educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. v. 1, p. 87-116.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2007. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwin.dow.htm?1>>. Acesso em: 9 jun. 2008.

_____. Microdados do Censo 2000. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/perfil/pdf/municipios/17/Demografia/tab05.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2008.

JORNAL A GAZETA. Crianças em risco ficam sem proteção por falta de estrutura. 11 de setembro de 2008. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/setembro-1/criancas-em-risco-ficam-sem-protecao-por-falta-de-estrutura/>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

LEAL, Omyr Bezerra. **Cariacica**: resumo histórico. Vitória: Edições Renato Pacheco, 1951.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito *menor*. In: DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991. p. 129-145.

MANZINI, Juliane Macedo. **A trama das relações entre o Conselho Tutelar e as escolas públicas**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Cortez, 1997. p. 51-76.

MENDEZ, Emílio Garcia. A doutrina da proteção integral da infância nas Nações Unidas. In: MENDEZ, Emílio Garcia; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Das necessidades aos direitos**, São Paulo: Malheiros Editores, 1994. p. 63-71.

OLIVEIRA, Josefa Teles de. **Cariacica lendária**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel De Almeida, [199-].

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000, p. 347-375.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. p. 182-190.

PILOTTI, Francisco. Quadro para análise das políticas públicas dirigidas à infância. In: RIZZINI, Irene et al. **Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora 4mãos, 2006. p. 23-32.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro, Universidade Santa Úrsula, 1995.

REY, Fernando González. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIZZINI, Irene. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a história (1822 a 2000). Rio de Janeiro: UNICEF – CESPI/USU, 2000.

RIZZINI, Irma. O Elogio científico: a construção do “menor” na prática jurídica. In: RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. p. 81-99.

RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola, 2004. v. 1. 94 p.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria, **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo – 1955-1985, Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel, 1991.

ROSENTHAL, Robert; JACOBSON, Lenore. Profecias auto-realizadoras em sala de aula: as expectativas dos professores como determinantes não intencionais da competência intelectual. In: PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993. p. 259-295.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública**: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

SCHEINVAR, Estela. Tensões, rupturas e produções na relação entre o Conselho Tutelar e a escola. In: SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILLE, Eveline (Org.). **Conselhos participativos e escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 135-165.

SCHEINVAR, Estela; NASCIMENTO, Maria Lívia do. De como as práticas do Conselho Tutelar vêm se tornando jurisdicionais. **Aletheia**, n. 25, p.152-162, jan./jun. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO - EX-CONSELHEIRAS

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo com a participação no projeto de pesquisa abaixo discriminado, nos seguintes termos:

Projeto: **Entre pipas, lutos, aprisionamentos e medicações: as peculiaridades na relação do Conselho Tutelar com as crianças encaminhadas pela escola.**

Responsável
Priscila Valverde Fernandes

Orientadora
Profª Drª Elizabeth Maria Andrade Aragão

Identificação do participante

Nome
Idade
RG
Endereço

Objetivo da pesquisa

A pesquisa pretende analisar a dinâmica da relação entre Conselho Tutelar e crianças, juntamente com suas famílias. As crianças escolhidas referem-se às encaminhadas ao Conselho Tutelar pela escola, no município de Cariacica-ES.

Descrição dos procedimentos a que o participante será submetido

Serão realizadas entrevistas com as conselheiras que encerraram seu mandato em 2007. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas de forma integral.

Benefícios esperados

Os resultados da pesquisa serão divulgados na dissertação que ficará disponível na biblioteca da UFES. Também serão apresentados em congressos e publicações de artigos em periódicos especializados, contribuindo para o corpo de conhecimento que se tem produzido sobre o assunto pesquisado. Esperamos, também, que os resultados possam contribuir para a construção de estratégias de intervenção que visem ao melhor cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estando assim de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias

Vitória, _____ de _____ de 2008.

Assinatura do participante

Priscila Valverde Fernandes
Responsável pelo projeto

Profª Drª Elizabeth Maria Andrade Aragão
Orientadora

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO - CRIANÇAS E FAMÍLIAS

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo com a participação no projeto de pesquisa abaixo discriminado, nos seguintes termos:

Projeto **Entre pipas, lutos, aprisionamentos e medicações: as peculiaridades na relação do Conselho Tutelar com as crianças encaminhadas pela escola.**

Responsável

Priscila Valverde Fernandes

Orientadora

Profª Drª Elizabeth Maria Andrade Aragão

Identificação do participante

Nome

Idade

RG

Endereço

Objetivo da pesquisa

A pesquisa pretende analisar a dinâmica da relação entre Conselho Tutelar e crianças, juntamente com suas famílias. As crianças escolhidas referem-se às encaminhadas ao Conselho Tutelar pela escola, no município de Cariacica-ES.

Descrição dos procedimentos a que o participante será submetido

Serão realizadas entrevistas com as crianças encaminhadas durante o ano de 2007 ao Conselho Tutelar de Cariacica. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas de forma integral.

Benefícios esperados

Os resultados da pesquisa serão divulgados na dissertação que ficará disponível na biblioteca da UFES. Também serão apresentados em congressos e publicações de artigos em periódicos especializados, contribuindo para o corpo de conhecimento que se tem produzido sobre o assunto pesquisado. Esperamos, também, que os resultados possam contribuir para a construção de estratégias de intervenção que visem ao melhor cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estando assim de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias

Vitória, _____ de _____ de 2008.

Assinatura do participante

Priscila Valverde Fernandes
Responsável pelo projeto

Profª Drª Elizabeth Maria Andrade Aragão
Orientadora

APÊNDICE C – LISTA DE SIGLAS

CPTT - Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COMDICAC - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Cariacica

COPES - Clínica de Orientação Psicológica do Espírito Santo

CST - Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DEACRI – Delegacia de Atenção à Criança

DPSI - Departamento de Psicologia

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FIA - Fundo para a Infância e Adolescência

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUMCAD - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

IESBEM - Instituto Espírito-Santense de Bem-Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICAES - do Instituto da Criança e do Adolescente do Espírito Santo

ONU - Organização das Nações Unidas

ONG - Organização Não Governamental

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

PNBEM - Política Nacional do Bem-Estar do Menor

REAME - Recanto de Atendimento ao Menor

SAM - O Serviço de Assistência ao Menor

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UNIS - Unidade de Integração Social